

LUCIA MARIA OLIVEIRA RIBEIRO

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LÍNGUA PORTUGUESA: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE AS DIFICULDADES SENTIDAS PELOS
PROFESSORES QUE MINISTRAM A DISCIPLINA DE LÍNGUA
PORTUGUESA, NO ENSINO FUNDAMENTAL II.**

Orientador: Professor Doutor Emmanuel Sabino

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação**

**LISBOA
2019**

LUCIA MARIA OLIVEIRA RIBEIRO

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LÍNGUA PORTUGUESA: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE AS DIFICULDADES SENTIDAS PELOS
PROFESSORES QUE MINISTRAM A DISCIPLINA DE LÍNGUA
PORTUGUESA, NO ENSINO FUNDAMENTAL II.**

Dissertação defendida em provas públicas para
obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação
com o Despacho Reitoral N.º 65/2019 com a
seguinte composição de Júri:

Presidente: Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa

Arguente: Prof.^a Doutora Maria Neves Gonçalves

Orientador :Prof. Doutor Emmanuel Sabino

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

LISBOA

2019

Agradecimentos

De forma especial, agradeço a DEUS, pela minha existência e por estar sempre presente em minha vida, me proporcionando saúde, paz, compreensão, amor, muita coragem e determinação para alcançar os meus objetivos.

Agradeço também, aos meus familiares, pelo apoio dispensado em tudo que faço.

Aos Professores Doutores: Emmanuel Sabino e José Bernardino Duarte agradeço imensamente pela atenção e orientação, que com muita dedicação me conduziram desde o início da montagem do projeto, até à conclusão da pesquisa.

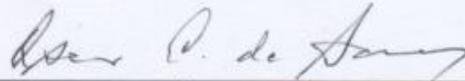
Sou grata aos meus professores que, com muita paciência e competência colaboraram de forma direta para que este sonho se tornasse realidade.

Lucia Maria Oliveira Ribeiro - *Formação de Professores em Língua Portuguesa: Uma Investigação Sobre as Dificuldades Sentidas Pelos Professores que Ministram a Disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II*

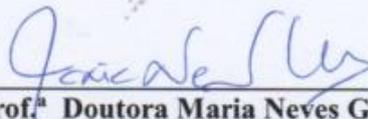
Lucia Maria Oliveira Ribeiro

***Formação de Professores em Língua Portuguesa:
Uma Investigação Sobre as Dificuldades Sentidas
Pelos Professores que Ministram a Disciplina de
Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II***

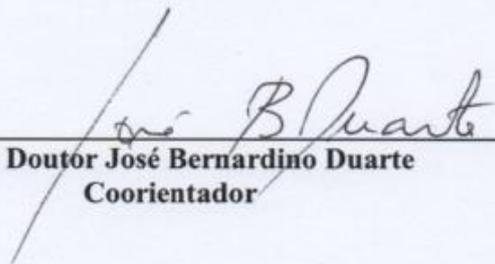
Júri de Apresentação da Dissertação



**Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa
Presidente**



**Prof.^a Doutora Maria Neves Gonçalves
Arguente**



**Prof. Doutor José Bernardino Duarte
Coorientador**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação**

LISTA DE SIGLAS

CGU	Controladoria Geral da União
CNE	Conselho Nacional de Educação
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFPI	Instituto Federal de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NUBE	Núcleo Brasileiro de Estágio
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí
ULHT	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	46
Tabela 2	85
Tabela 3	88
Tabela 4	93
Tabela 5	97
Tabela 6	100
Tabela 7	103
Tabela 8	107
Tabela 9	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	113
Gráfico 2	114
Gráfico 3	114
Gráfico 4	115
Gráfico 5	116
Gráfico 6	117
Gráfico 7	118
Gráfico 8	119
Gráfico 9	119
Gráfico 10	120
Gráfico 11	122
Gráfico 12	122
Gráfico 13	123
Gráfico 14	124
Gráfico 15	125
Gráfico 16	126
Gráfico 17	126
Gráfico 18	127
Gráfico 19	128
Gráfico 20	129
Gráfico 21	130
Gráfico 22	131
Gráfico 23	133
Gráfico 24	134
Gráfico 25	135

RESUMO

O presente trabalho é o resultado misto de leituras e de uma pesquisa de campo realizada em uma escola da Rede Municipal de Ensino da cidade de José de Freitas, Piauí, Brasil. Esta pesquisa teve como objetivo geral descobrir as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, no turno da tarde, da escola Orquídea. Para alcançar o referido objetivo, foram pesquisados quatro grupos de sujeitos: gestoras, professores, pais e alunos. Foi uma pesquisa do tipo descritiva, com recurso análise qualitativa. Para tanto, utilizamos dois instrumentos para a coleta de dados: a entrevista semiestruturada (gestoras, professores e pais) e o questionário (alunos), com perguntas abertas, semiabertas e fechadas. Os dados foram organizados, analisados e apresentados através de tabelas e gráficos. Os resultados demonstraram que os sujeitos estudados desejam melhorias para o processo de ensino e aprendizagem, inclusive os professores, em muitos aspectos, mas principalmente no que se refere à leitura e à escrita, assim, reconhecem a necessidade de uma formação continuada, que provavelmente se tornará na contribuição social deste trabalho.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, dificuldades de aprendizagem, leitura, escrita, formação.

ABSTRACT

The present work is the result of a combination of readings and of field research undertaken at a school of the Municipality education network in the city of José de Freitas, Piauí, Brazil. The general aim of this research was to find out what difficulties teachers of the Elementary Education II, of the afternoon shift, at Orchid School, who teach the Portuguese Language subject feel. In order to achieve this goal, four groups of people were surveyed: school managers, teachers, parents and students. The research is of a descriptive nature, and the quali-quantitative method was used. To do so, two instruments to collect data were used: a semi-structured interview (we used with school managers, teachers and parents) and a questionnaire (which we used with students), with open, semi-closed and closed questions. The information obtained was organized, analyzed and presented through the use of tables and graphs. The results show that the subjects studied desire improvements in the teaching and learning process, in multiple aspects but mainly in what concerns reading and writing, and thus recognize the need for permanent education which will most likely turn out to be this study's social contribution.

Keywords: Portuguese language; learning difficulties; reading; writing; training.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL NO SÉCULO XXI	27
1.1. Breve Histórico da Educação Brasileira	27
1.2. Formação Inicial do Professor.....	47
1.2.1. Formação de professores no curso de Licenciatura Plena em Letras – Português	54
1.3. Formação Continuada do Professor.....	57
1.3.1 Uma contribuição para o processo de ensino e aprendizagem	57
CAPÍTULO II - PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	65
2.1. Problemática.....	65
2.2. Objetivos.....	69
2.2.1 Objetivo Geral	65
2.2.2 Objetivos Específicos.....	65
2.3. Procedimentos Metodológicos	66
2.3.1. Tipo de pesquisa: descritiva.....	67
2.3.2. Universo: escola Orquídea.....	69
2.3.3. Sujeitos: gestoras, professores, pais e alunos	70
2.3.4. Instrumentos	73
2.3.4.1. A Entrevista semiestruturada	74
2.3.4.2. O Questionário misto.....	75
2.3.5. Procedimentos	77
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	83
3.1. Apresentação dos dados	84
3.1.1. Dados coletados através da entrevista: Gestoras	84
3.1.2. Dados coletados através da entrevista: Docentes.....	87
3.1.3. Dados coletados através da entrevista: Pais.....	92
3.1.4. Dados coletados através do questionário: Discentes	95
3.2. Análise e discussão dos dados	112
3.2.1. Gestoras	112
3.2.2. Docentes.....	117
3.2.3. Pais.....	121
3.2.4. Discentes	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
APÊNDICES	153
Roteiro da entrevista das Gestoras	154
Roteiro da entrevista dos Docentes	156
Roteiro da entrevista dos Pais	158
Questionário dos Discentes	160
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	162

INTRODUÇÃO

O universo deste trabalho de pesquisa será uma escola da rede municipal de ensino da cidade de José de Freitas, Piauí, Brasil. Como a pesquisa está voltada para o processo educativo, não poderíamos iniciar esse texto sem enfatizarmos a importância da educação para a vida humana.

O ser humano não nasce sabendo, precisa ser ensinado para aprender, e assim, poder viver em sociedade. Para tanto, depende de se apropriar de um sistema de comunicação que evolui lentamente, através dos vários contatos com os meios e espaços em que a pessoa se movimenta, e aí vai construindo conhecimentos. Nessa construção de conhecimentos – cultural, histórico, linguístico, moral, dentre outros, que a pessoa vai também poder avançar em seu processo educativo, que inicia no âmbito familiar, e na medida em que a criança vai se desenvolvendo, vai ampliando seus contatos com o mundo exterior, principalmente na escola, na qual terá oportunidade de conviver, não apenas com os professores, mas com todo tipo de colega, com personalidades, hábitos, proveniências distintas, que trarão à criança informações e construções que irão suplementar o processo educativo. Segundo Libâneo: *A prática educativa se manifesta na sociedade mediante distintas modalidades e diferentes instâncias* (2010, p. 98).

Nós entendemos e o autor refere que a educação é tão ampla que pode acontecer em todos os espaços e de variadas formas, porém, o ensino sistematizado acontece principalmente na instituição escolar, que precisa no mínimo, de uma infraestrutura adequada e recursos humanos comprometidos com a causa e dotados de uma formação de qualidade para que tenham competência de viabilizar o desenvolvimento pleno de todos os educandos. Nesse sentido, o professor será um colaborador, com participação direta no processo de ensino e aprendizagem. Ensino que deve ser acessível a todas as pessoas, sem nenhuma distinção. Por isso, as pesquisas, os estudos, as discussões sobre o assunto devem ser frequentes para que cada cidadão tome consciência daquilo que é seu por direito, a educação. Para Estevão,

A educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos; como direito-chave cuja negação é especialmente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política; como uma arena de direitos; enfim, como um outro nome de justiça (2011, p. 24).

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

A concepção do autor sobre a educação reforça o que já é do nosso conhecimento, que ela contribui diretamente para que o homem tenha condições intelectuais e, por força disso, assim se espera, que possa cumprir suas obrigações, para poder usufruir dos seus direitos. Para que isso aconteça, se faz necessário que a educação seja de qualidade e disponibilizada obrigatoriamente e de forma gratuita à todos os cidadãos, conforme a lei que rege a educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina, em seu

art. 4º I- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
a) pré-escola;
b) ensino fundamental;
c) ensino médio; (1996).

O referido artigo foi alterado pela Lei nº 12.796, de 20 de abril de 2013, conforme Carneiro (2005).

Se ainda estamos com o nosso olhar voltado para a melhoria da qualidade da educação é porque não estamos satisfeitos com a que temos. Isso provoca, ou assim deveria acontecer, em nós docentes, inquietação. Afinal, esse direito ganhou amparo legal desde 1948, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, contemplado no,

Art. 26º. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita pelo menos a correspondente ao ensino elementar. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos em plena igualdade (2014).

Assim, à data em que esse texto é escrito, já se passaram 69 anos que a educação é garantida à população mundial. E até hoje, em pleno século XXI, no ano de 2017, ainda faz parte do cotidiano de muitos, desejar melhorias para a educação. Isso significa que a educação ofertada não está como deveria, a serviço do desenvolvimento profissional e pessoal de todos os cidadãos.

Além desse amparo legal, no Brasil se conta também com Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a vigente, que determina no

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (1988, p. 137).

A referida lei destaca no artigo acima (205) que a educação que o Estado deve disponibilizar à população é a que proporcione ao indivíduo capacitação para o cumprimento dos seus deveres de cidadania, e conseqüentemente, o usufruto dos seus direitos.

Com o intuito de colaborar para efetivação do direito à educação, o Ministério de Educação e Cultura Brasileiro elaborou um Plano de Metas que foi lançado pelo Governo Federal em 2007, o Compromisso Todos Pela Educação, composto de 28 diretrizes. Esse plano tem a missão de, *Contribuir para a efetivação do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade até 2022* (BRASIL, 2014). Ainda, há como suporte, desde 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que os professores utilizam como referência, no momento de prepararem as atividades para serem desenvolvidas em sala de aula. Esses PCNs nos advertem *para o fato de que os índices brasileiros de repetência estão diretamente relacionados com a dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever* (BRASIL, 1997). E é a instituição escola com a participação da família, os responsáveis pelo ensino sistematizado, que deve possibilitar ao educando desenvolver todas as habilidades que cada nível de ensino requer. No que se refere ao ensino da língua materna, Travaglia menciona que há várias questões que envolvem esse ensino, mas ressalta a seguinte,

Outra questão importante para o ensino da língua materna é a maneira como o professor concebe a linguagem e a língua, pois o modo como se concebe a natureza fundamental da língua altera em muito o como se estrutura o trabalho com a língua em termos de estudo. A concepção de linguagem é tão importante quanto à postura que se tem relativamente à educação (2005, p. 21).

Recentemente o Governo brasileiro, com o objetivo de melhorar a educação ofertada aos brasileiros, no dia 25 de junho de 2014, aprovou o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), planejamento para dez anos, composto de vinte metas direcionadas à política educacional. Dentre essas vinte metas, vale ressaltar as que se referem à qualificação e incentivo à profissão docente,

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

- Criar, em até um ano, uma política nacional de formação de professores para assegurar que todos os professores da educação básica possuam curso de licenciatura de nível superior na área de conhecimento em que atuam.
- Formar, em até dez anos, 50% dos professores de educação básica em nível de pós-graduação, e garantir que 100% dos professores tenham curso de formação continuada.
- Equiparar, em até seis anos, os salários dos professores das redes públicas de educação básica aos dos demais profissionais com a mesma escolaridade equivalente (MEC, 2014).

Mais um planejamento de metas em médio prazo para a área educacional, objetivando a melhoria da qualidade da educação pública no Brasil.

Em suma, são muitos os documentos legais que asseguram aos cidadãos brasileiros o direito à educação de qualidade, no entanto, ainda há muito que se fazer para que todos tenham acesso a essa educação. Devido a isso, muitas instituições, organizações, grupos, pesquisadores, vêm somando esforços e buscando de forma incansável, melhorias para a educação, porém, percebemos que os avanços são lentos. Essa situação foi comprovada recentemente, quando a Rede Globo de Televisão, (Brasil), via Jornal Nacional, dia 29 de janeiro de 2014, apresentou os dados do 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que acompanha o desempenho das metas que foram estabelecidas em 2000, durante a Conferência de Dacar, no Senegal. Uma delas é a de melhorar a qualidade da educação. Estas metas foram traçadas para serem cumpridas até 2015, por 164 países. O Brasil faz parte desse acordo.

O referido relatório aponta que, *De 650 milhões de crianças em idade de frequentar a educação primária, pelo menos 250 milhões não estão aprendendo o básico de leitura e matemática.* Em relação aos adolescentes, o texto informa que, *muitos não adquiriram as habilidades básicas no primeiro nível de ensino secundário.* O documento destaca ainda que, *a capacitação dos professores e os investimentos em educação estão entre os caminhos apontados para superar esses problemas* (GLOBO, 2014).

Observamos que o relatório, além de apresentar os dados, as metas, ainda sugere alternativas para tentar superar essas fragilidades que ora afligem a maioria da população, de modo específico, àqueles que formam a comunidade escolar.

Destacamos ainda, os dados divulgados em 2013, pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), sobre os estudantes brasileiros. Esse programa informa que em 2012, o Brasil *somou 410 pontos em leitura* (UOL, 2013), dois pontos a menos que em 2009, ocupando o 55º lugar no quesito leitura. Essa mesma pesquisa revela ainda que *49,2% dos alunos brasileiros não alcança o nível 2 de desempenho* (UOL, 2013). Os

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

resultados dessa mesma avaliação em 2015 foram os seguintes, *o país ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática* (GLOBO, 2016).

Observamos que no quesito leitura, no ano de 2012, o Brasil ocupava o 55º lugar e em 2015 decresceu 4 pontos, pois passou a ocupar a 59ª posição.

O Ministério da Educação brasileiro confirma esses dados, pois em 2016, divulgou o seguinte,

O desempenho médio dos estudantes brasileiros na avaliação de leitura foi de 407 pontos, valor significativo inferior à média dos estudantes dos países membros da OCDE: 493. O desempenho médio da rede estadual foi de 402 pontos, enquanto que na rede municipal observou-se o desempenho médio de 325 (Brasil, 2016).

Como vimos, essas fragilidades apresentadas em pesquisas internacionais, também são detectadas pelas pesquisas brasileiras, inclusive pelo próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que apresenta os seguintes dados do Ensino Fundamental,

Anos iniciais, IDEB observado: 2011-5.0; 2013-5.2; 2015-5.5
Metas: 2011-4.6; 2013-4.9; 2015-5.2
Anos Finais, IDEB observado: 2011-4.1; 2013-4.2; 2015-4.5
Metas: 2011-3.9; 2013-4.4; 2015-4.7 (2016).

Observando os dados apresentados acima, verificamos que nos anos iniciais as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação Brasileiro foram alcançadas, porém nos anos finais, dos 3 anos apresentados, apenas no ano de 2011 a meta prevista foi alcançada.

Não poderíamos deixar de observar o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Brasil, do ano de 2014, exame voluntário que acontece anualmente. Nele há um fato que nos chamou a atenção, *529 mil alunos ficaram com zero em redação*. Número bastante alto em relação ao ano anterior, no qual 106 mil ficaram com zero (GLOBO, 2016). Fazendo um comparativo dos dados, vale apresentar as informações referentes ao ENEM de 2016, divulgados pelo Ministro da Educação, no dia 18 de janeiro do ano de 2017, às 12h16m, que apresenta o seguinte resultado, *Na prova de redação, a*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

maioria dos participantes (1.987.251) conseguiu notas entre 501 a 600. Apenas 77 conseguiram nota mil. A nota zero ou a anulação da prova foi para 291.806 estudantes (GLOBO 2017). Os dados informam que em relação à redação do exame referido acima houve um avanço significativo fazendo um comparativo do ano de 2014 com o de 2016.

Não deixa certamente de ser bastante constrangedor, pelo menos para um professor comprometido com a sua prática docente, tomar conhecimento desses dados, que apesar de demonstrarem uma evolução, ainda assim, continua sendo um resultado preocupante. Não há qualquer dúvida que, em função disso, muito há que ser feito, urgentemente, para alterar em sentido positivo, a atual situação. A disciplina de Língua Portuguesa pode e deve ser uma das que poderiam sofrer os ajustes necessários para trazer ensinamentos que os discentes não apenas entendessem o uso da Língua Portuguesa, mas que a soubessem usar com eficácia.

Essas informações são oficiais e confirmam as anteriores e o nosso ponto de vista sobre o assunto em estudo. Porém, de acordo com os dados apresentados acima pelo INEP, o próprio Sistema Educacional Brasileiro já reconhece suas fragilidades. Isso facilita a busca de soluções para os problemas que estão dificultando o progresso dos educandos, que não estão se desenvolvendo plenamente, como deveriam se fosse respeitada a legislação vigente, e até perdendo oportunidades para ingressarem no mercado de trabalho por não terem uma formação de qualidade ou, pelo menos, adequada às necessidades do mercado de trabalho, que está cada vez mais exigindo mão de obra (bem) qualificada.

Dando continuidade aos dados que informam sobre as fragilidades dos jovens brasileiros na sua escolarização, vejamos o trecho da pesquisa realizada em 2012, pelo Núcleo Brasileiro de Estágio (Nube), empresa sediada em São Paulo, que funciona desde 1998, e, dentre outras funções, prepara jovens para ingressar no mercado de trabalho, *através de estágios e programas de aprendizagem.*

Aponta que 40% dos estudantes são reprovados em seleções de estágios por não terem bons resultados em teste de português. Essa pesquisa foi realizada com 6.716 estudantes, o índice de reprovação 39,78% para alunos de Ensino Superior e Tecnológico, já os estudantes de nível Médio e Técnico tem 36,73% em teste de ortografia. Segundo a pesquisa, os números apresentados demonstram a falta de qualidade nos professores do mercado de trabalho (R7. NOTÍCIAS, 2014).

A pesquisa informa que as habilidades não adquiridas no Ensino Fundamental interferem no desempenho dos alunos no Ensino Médio, como também, no Superior.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Concordamos com as informações aqui apresentadas ao considerar que a qualificação docente contribui diretamente para o processo de ensino e aprendizagem.

E ainda sobre o assunto, observemos o que afirma a educadora Márcia Malavasi, da Universidade de Campinas, São Paulo, Brasil, ao ser entrevistada em 2012, por Cristiane Capuchinho:

O jovem que vai à escola não encontra o professor de determinada disciplina ou não tem a aula de maneira adequada. Esse jovem que essa escola [da maneira como é oferecida], não garante um lugar no mercado de trabalho. Então considera que o mais lógico é abandonar a escola (UOL/EDUCAÇÃO, 2016).

Concordamos com o que afirma esta educadora ao considerar que, um ambiente acolhedor, comprometimento e uma boa qualificação profissional são de fundamental importância para o sucesso do educando.

A revista Exame divulgou em 2014, o último resultado que o Instituto Paulo Montenegro, sediado em São Paulo, que tem como *objeto desenvolver projetos sociais na área da educação*, que diz o seguinte, *38% dos graduados brasileiros não sabem interpretar textos complexos nem fazer contas*. (EXAME, 2014).

Bastante preocupante a informação do Instituto, pois as habilidades que já deveriam ter sido desenvolvidas na educação básica, ao não sê-lo, continuam tolhendo o progresso do aluno no ensino superior.

As deficiências no ensino e na aprendizagem, mas especificamente, na disciplina de Língua Portuguesa nos preocupam, mas ao mesmo tempo, nos impulsionam a buscar melhorias para enriquecer e fortalecer o nosso trabalho.

Considerando que nem os dados das pesquisas já mencionadas e nem o resultado de nossa prática docente são satisfatórios, entendemos que necessitamos cobrar dos órgãos competentes, em nosso caso, da Secretaria Municipal de Educação, na qual estamos vinculados, melhorias que fortaleçam nosso trabalho em sala de aula. Neste caso, uma formação, mas que tipo de formação seria? O termo *formação* tem vários significados, dependendo do contexto em que for empregado. Neste caso, formação de professores quer dizer construção de saberes, possibilidades de aprendizagens para desenvolver a prática docente de forma satisfatória. Para Garcia,

A formação de professores é a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores – em formação ou em exercício – se implicam individualmente ou em equipa, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem. (1999, p. 16).

Considerando o conceito do autor, a formação de professores é uma forma de adquirir e/ou construir conhecimentos, de enriquecer e aperfeiçoar a prática docente. Tudo que precisamos no momento.

Para Pimenta, *a formação contínua não se reduz a treinamento ou capacitação e ultrapassa a compreensão que se tinha de educação permanente* (2012, p. 25). Para ela, a formação do professor é algo bem mais abrangente. Ele precisa refletir sobre sua prática, e é esta reflexão que vai oportunizar a promoção de uma investigação da situação-problema para buscar soluções sobre o assunto em estudo, e assim superar os obstáculos que fragilizam a prática docente.

A autora acima citada ressalta as propostas de Donald Schön, o professor norte-americano do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, bastante disseminadas em diferentes países, que também direciona a formação do professor para a reflexão da sua prática. Para ele, a reflexão exige,

Uma busca, uma análise, uma contextualização, possíveis explicações, uma compreensão de suas origens, uma problematização, um diálogo com outras perspectivas, uma apropriação de teorias sobre o problema, uma investigação, enfim (*apud* PIMENTA, 2012, p. 23).

Tudo isso que acontece durante o processo reflexivo do professor, o autor chama de *reflexão sobre a reflexão na ação*. (*apud* PIMENTA, 2012, p. 23). Diante disso, vale salientar quão importante é para o professor desenvolver a habilidade de refletir sobre sua prática.

O que Schön (1992) propõe é bastante enriquecedor para desenvolver uma prática docente capaz de encontrar respostas para os problemas que dificultam o processo de ensino e aprendizagem. Em relação a isso, Pimenta (2012) acrescenta, ao afirmar que não é possível mudar os resultados das ações pedagógicas agindo de forma individual porque não é só um professor de uma determinada disciplina, o responsável pelo processo de ensino e aprendizagem, pelo contrário, todos que compõem a comunidade escolar devem tornar-se grandes parceiros para que suas ações se fortaleçam.

É importante lembrar que a reflexão referida pelos autores acima mencionados

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

não se trata da reflexão inerente ao ser humano, aquela que acontece espontaneamente. Segundo Perrenoud (2002), não é essa reflexão que o transforma em *um profissional reflexivo*. Para ele,

Um profissional reflexivo não se limita ao que aprendeu no período de formação inicial, nem ao que descobriu nos primeiros anos de prática. Ele reexamina constantemente seus objetivos, seus procedimentos, suas evidências e seus saberes. Ele ingressa em um ciclo permanente de aperfeiçoamento (2002, p. 44).

Esse *ciclo permanente de aperfeiçoamento* é essencial a todas as profissões desempenhadas pelo ser humano e, em relação ao fazer docente, não poderia ser diferente.

Destacamos o nosso cotidiano profissional porque temos enfrentado inúmeras dificuldades ao longo de trinta anos de prática docente. Nesse período adquirimos experiência no Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior. Para minimizar essa situação, a pesquisadora, que é graduada em Letras-Português e pós-graduada em Metodologias de Ensino, vem procurando sistematicamente melhorar a sua atuação em sala de aula, participando de encontros diversificados, como: cursos, seminários, programas, dentre outros, que vêm sendo ofertados no decorrer destes anos, de pequenas, mas valiosas conquistas.

Quando nos referimos às dificuldades de nossa prática docente, é porque nossos alunos demonstram, através das atividades diárias, de provas mensais e de concursos de redações que são realizados internamente na escola, que não estão adquirindo as habilidades compatíveis com o ano/série em curso, como por exemplo, casos em que o aluno que está cursando o último ano (9º ano) do Ensino Fundamental: não lê fluentemente; tem dificuldades ao interpretar, pois ao responder uma prova sempre solicita ao professor que faça a leitura, alegando que não é capaz de entender o que acabou de ler; tem dificuldades para redigir textos simples; dentre outros. Essas são situações vivenciadas no cotidiano de sala de aula pelos professores da escola em estudo, que nos levaram a fazer este trabalho de pesquisa.

Entendemos que continuar estudando é de extrema relevância para a prática docente. Para Santos, *O pesquisador se autocorrige quando busca condições para verificar os seus próprios enganos, as falhas cometidas, e o redirecionamento de ações* (2015, p. 187). Isso é o que pretendemos com a realização deste trabalho, identificar as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino

Fundamental II, na escola, universo da pesquisa. Para tanto, consideraremos os dados e as informações coletadas através deste estudo, levando em conta o ponto de vista de cada grupo que aceitou participar desta pesquisa, para que possamos minimizar nossas fragilidades, e assim, continuar exercendo nossa profissão docente ofertando aos nossos alunos uma educação de melhor qualidade. Continuando com o pensamento de Santos, *o ser humano precisa lutar para que seu trabalho seja útil para a sociedade e não apenas sirva para sua própria promoção* (2015, p. 187).

Diante do exposto, compreendemos que podemos fazer muito mais pelos nossos alunos, por isso é necessário que passemos a nos questionar a respeito das estratégias e instrumentos utilizados por nós, professores. Essa situação nos inquieta, porque ministramos a disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II e não estamos satisfeitos com os resultados de nosso trabalho, conforme já mencionamos, os alunos estão concluindo esse nível de ensino sem o domínio do uso das diferentes manifestações, tanto oral como escrita, da Língua Portuguesa, que entendemos como algo que requer correção urgente, devido à nossa experiência docente, e também o que as pesquisas já mencionadas apontaram implicar negativamente, em sua vida escolar posterior. Entendemos que o educando que não desenvolve o hábito de leitura e escrita, que só se adquire com a prática, provavelmente será um forte candidato a apresentar dificuldades para redigir e interpretar. Dificuldades essas que inibirão seu progresso escolar e, mais tarde, os saberes no seu dia-a-dia e, por força dessa falha, porque a entendemos como tal, também perderá oportunidades de uma boa integração no mercado de trabalho.

Com o intuito de melhorar a referida situação, questionamos a nossa prática docente, e, portanto, reconhecemos que precisamos de mudanças nesse sentido. Assim, com a intenção de melhorar a qualidade de nosso trabalho em sala de aula, é que temos, como recorte temático de nossa pesquisa – Formação de Professores em Língua Portuguesa: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, no turno da tarde, na escola denominada de Orquídea¹, localizada na zona urbana, centro, no município de José de Freitas, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), conta com uma população de 38.005 habitantes, situado no Estado do Piauí, na região Nordeste do Brasil.

Esperamos alcançar o objetivo proposto acima. Para tanto, necessitamos de estudar através de uma pesquisa de campo todos os responsáveis pelo processo de ensino

¹ Para preservarmos todos que estudam e trabalham nesta escola, o nome verdadeiro da mesma não será trazido para as páginas deste estudo, sim o fictício, Orquídea, em homenagem as flores, em especial, a esta.

e aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental II, do turno da tarde, da escola Orquídea. Para este trabalho utilizaremos dois instrumentos: entrevista semiestruturada (que será aplicada a gestoras, professores e pais) e questionário misto (que será aplicado aos alunos); após essa coleta dos dados, faremos a tabulação e análise desses dados e, só então verificaremos a contribuição social que esta pesquisa terá no sentido de melhorar o trabalho desses professores, um dos grupos de sujeitos participantes da pesquisa. Conforme Santos, *A pesquisa é o instrumento de ação para que os conhecimentos possam ser úteis à coletividade* (2015, p. 183). Interpretando as palavras de Santos, entendemos que um estudo que não tem contribuição social não tem razão para existir. Naturalmente que não abdicamos de procurar informações em espaço teórico de autores referência neste campo do fazer, através da leitura de livros, artigos da especialidade, documentos, enfim, o que possamos utilizar para adquirirmos informações que nos embasem para podermos elaborar um trabalho credível.

O nosso desejo é que o resultado deste trabalho possa repercutir o mais positivamente possível, na melhoria do desempenho de todos os professores, mas principalmente, daqueles que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, na escola universo da pesquisa e que essa melhoria da prática docente tenha efeitos significativos no rendimento escolar dos alunos.

Compreender o processo de construção e adaptação da educação brasileira é fundamental para compreender como o professor está em relação ao sistema, pois sua formação depende do sistema de educação vigente. É um ciclo que, se bem estruturado, promove construção de conhecimentos e evolui constantemente, mas se mal gerido, traz problemas em curto prazo que levarão um longo período de tempo para serem resolvidos. Assim, é importante compreender e lutar por melhorias para a educação, principalmente por uma formação docente de qualidade, seguida de uma formação continuada. Para tanto, os cursos de Licenciatura devem estar pautados em uma base curricular que possa suprir as necessidades dos alunos formados, os futuros professores. Situação ideal para gerar bons resultados no desempenho do aluno.

Para a realização deste estudo, primeiro, fizemos pesquisas bibliográficas diversificadas sobre a temática para uma fundamentação teórica mais consistente, considerando o que dizem autores como: Paulo Freire (1991), Garcia (1999), Soares (2001), Marconi e Lakatos (2003; 2010), Ribeiro (2003), Teberosky (2003), Chalita (2004), Travaglia (2005), Lopes (2006), Oliveira(2006), Pereira (2006), Libâneo (2007), Moita (2007), Severino (2007), Almeida (2008), Esteban (2008) Mendonça e Mendonça (2008), Cagliari (2009), Rossi; Rodrigues e Neves (2009), Benavente (2010) Romanelli (2010), Alves (2011) Estevão

(2011), Figueiredo e Sousa (2011), Parra Filho e Santos (2011), Perrenoud (2012), Pimenta (2012), Russo (2012), Prodanov e Freitas (2013), Ferreira (2014), Penteado (2014), Richardson (2014), Santos (2015), entre outros.

Analisando as propostas e preocupações dos autores, os resultados das pesquisas já mencionadas, e ainda, o nosso cotidiano de prática docente em uma escola da cidade de José de Freitas, Piauí, entendemos que o professor precisa desenvolver a habilidade de refletir de forma crítica e coletiva sobre a sua ação, para assim poder descobrir os verdadeiros motivos de suas fragilidades, e buscar soluções que possam minimizar essas fragilidades, que entendemos que seja possível conseguir isso através de estudos contínuos.

No segundo momento do trabalho, realizaremos uma pesquisa de campo na escola denominada por esta pesquisadora de Orquídea. Se consentirem, pretendemos pesquisar 4 grupos de sujeitos que participam do processo de ensino e aprendizagem: equipe gestora (Diretora, Vice-Diretora e Coordenadora); 4 professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, nas 9 turmas de Ensino Fundamental II, no turno da tarde; uma representação de 8 pais, sendo 2 de cada turma, e ainda 40 alunos, 10 de cada turma, totalizando 55 pessoas que serão convidadas a se tornarem sujeitos de nossa pesquisa. Para essa atividade faremos uma visita à referida escola para uma conversa informal com a equipe gestora, sobre o assunto. Nessa oportunidade, detalharemos como ocorrerá, passo a passo, o nosso trabalho, caso a equipe gestora, autorize a realização do estudo, em seguida faremos a solicitação de documentos para análise, nomeadamente: Projeto Político Pedagógico (PPP), Ficha de Rendimento e Pasta de Matrícula. De posse desses documentos faremos a leitura do PPP, para aferirmos se contempla as aprendizagens essenciais esperadas de cada série/ano; analisaremos a Ficha de Rendimento, de cada série/ano, momento em que selecionaremos 4 alunos, sendo 2 com melhor e 2 com rendimento mais baixo e com base na Pasta de Matrícula, escolheremos mais 6 alunos de cada série/ano. Conforme já mencionamos, serão 10 alunos de cada turma, e como são 4 turmas (sexto, sétimo, oitavo e nono anos), teremos um total 40 alunos que se aceitarem, se tornarão sujeitos de nossa pesquisa. Aproveitando o fato de estarmos na posse da Ficha de Matrícula, anotaremos o endereço dos pais dos 40 alunos selecionados para com eles marcarmos uma reunião, na qual pediremos autorização a eles para que seus filhos participem do nosso estudo, considerando que esses alunos são menores de idade. Na oportunidade pediremos aos pais presentes, que 8 deles, sendo 2 de cada turma, se tornem também sujeitos de nossa pesquisa, apesar de sabermos que os pais de alunos de escola

pública têm pouca escolaridade, porém essa condição não os exime de sua responsabilidade. Além disso, são os pais que passam a maior parte do tempo com seus filhos. Como diz Içami Tiba, *Assim, a escola tem 30%, os pais 70% de responsabilidade pelo rendimento escolar dos estudantes. Os alunos melhoram muito seu desempenho escolar quando os pais acompanham de perto sua educação* (2009, p.192) e, para Vygotsky (1991), o desenvolvimento da criança, que é um ser social, acontece exatamente através do contato que vai estabelecendo com outras pessoas, além das que compõem seu grupo familiar e o meio em que se integra.

Concordando com o que afirmam os autores apresentados no parágrafo anterior, acreditamos que a participação dos pais acrescentará muitas informações em relação à vida escolar dos seus filhos. Afinal, mesmo que os pais não tenham conhecimento científico suficiente para ajudar na realização das tarefas, eles poderão contribuir observando, conversando, impondo limites, exigindo que seu filho(a) faça as tarefas, frequentando a escola, dentre outras ações pertinentes à situação. Isso é participar do processo de ensino e aprendizagem também. Aliás, ainda recorrendo a Tiba, para com ele concordar que, *quando deixamos de educar os filhos, estamos favorecendo que estes façam o que quiserem e não o que deve ser feito* (2009, p. 250). É em casa, junto aos pais, que à criança devem ser trazidos princípios comportamentais que não cabem, em verdade, como responsabilidade da escola, espaço em que a educação/formação é trazida ao sujeito e este, em respeito aos demais que com ele frequentam esse espaço, sejam colegas, administrativos e docentes, deve comportar-se condignamente, para que a aula decorra o mais normal e pacificamente possível, com a transmissão de informações que se deseja transformem em conhecimentos, de que todos possam tirar proveito. Ainda, Chalita nos afirma que *A preparação para a vida, a formação da pessoa, a construção do ser são responsabilidades da família* (2004, p.21) e, para finalizar este assunto, a compreensão da necessidade da ação colaborativa entre escola e pais, porque, segundo Tiba, *A escola sozinha não é responsável pela formação da personalidade, mas tem papel complementar ao da família.* (2002, p.181). Em termos legais e reconhecendo a importância do elo que deve haver entre estas duas instituições, família e escola, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a vigente, no seu artigo 205, conforme já mencionamos, ressalta que a educação não é dever somente do Estado, mas da família e também da sociedade.

Retomando, o passo a passo de nossa pesquisa, assim, teremos 55 sujeitos que serão pesquisados, sendo: 3 Gestoras, 4 Professores, 8 pais e 40 alunos.

Em outro dia, marcado previamente com a equipe gestora, em comum acordo, com os 04 professores, (também sujeitos da pesquisa), que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, apresentaremos verbalmente a todos o modo como pretendemos desenvolver nossa pesquisa, informando que o instrumento a ser utilizado para a coleta de dados será uma entrevista semiestruturada, em que há possibilidades de, além de respostas brevíssimas, algumas hipóteses de que as pessoas manifestem seus próprios pontos de vista. Assim, caso estes 4 professores e 3 gestoras concordem em participar, marcaremos o dia e hora para realização das entrevistas. Assim, se consentirem estaremos na referida instituição na data e horário combinado. Antes, porém, de iniciar a entrevista, apresentaremos a cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que após a leitura minuciosa do mesmo, para que não tenham nenhuma dúvida, ao aceitarem as condições, serão assinados por estes sujeitos. Após o término das entrevistas com as gestoras e os professores, voltaremos nossa atenção para os pais, utilizando a mesma metodologia usada para os docentes e as gestoras. Destes, além de pedirmos que se tornem sujeitos de nossa pesquisa, solicitaremos também autorização para podermos trabalhar com seus filhos, pois estes estudantes são menores de idade, pelo que é, por lei, necessário ter consentimento de pessoa legalmente responsável pelos filhos, ou tutelados para participarem da nossa pesquisa.

Sobre eles, como já mencionamos em momento anterior, como foram selecionados os 10 de cada turma (sexto, sétimo, oitavo e nono anos). No dia previamente acordado para o encontro, em comum acordo com a equipe gestora, informaremos aos 40 alunos selecionados para se tornarem sujeitos de nossa pesquisa, como pretendemos que aconteça o nosso trabalho, ressaltando que o instrumento utilizado para a coleta de dados será um questionário misto, por ser composto de questões fechadas, semiabertas e abertas. Caso aceitem participar da pesquisa, marcaremos com esses 40 sujeitos bem como com a equipe gestora, data e hora para a realização do questionário. Neste dia, antes de distribuir o questionário, faremos a entrega da cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que os referidos sujeitos tomem conhecimento de todas as informações presentes no documento, que após lido e aceites as condições, o assinem, pois pediremos previamente autorização aos seus pais. No dia combinado, nos reuniremos novamente com estes participantes, em um espaço disponibilizado pela gestão, que deverá ser adequado à situação, tranquilo, afim de que nada ou o mínimo possa dificultar sua concentração, nas respostas às questões colocadas no instrumento de pesquisa que lhes será entregue.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Após a realização da entrevista com as 3 gestoras, os 4 professores e os 8 pais e do questionário direcionado aos outros sujeitos, 40 alunos, faremos a coleta, a tabulação, a análise e, após as informações reunidas, a discussão dos dados encontrados, apresentando esses resultados com toda lisura possível, no capítulo III deste estudo.

Logo após a conclusão dessa investigação nos proporemos, (se estes sujeitos, gestoras e professores, em estudo consentirem) solicitar junto à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do referido município, que disponibilize uma formação continuada que fortaleça a nossa prática, já que a inicial não desenvolveu as devidas competências, pois de acordo com alguns autores, não é possível preparar adequadamente um professor durante um curso de licenciatura. Para Almeida (2008), por exemplo, a formação inicial é apenas a primeira etapa de um longo período de estudos preparatórios para o exercício docente. E, que os estudos devem ser contínuos, sempre fazendo parte da sua vida escolar.

Assim, entendemos que, o professor trabalhar sempre buscando qualidade é um processo complexo, mas possível, se houver envolvimento efetivo de todos, principalmente das gestoras, professores, pais e alunos. Tanto é possível que o Colégio Estadual Augustinho Brandão, com apenas 135 alunos, localizado em um pequeno município, Cocal dos Alves, ao norte do Estado do Piauí, com uma população em torno de 5 mil habitantes, vem se destacando em cenário nacional. Conforme o Jornal Meio Norte (2015), dentre suas vitórias, vale ressaltar: aprovação de todos os alunos da referida escola, no vestibular estadual, no ano de 2010; em 2011, a média do ENEM foi de 524,79, superando a nacional que é de 474,22 pontos para as escolas públicas; um aluno da referida escola já participou duas vezes do programa “Soletrando” no “Caldeirão do Huck”, da Rede Globo de Televisão, da segunda vez, em 2012, ele recebeu um prêmio no valor de R\$ 100 mil reais; um outro destaque é o sucesso dos alunos na “Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas” (OBMEP), na qual já foram premiados com dezenas de medalhas. Só em 2015, seus alunos receberam três medalhas de ouro, oito de prata e cinco de bronze; a escola foi selecionada duas vezes, através de concursos de redações, para participar do Programa “Jovem Senador” que tem o objetivo de *aproximar jovens estudantes do parlamento e proporcionando-lhes conhecimento acerca do Poder Legislativo brasileiro* (MEIONORTE, NOTÍCIAS, 2015).

Segundo o Ministério da Educação e Cultura Brasileiro, o Centro de Ensino Médio de Tempo Integral João Henrique de Almeida Sousa é *a segunda melhor escola estadual do Piauí, ficando atrás apenas da premiada Escola Estadual Augustinho Brandão, situada no município de Cocal dos Alves, distante 230 quilômetros de Teresina.* (MEIONORTE, NOTÍCIAS, 2015).

Esses exemplos nos incentivam e nos dão a esperança de que teremos chances também de melhorar a vida da comunidade escolar na qual estamos integrados.

Como vimos, já houve alguns avanços, porém precisamos melhorar ainda mais, pois, dados oficiais continuam demonstrando que os alunos não estão desenvolvendo de forma satisfatória as habilidades compatíveis com a série/ano em que estão matriculados pois, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, (INEP), em relação à Prova Brasil de 2013, *Esses alunos apresentam algumas habilidades de leitura de textos simples e informativos, mas insuficientes para as exigidas neste patamar de escolarização* (INEP, 2013).

Diante dos dados mencionados, entendemos que o professor precisa refletir sobre suas metodologias e estratégias de ensino, para poder descobrir os motivos dos seus fracassos, e assim, sempre que necessário para se melhorar em seus conhecimentos e práticas educativas, buscar mecanismos para superar os obstáculos que estão dificultando seu trabalho em sala de aula. Para tanto, faz-se necessária a participação efetiva e o comprometimento de toda a sociedade, e que esta faça as devidas cobranças junto ao poder público, nomeadamente: qualificação adequada para os professores; uma boa estrutura física das instituições escolares; remuneração considerando a formação e carga horária cumpridas; materiais didático-pedagógicos, dentre outros, necessários ao bom funcionamento das escolas. O que pretendemos é que cada um *faça sua parte*. Inclusive os meios de comunicação, que geralmente dão destaque a muitas questões como: violência, (in)segurança pública, menores infratores, presidiários, tráfico e consumo de drogas, desestrutura familiar, dentre outros, muitas vezes, esquecendo de enfatizar como é necessário haver educação de qualidade que, através desta, estamos convencidos, de que podemos evitar muitos malefícios, pois os que estudam têm oportunidades para ingressarem no mercado de trabalho com mais facilidade, seja como autônomo ou no serviço público, via concurso, porque estarão suficientemente preparados para assumirem seu lugar na sociedade, de modo a contribuir positivamente para seu melhoramento.

Não podemos deixar de acreditar que a educação capacita as pessoas, contribuindo para promover mudanças positivas em suas vidas e na das pessoas que fazem parte do seu dia-a-dia. Não estamos nos referindo apenas ao conhecimento científico, mas sim, a uma educação que prepare para o futuro um adulto capaz de viver em sociedade, aquele que trabalha para sua sobrevivência, e que respeita, para poder ser respeitado. Em relação a isso, vale ressaltar um trecho da conversa de Manuel Tavares com Ana Benavente, divulgada pela Revista Lusófona em 2010, na qual Benavente afirma, *Sociedades mais educadas devem ser sociedades capazes de atenuarem desigualdades*,

de encontrarem novas – e mais inteligentes – soluções para os problemas (BENAVENTE e TAVARES, 2010, p.141). É esse tipo de sociedade que desejamos e queremos. Portanto, lutar por ela é lutar para ofertar aos nossos alunos educação de melhor qualidade. É isso que queremos alcançar com este estudo, a melhoria da prática docente dos professores, e conseqüentemente, o progresso do aluno, um dos sujeitos mais importantes da comunidade escolar.

Este trabalho está dividido em 3 capítulos. O capítulo I refere-se à formação de professores no Brasil no século XXI. Para contextualizar iniciaremos com um breve histórico da educação brasileira, ressaltando fatos a nível nacional, estadual e até municipal; faremos também uma abordagem em relação à formação inicial do professor, destacando o curso de Licenciatura Plena em Letras-Português, considerando que o nosso objetivo se refere às dificuldades dos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa; além disso, discorreremos sobre formação continuada, considerando-a um contributo para o processo de ensino e aprendizagem e que deve fazer parte da profissão docente. No primeiro capítulo faremos, portanto a construção teórica do estudo.

O segundo capítulo apresentará o percurso metodológico da pesquisa, destacando o tipo de pesquisa, o universo, os sujeitos, os instrumentos e os procedimentos para a realização da pesquisa.

Já o capítulo III tratará da apresentação, análise e discussão dos dados fornecidos pelos 4 grupos investigados: 3 gestoras, 4 professores e 8 pais de alunos através de uma entrevista semiestruturada e 40 alunos, através de um questionário misto, portanto composto de questões abertas, semiabertas e fechadas.

O presente texto se encerra com as considerações finais, momento no qual faremos uma abordagem conclusiva do nosso trabalho de pesquisa com um olhar crítico retrospectivo sobre as informações apresentadas no decorrer do texto, referindo se encontramos as respostas para as dúvidas e indagações que motivaram nossa pesquisa; se estamos satisfeitos ou não com o que descobrimos, e finalmente, se alcançamos o objetivo proposto. Além disso, podemos sugerir, se for o caso, que percurso pode, quem queira estudar este assunto, seguir a partir deste trabalho.

CAPÍTULO I – FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL NO SÉCULO XXI

1.1. Breve Histórico da Educação Brasileira

Na tentativa de explicar os motivos das buscas constantes de melhorias para a educação brasileira, vale ressaltar momentos da história da educação no Brasil.

O processo de colonização do Brasil também foi marcado com a chegada do primeiro Governador-Geral, Tomé de Sousa, em 1549 permanecendo no novo território até 1553. Faziam parte dessa comitiva os padres jesuítas, comandados pelo Padre Manuel da Nobrega. Esta ordem religiosa tinha como missão primeira catequizar os nativos (índios), que habitavam no território recém-descoberto pelos portugueses e, também, proporcionar apoio espiritual às pessoas que para ele iam e manter a organização e paz social na nova colônia. A vinda deste grupo de religiosos foi importante porque, além de efetivamente darem um contributo importante para a educação no Brasil, esta Ordem,

... é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p. 43).

E no que propriamente à educação diz respeito, Veiga informa que,

Os jesuítas foram os principais educadores de quase todo o período colonial, atuando, aqui no Brasil, de 1549 a 1759. No contexto de uma sociedade de economia agrário-exportadora dependente, explorada pela Metrópole, sem diversidade nas relações de produção, a educação não era considerada um valor social importante. Servia de instrumento de dominação da colônia pela aculturação dos povos nativos. A tarefa educativa estava voltada para a catequese e instrução dos indígenas, mas para a elite colonial um outro tipo de educação era oferecido (2000, p. 40).

O autor reforça que os jesuítas mantiveram suas atividades junto aos povos autóctones do Brasil por mais de dois séculos², conhecendo sempre mais e melhor seus

² Os Jesuítas aportaram em Salvador em 1549, na expedição liderada por Tomé de Sousa, o primeiro Procurador do Reino no Brasil. Os padres que se destacaram em território brasileiro foram, primeiro, Manuel da UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

hábitos e tradições. Esse seu cuidado com os índios e, também, com os interesses da coroa portuguesa e a Igreja Católica – contra, por exemplo, em termos religiosos, influências dos protestantes e, em termos políticos, que a sociedade se mantivesse submissa à coroa portuguesa, entre outros – à qual pertenciam, mantendo-se educadores, acabou resultando em que, no Brasil,

... os missionários da Companhia foram responsáveis pela criação da primeira rede de ensino no país e pela construção de numerosas obras, visando à integração das culturas indígenas e das culturas europeias. Destacam-se, entre outras, as peças teatrais e poéticas e o compêndio da gramática da língua tupi - guarani, redigidas por José de Anchieta (BUESCO, 1983, *apud* MASSIMI, 2003, p.71).

Não é de todo errado afirmar que os Jesuítas deixaram seu legado educacional no Brasil, que, segundo Gadotti (2002), é algo visível presentemente, na medida em que, se goste ou não, hoje, geralmente falando se verificam muitas das características descritas em seguida, excetuando os castigos físicos, que os jesuítas praticavam,

... um ensino de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos. Discriminatórios e preconceituosos, os jesuítas dedicaram-se à formação das elites coloniais e difundiram nas classes populares a religião da subserviência, da dependência e do paternalismo, características marcantes de nossa cultura ainda hoje. Era uma educação que reproduzia uma sociedade perversa, dividida entre analfabetos e sabichões, os "doutores". (GADOTTI, 2002, p. 231).

Esse período jesuítico se prolongou até 1759, conforme atestam Rossi, Rodrigues e Neves, no fragmento abaixo:

... em 1759, o Marquês de Pombal (1699-1782), primeiro ministro de D. José I (rei de Portugal de 1750 a 1777), retirou das mãos dos jesuítas o encargo de ministrar qualquer forma de educação em Portugal e em todo o território ultramarino. Com base nessa decisão, a responsabilidade pelo ensino foi atribuída ao Estado. Várias reformas foram empreendidas e muitas delas vigoraram até as primeiras décadas do século XIX (2009, p. 45)

Nobrega, em comando do grupo de religiosos e, também, José de Anchieta e António Vieira. O primeiro colégio jesuíta foi fundado em 1554 e, em 1759 o Marquês de Pombal os expulsou do território português europeu e nos demais sob administração de Portugal, acusando-os de conspiração contra a Coroa portuguesa.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Como vimos, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, expulsou os jesuítas de Portugal, como também obrigou-os a saírem do Brasil, colônia de Portugal na época, e de todos os territórios sob administração portuguesa. Várias são as razões que levaram à expulsão dos jesuítas, de entre elas, seu enriquecimento, sua expansão expressiva junto ao povo indígena, seu poder social de fato, e, também, como muito bem resume Santos no fecho de seu artigo,

A expulsão definitiva, decretada em setembro de 1759, relacionada diretamente com o atentado sofrido pelo monarca no ano anterior, veio apenas coroar um processo cujas linhas gerais já tinham sido desenhadas. Estava em jogo, em ambos os casos, sem prejuízo dos interesses mais imediatos, a questão do ordenamento geral do 'corpo político' e da perfeita harmonia entre seus membros. (2008).

Para Romanelli, a expulsão dos jesuítas causou transtornos à educação na nova colônia;

Inúmeras foram as dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão até as primeiras providências para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico transcorreu um lapso de 13 anos. Com a expulsão, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino (2010, pag. 36).

Isso resultou em prejuízo para quem estava no Brasil e necessitava de ser educado. Como o novo território ficou sem seus educadores, o Estado teve que assumir a responsabilidade da educação, porém ainda perdurou por algum tempo uma forma de educar com traços fortes jesuíticos, pois quem passou a conduzir a educação foram os mestres-escolas, educados pelos jesuítas. Conforme ressalta Romanelli;

Formados nos seminários dirigidos pelos jesuítas, eles foram os naturais continuadores de sua ação pedagógica. Compuseram também o maior contingente de professores recrutados para as chamadas aulas régias introduzidas com a reforma pombalina (2010, p.37).

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

E, além de tudo isto, *As reformas pombalinas causaram uma queda no nível do ensino e os reflexos desta reforma são sentidos até nossos dias, visto que temos uma Educação voltada para o Estado e seus interesses* (RIBEIRO, 1993). Na visão de Rossi; Rodrigues e Neves, os objetivos do ensino da época eram claros, criar um povo educado e subserviente;

Com as reformas da instrução, a administração portuguesa pretendia formar o “civil cristão”, desenvolver entre os homens as civilidades necessárias ao mundo urbano que crescia sem perder de vista a subserviência à monarquia e aos preceitos da igreja. As instruções da reforma pombalina do ensino igualmente revelam as intenções portuguesas. Recomendava ensinar a doutrina cristã, a leitura e a escrita aos meninos, por meio de um misto de cartilha e catecismo que existia na época; esse modelo vigorou até as últimas décadas do século XIX. (2009. p. 51).

Essa situação começou a mudar quando a corte sentiu a necessidade de fundar instituições de ensino, pois precisava de pessoas com formação acadêmica para assumirem os altos cargos da administração. Assim, gradativamente, foram sendo fundadas escolas, academias, universidades, que eram destinadas apenas àqueles de interesse da nobreza, pois os índios e os negros não usufruíam desse direito. De acordo com Cabral e Pena: ... *deve-se levar em consideração que a mão-de-obra na época do Brasil colônia era a escrava, ou seja, eram os índios juntamente com os negros que faziam o trabalho pesado* (s/d., p. 2.). No Brasil colônia, quer porque Portugal se opunha a isso e os próprios colonos não sentiam necessidade de ter uma instituição de ensino superior no país,

Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2006, p.20).

Para os colonizadores, só quem devia ter uma instrução profissionalizante eram os filhos (homens) da elite para darem continuidade aos trabalhos, pois naquela época as mulheres só se dedicavam às atividades do lar. Eram orientadas pelos esposos. Romanelli nos confirma essas informações ao escrever;

Destarte, a escola era frequentada somente pelos filhos homens que não os primogênitos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação

escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios, no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada (2010, p. 33).

E ainda, segundo Romanelli, *O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida na Colônia* (2010, p. 34). Assim, entende-se que não contribuía para qualificar para o trabalho nem tampouco para gerar mudanças de vida. Essa situação começou a mudar com a chegada do Príncipe Regente, D. João VI ao Brasil, tendo a comitiva real aportado no porto de Salvador, em 22 de janeiro de 1808. A estada dos ilustres viajantes em Salvador se estendeu por pouco mais de um mês, tendo a comitiva partido em 26 de fevereiro desse mesmo ano e chegando em 7 de março à que é hoje, e era então, a cidade do Rio de Janeiro, ao então estado da Guanabara. Desde a chegada da corte ao Brasil, fazendo curiosamente, nessa época, que Portugal fosse colônia brasileira, se começou a sentir necessidade de serem organizados cursos profissionalizantes, práticos e técnicos. Conforme a autora acima mencionada, destacaram-se na época alguns cursos e ou escolas superiores como: Academia Real da Marinha, Academia Militar Real, os cursos médicos cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro, Economia Política, Gabinete de Química, Curso de Agricultura (Bahia), Curso de Economia Política, Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura, dentre outras. Esses cursos e ou escolas objetivavam, *proporcionar educação para uma elite aristocrática e nobre de que se compunha a corte* (ROMANELLI, 2010, p. 39).

Essa situação começou a sofrer pequenas mudanças em sua administração, quando o Brasil se tornou independente³ de Portugal. Uma delas foi a promulgação, em 1824, da primeira Constituição Política do Império do Brasil, outorgada pelo Imperador, D. Pedro I, que havia dissolvido a Assembleia Constituinte no ano anterior, após a ter mandado invadir pelos militares, que encontraram resistência, para lhe impor aquele que pode ser entendido como projeto seu e se torna na primeira Constituição brasileira.

A Constituição Política do Império do Brasil foi outorgada em 25 de março de 1824 e foi, dentre todas, a que durou mais tempo, tendo sofrido considerável influência da francesa de 1814. Foi marcada por forte centralismo administrativo e político, tendo em vista a figura do Poder Moderador, constitucionalizado, e também por unitarismo e absolutismo. (LENZA, 2010, pg. 91).

³ A proclamação da Independência do Brasil aconteceu em 7 de Setembro de 1822, tendo D. Pedro I sido proclamado Imperador do Brasil em dezembro do mesmo ano.

Uma distinção marcante entre a Constituição de 1824 é que ela, como dito acima, foi imposta à nação pelo Monarca, portanto, a população não teve participação nela, não a votou. Além do mais, ela foi o que se pode designar de *semirrígida* em termos de seu texto, porque permitia que este pudesse sofrer ajustes, modificações. No mais, ela se equivale à atual, promulgada em 1988, dado que ela como a atual é um documento escrito, no qual estão sistematizadas as leis que regem os demais documentos legais da nação, trata atentamente vários assuntos e foi elaborada por um órgão constituinte convocado pelo Imperador, composto de 10 juristas de sua absoluta confiança. As características da Constituição de 1824, a do Império do Brasil compreende as seguintes características, que em seguida apresentamos;

1. O governo imperial era uma monarquia hereditária e constitucional (art. 3º);
2. Estabeleceram-se quatro poderes, segundo doutrina de Benjamin Constant, os quais eram o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador (art. 10);
3. Foi adotado o Estado confessional sendo o catolicismo como religião oficial do Império (art.5º);
4. Instituiu-se o sufrágio censitário, aberto e indireto (art. 92, V e seguintes);
5. Foi estabelecido um conjunto de direitos e garantias individuais (art. 179);
6. Vigeu durante mais de 65 anos (maior vigência);
7. Vitaliciedade aos mandatos dos senadores que eram escolhidos por meio de uma lista tríplice;
8. Adotou-se como modelo externo as monarquias européias restauradas após o Congresso de Viena;
9. As capitânicas existentes foram transformadas em províncias;
10. Os juizes e jurados compunham o Poder Judiciário;
11. O Imperador exercia a chefia suprema através do Poder Moderador, interferindo nas demais esferas de poder. Consoante a Constituição, tinha por função garantir a independência, harmonia e equilíbrio entre os demais poderes;
12. A assembleia-geral era constituída pela Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores exercendo o Poder Legislativo. (LIMA, 2017).

Em relação à educação, o referido documento ressaltava no seu artigo 179, §32: *A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos* (BRASIL, 1924).

Como vimos, a Constituição de 1824 assegurava o direito gratuito apenas na educação primária. Tal fator foi causando insatisfação na população ao longo dos anos, até que, em 1932, um grupo de celebridades lideradas por Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Cecília Meireles, dentre outros, organizou um documento que manifestava a insatisfação aos modelos de educação da época, tendo ficado conhecido

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que reclamava obediência à Constituição vigente. Em relação a esse manifesto, Romanelli destaca,

Ao proclamar a educação como problema social, o Manifesto não só estava traçando diretrizes novas para a educação no Brasil, mas também estava representando uma tomada de consciência, por parte dos educadores, até então praticamente inexistente (2010, p. 153).

O objetivo desse movimento e o Manifesto que produziram visava modernizar a educação no Brasil, defendendo um ensino laico e gratuito e de acesso a todas as crianças e jovens. A ação proposta pelos autores do Manifesto é importante na medida em que contribuiu efetivamente para lançar debates sobre a necessidade de melhorias no campo educacional brasileiro. Na realidade, como nos afirma Vidal,

Esvaziado das condições de emergência, o Manifesto sobreviveu como uma carta de princípios pedagógicos, como um marco em prol de uma escola renovada, mas principalmente em defesa da responsabilidade do Estado pela difusão da educação pública no país (2013, p. 586).

Princípios cuja atualidade é inegável. Esse movimento foi um forte impulsionador da educação no Brasil. Foi tão importante que algumas de suas proposições foram incorporadas à Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934, que contou com um capítulo dedicado à educação e à cultura. Em relação à influência do Manifesto ao texto da referida Constituição, Romanelli ressalta, *Assim o é, o artigo 148, que afirma ser a educação direito de todos e dever dos poderes públicos proporcioná-la, concomitantemente com a família* (2010, p. 155). E ainda, segundo essa autora, outros artigos da referida Constituição também foram integrados ao Manifesto,

O de n. 150, referente à fixação do Plano Nacional de Educação, à ação supletiva da União, ao ensino primário integral, à gratuidade do ensino, etc. o de n. 151, que representa a vitória da luta pela descentralização do ensino, como se vê de seu texto: “Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União”; e os de n. 156 e 157, que são uma tentativa de organização dos recursos fixados para a educação, também reivindicados pelo “Manifesto”, na parte relativa ao problema da autonomia da função educativa (ROMANELLI, 2010, p. 155).

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Como se observa, o esforço das celebridades para impulsionarem, para melhor, o sistema educacional da época não foi em vão. Muitas são as conquistas que ainda hoje originam dessa ação, transcritas nos textos de leis atuais. Já a Constituição de 1937 não enfatizava a educação como dever do estado. Em relação a esse assunto, Romanelli, explica,

No seu artigo 128, que inicia com a seção “Da Educação e da Cultura”, preferiu antes a fórmula suave de tratar o problema, proclamando a liberdade da iniciativa individual e de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares”, quanto ao que respeitava o ensino (2010, p. 155).

Além disso, a referida Constituição deu grande ênfase ao ensino profissional direcionado aos menos favorecidos. Para Romanelli, ... *estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos: estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola* (2010, p. 156), até porque, recordamos, na primeira Constituição republicana a gratuidade do ensino era somente para a instrução primária, conforme se lê em seu artigo 179, inciso 32, que determinava, *A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos* (apud DAVIES, 2010, p. 266). Além dessa realidade, verificava-se que,

... em 15 de outubro de 1827, foi promulgada a Lei Geral do Ensino, determinando a abertura de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. O currículo dessas escolas oferecia à clientela que a frequentava, conforme o artigo 6º da legislação citada, lições de leitura, escrita, aritmética, geometria, gramática da língua nacional, princípios de moral cristã e da doutrina da Igreja Católica. O conjunto de cidadãos a serem assistidos por esses direitos, no entanto, era bastante limitado, se considerarmos que dele estavam excluídos os índios e os escravos (MONTALVÃO, 2011, p.218).

Assim, mesmo com esta determinação, a lei ainda estava contribuindo para a fragilização do ensino do Estado brasileiro, passando a carecer de reformas. Segundo Romanelli (2010), de 1942 a 1946 foi um período em que foram feitas algumas reformas, que ficaram para a história com a denominação de *Leis Orgânicas do Ensino*.

Nesse espaço de tempo, o Brasil experimentou dois governos presididos por Getúlio Vargas. O primeiro iniciou em 1930, através de um golpe liderado por ele mesmo, que derrubou Washington Luís. Vargas governou o Brasil pelos 15 anos seguintes, um governo caracterizado pelo nacionalismo e populismo. Foi um político muito ativo, pois que neste seu primeiro mandato, que desempenhou sem ter sido eleito pelo povo, promulga a

Constituição de 1934, em 1937 fecha o Congresso Nacional e institui o Estado Novo, que o é porque se contrapõe ao que sucedeu. A ele se deve, também, a criação da Justiça do Trabalho, em 1939 e instituiu o salário mínimo nacional. É devido a ele a consolidação das Leis do Trabalho (CLT), semana de 48h de trabalho e férias remuneradas. Especificamente no que à educação diz respeito, Xavier considera que,

A existência de um sistema nacional de ensino, hoje, constitui o legado fundamental de Vargas para a Educação brasileira. Junto a este, o debate a respeito do papel do Estado na Educação, assim como da participação de indivíduos e grupos nos rumos da educação pública é tema que não se esgota nesse momento fundador, mas dele retira e re-actualiza, permanentemente, os argumentos e sentidos que justificam não só luta pela universalização do ensino como os esforços em prol do aperfeiçoamento do sistema público de ensino em nosso país. É o que procuraremos abordar a seguir (2005).

Vargas foi um homem que determinou investimentos de enorme porte na infraestrutura do país, tendo criado indústrias de grande importância para o Brasil, nomeadamente a Siderurgia Nacional em 1940, e, dois anos mais tarde, a Vale do Rio Doce, entre outras ações importantes. É, mesmo assim, um presidente ditador. O seu primeiro mandato terminou em 1945, também devido a um golpe militar.

O segundo período de Vargas à frente dos destinos da nação brasileira ocorreu a partir de 1950, mas agora através do voto popular. Mantém-se um nacionalista e populista. É neste segundo exercício do poder que cria a Petrobrás, a petrolífera brasileira, hoje entre as mais avançadas, tecnologicamente, do mundo. O segundo mandato de Getúlio Vargas foi prematuramente interrompido, porque se suicidou, corria o ano de 1954, devido a grandes pressões a que seu governo estava sujeito, tanto por parte da imprensa, como pela dos militares. Vargas gerava o maior descontentamento entre a elite e os poderosos em geral, pela sua política de estatização de empresas como a Petrobrás, o aumento do salário mínimo, entre outras decisões, provocaram fortíssima oposição ao Presidente, desta vez eleito democraticamente. Os militares se estavam preparando para o depor. Essa ação sofreu uma década de atraso, pelo fato de Vargas se ter suicidado, impedindo os militares de avançarem neste seu intento, porque a população estava muito agitada contra os opositores de Vargas. Mas, inegável se situar este político brasileiro como figurando entre os que em muito contribuiu para o desenvolvimento do Brasil, especialmente no que à infraestrutura e proteção aos trabalhadores diz respeito. A educação, âmbito de importância para qualquer nação, não deixou de ter, também, as devidas atenções. A década de 1930 é

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

aquela em que o Brasil sai da sua característica de nação de produção agrícola, para a indústria. Tal como aconteceu em outros países, também no Brasil se verifica a expansão dos espaços urbanos, o que também originou novos grupos sociais, possibilitando maior mobilidade das pessoas e aumentou tanto a oferta de trabalho, como cresceu o consumo.

Naturalmente que, para poder enfrentar esta nova realidade porque a nação brasileira atravessava, tornava-se necessário ensinar as pessoas a saberem lidar com as novas formas de produção. É com a educação que o Brasil vai poder garantir seu progresso e, claro, também, mão de obra qualificada que ajude nesse crescimento. De entre as várias obras indicadas atrás, com a promulgação da Constituição de 1934, se entendia ser necessário o estabelecimento,

... de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar; e a proposição de inúmeras reformas educacionais no período, demonstrando que, nessas décadas, ocorreram mudanças formais e substanciais na educação escolar do país. Foi sem dúvida um momento em que predominou uma visão otimista em relação à educação, como instrumento de democratização e equalização social (ANDREOTTI, 2006, p.105).

O Brasil fervilha com atividades relacionadas à educação, de que, apenas como exemplo para mostrar um pouco das decisões tomadas em nível de governo, temos os seguintes Decretos:

- a) Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942:
Lei Orgânica do Ensino Fundamental;
- b) Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942
Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- c) Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942:
Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-lei 6.141. De 28 de dezembro de 1943:
Lei Orgânica do Ensino Comercial. (ROMANELLI, 2010, p. 157).

Além disso, com debates, vingando os ideários da Escola Nova, trazidos dos Estados Unidos da América do Norte, com John Dewey⁴ à cabeça, da Europa com nomes como os de Adolphe Ferrière, Johann Pestalozzi, Maria Montessori, entre outros, que

² Estava em curso a I Grande Guerra Mundial quando Dewey trouxe a público um dos seus muitos pensamentos, de que não se ... *force a criança a nada ... deixe-a mover-se livremente ... deixe-a passar de um objeto interessante a outro ... devemos esperar pelo desejo da criança, pela consciência da necessidade.* (apud DARLYMPLE, 2015, p.26), para deixar claro o quanto é distinta sua visão de educação da de modo tradicional.

acabaram por ser os mentores de,

... muitas escolas privadas experimentais, mas são as pedagogias mais tradicionais, baseadas em currículos bem definidos e transmissão sistemática de conteúdos, valores e atitudes, que predominam nos países que conseguiram, com mais sucesso, implantar uma educação universal de qualidade (SCHWARTZMAN, 2009, p. 6-7).

Mas todos querendo avançar por novos rumos na educação, fugindo do tradicionalismo, introduzindo um novo método pedagógico em que o aluno era o centro das atenções, isto é, deveria se olhar ao estudante como entidade com direito a manifestação, porque, se não é conhecedor em mesmo grau que seu professor, não deixa de ter história já e, com isso, seus próprios conhecimentos, ou seja, segundo Oliveira, esta educação ... *preconiza o construir – o novo homem, o conhecimento, a nova escola – tudo em bases naturais, livres de coerções de todas as espécies* (2006, p.154). Enfim, a escola deveria, segundo os impulsionadores da nova educação, ser um espaço de acolhimento democrático, e não elitista, como acontecia anteriormente à década de 1930. Vale uma citação relativamente longa de Andreotti, para podermos entender do quando aconteceu no Brasil, então,

Várias reformas educacionais, tanto da União quanto dos Estados permeiam a década de 1930. A ação do recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública se fez sentir com a Reforma Francisco Campos, Ministro (1930-1934) do recém criado Ministério da Educação que, em 1931, estruturou e centralizou para a administração federal os cursos superiores, adotando o regime universitário; organizou o ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos: um fundamental, de 5 anos e outro complementar, de dois anos para determinadas carreiras, ambos obrigatórios para o ingresso no ensino superior; e criou o ensino comercial (ensino médio profissionalizante). O ensino primário ou elementar e o ensino normal não foram contemplados nessa legislação por serem de competência dos Estados. (2006, p.106-107).

Não deve ser difícil de entender que as inovações sempre transportam consigo dúvidas e, difícil é as ideias serem unânimes tanto em concordância ou discordância, como nos mostra Crato (neste caso lançamos nosso breve olhar para Portugal) que,

nem sempre de forma correcta, com a “escola moderna”, com o “ensino progressista” ou com o “ensino centrado no aluno”. Ideias que se estendem por várias áreas políticas, que tiveram uma influência crescente no Ministério da Educação ao longo dos anos 80 e 90, que, portanto, vingaram sob a acção de governantes de partidos tão diversos como o CDS/PP, o PPD/PSD e o PS. Ideias que têm simpatias em todos esses partidos e noutros (2011, p.9).

E por mais criticado que Crato possa ter sido quanto às decisões que tomou enquanto exerceu a pasta de Ministro da Educação de Portugal, incontestemente é a subida do *ranking* português no PISA 2015 e, em uma entrevista⁵ muito significativa e elucidativa para quem está no meio, como nós, é a visão deste Senhor quando, em resposta a uma pergunta da jornalista Ângela Pinho, da Folha de São Paulo nos afirma:

A.P. O Senhor é um crítico do chamado “eduquês”. Quais são os maiores mitos da educação?

N.C. Há muitos. Um é que os alunos só devem aprender o que gostam. O problema é que eles só podem saber o que gostam depois de aprender. Portanto, além de motivar os alunos, é preciso ter uma pressão sobre eles para lhes transmitir conhecimentos e habilidades fundamentais.

Outro mito é que avaliação faz mal, cria estresse e os jovens ficam traumatizados. Mas avaliação não é um obstáculo, é um incentivo. Todos precisamos. Tudo isso são mitos antigos.

O que se chama de pedagogia moderna no fundo são ideias muito velhas, de mais de um século, muitas sem fundamento. Exemplo é a noção de que a exigência prejudica os pobres. Não, ela é amiga deles, porque os mais favorecidos podem ir a escolas privadas, podem ter apoio especial. Os mais desfavorecidos, não. Ou a escola pública lhes dá o conhecimento e as capacidades de que precisam, ou terão mais dificuldade no futuro (2017).

Como é evidente de se ver, não há verdades absolutas nem um só caminho para uma área da importância que realmente tem a educação. O que todos concordamos é que tem que haver ação constante, para cada vez mais melhorarmos nosso ensino e o conhecimento de professores e alunos e o estado não pode fechar seus olhos à responsabilidade que tem, em educar seus cidadãos.

Voltando nosso olhar ao Estado Novo, que segundo Molina ... *era híbrido, uma criação altamente pessoal e Getúlio estava satisfeito com esta identificação* (1997, p. 113). Com o poder centralizado na figura do Presidente, populista, fervorosamente anticomunista,

⁵ Não queremos deixar de assinalar este documento, pelas ideias nele contidas, mesmo que seu conteúdo possa provocar discordâncias, mas vale pelo que traz de reflexões. Pode ser lida a entrevista, na íntegra, em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1875676-e-preciso-abandonar-modismos-educativos-diz-ex-ministro-portugues.shtml>

para dizer que continuavam a haver reformas na educação, nomeadamente através de decretos, como:

- a) Decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946:
Lei Orgânica do Ensino Primário;
- b) Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946:
Lei Orgânica do Ensino Normal;
- c) Decreto-lei 8.621, de 10 de janeiro de 1946:
Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- d) Decreto-lei 9.613, de agosto de 1946:
Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (ROMANELLI, 2010, p. 157 e 158).

Observemos que os Decretos mencionados acima se referem a níveis e ou modalidades de ensino diferentes, denominados na época de Leis Orgânicas, as quais objetivavam reorganizar o ensino, contribuindo para a melhoria e, pode dizer-se, também, evolução do sistema educacional brasileiro. Tantas leis criadas, via decretos, deram lugar à Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946, na qual não estava, ainda, determinada a obrigatoriedade do Estado em ofertar a educação à população. O artigo que tratava da educação dizia o seguinte:

Art. 166: A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.
Art. 167: O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem (ROMANELLI, 2010, p. 175).

A referida Constituição, para muitos educadores, apenas tratava os ramos da educação de forma separada, e suas necessidades eram de uma lei composta de diretrizes e bases comuns à educação. Romanelli lembra ... *que o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional* (2010, p. 176). Foi esse o projeto, liderado por Lourenço Filho, que após treze anos de estudo, deu origem à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, na qual a educação é entendida como: *direito de todos e dever do Estado* (BRASIL, 1961). Na segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, está escrito,

Art. 1º. O ensino de 1º e 2º graus tem como objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL,1971).

Já a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a vigente, no artigo 205, conforme já mencionamos anteriormente, determina que é obrigação do Estado e da família com a participação da sociedade ofertar educação de qualidade à todos os cidadãos.

Os educadores e os educandos brasileiros, atualmente, são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Já mencionamos anteriormente o que estabelece o artigo 4º. Agora nos referimos a dois artigos desta lei: um referente à aprendizagem da leitura e da escrita e o outro à formação docente, assuntos relacionados ao tema em estudo. Vejamos o que está determinado no art. 32: *O ensino fundamental [...] terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo* (BRASIL, 1996).

De acordo com os dados das pesquisas que seguem: 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, (2014); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, (INEP), (2014); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), (2014 e 2016); Instituto Paulo Monte Negro (2014); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), (2013); Núcleo Brasileiro de Estágio (NUBE), (2012), Universidade de Campinas, (2012); Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2006) e Secretaria da Educação Básica, ainda há muitos educandos que não usufruem desse direito. Eles não estão desenvolvendo de forma satisfatória as habilidades em leitura e em escrita, por isso precisamos recorrer às autoridades para que façam valer também o conteúdo do artigo 62, da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que determina: §1º: *A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério* (BRASIL, 1996). Conforme observamos, esse direito não pode ou não deveria ser negado àqueles que estão dispostos a ensinar nem aos que querem aprender. Para tanto, se faz necessário cobrar dos órgãos competentes o seu cumprimento, como também, penalidades para aqueles que o violarem.

Não podemos concluir esta abordagem sem fazer menção à história da

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

educação do Piauí, bem como de um dos seus municípios, José de Freitas, que é o universo de nossa pesquisa.

O Piauí é um dos estados da Região Nordeste do Brasil. De acordo com o censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE), o referido estado conta com uma população de 3. 118. 360 habitantes.

A educação no Estado do Piauí foi acontecendo lentamente. Conforme já relatamos no início deste capítulo, no Brasil a educação formal teve início com a chegada dos padres jesuítas. No Estado do Piauí não foi diferente, também voltada para a religião cristã. Segundo Cunha, os jesuítas,

Limitavam-se a ensinar a doutrina cristã de viva voz, pela velha cartilha, e às manifestações externas do culto, isto é, sermões, procissões, missas, confissões, etc. . . Não cogitaram nunca de fundar escolas ou colégios para o ensino das primeiras letras. Foi pecado original da nascente colônia. (1924 p. 65, *apud* RIBEIRO, 2003, p. 83).

Outros autores têm posicionamentos diferentes em relação ao assunto, como Nunes, ao dizer que,

Não se limitavam os jesuítas a ministrar a doutrina cristã. Fundaram uma escola e usariam carvão, tinta vegetal, areia, folhas de pacobeira, material didático de que dispunham, e, dessa forma, ensaiam-se como precursores da escola moderna (1996, p. 50, *apud* RIBEIRO, 2003, p. 83).

Segundo Ribeiro (2003), a primeira escola do Estado do Piauí recebeu o nome de Boa Esperança, pois foi fundada em 1820 na Fazenda Boa Esperança, de propriedade de Padre Marcos de Araújo Costa, atual município de Padre Marcos. O Padre era o proprietário e o regente de sala de aula. Apesar de ser de propriedade privada, a escola ofertava ensino gratuito em regime de internato, a todos que desejassem, e funcionou até 1850, quando morreu o seu proprietário e professor. Assim, Boa Esperança é considerada a primeira escola do Estado e o Padre Marcos, . . . *primeiro mestre-escola do Piauí* (RIBEIRO, 2003, p. 85).

E ainda, de acordo com Ribeiro (2003), em 1815 foram criadas 3 escolas em municípios diferentes do Estado do Piauí, nomeadamente Oeiras, Parnaíba e Campo Maior. Devido às carências financeiras e profissionais da época, estas instituições só vieram a

funcionar mais tarde. Isto nos leva a concluir que a educação formal no Estado do Piauí foi acontecendo de forma mais lenta em relação aos outros estados da Região Nordeste, pois no Estado da Bahia, a primeira escola começou a funcionar em 1549, período de instrução missionária, com a chegada do primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Sousa. Esta situação começou a mudar após a Independência do Brasil, principalmente após D. Pedro I outorgar a Constituição Política do Império do Brasil, Carta de Lei de 25 de março de 1824, conforme já mencionamos, determinava o seguinte, em seu artigo 179, XXXII: *A instrução primária é gratuita a todos os Cidadãos* (BRASIL, 1824). Amparados por este documento surge o período de expansão das escolas do estado, gerando um problema, a falta de professores capacitados para o exercício da docência. Diante disso, o governo começou a viabilizar estudos em outras províncias e até fora do país para qualificar profissionais em diversas áreas para ocuparem altos cargos do governo, bem como para exercerem a docência.

E ainda, de acordo com Ribeiro (2003), Zacarias de Góes e Vasconcelos, político que ocupou vários cargos no cenário brasileiro, dentre eles foi o Presidente da Província do Piauí de 1845 a 1847, que oficializou o ensino secundário através da Lei nº 198, de 04 de outubro de 1845, época em que foi fundado o Liceu Provincial em Oeiras, primeira capital do estado do Piauí. Depois, em 1852, a capital do estado foi transferida para Teresina, e assim houve a transferência também do Liceu, que passou alguns anos paralisado, sendo *extinto pela resolução nº 511, de 1º de agosto de 1861* (RIBEIRO, 2003, p. 86). E reaberto seis anos depois, e que ainda hoje se encontra em pleno funcionamento com o nome de Colégio Estadual Zacarias de Góes, sediado no centro da capital, Teresina atendendo aos alunos do Ensino Médio.

Ao longo dos anos, muitas escolas privadas e públicas foram criadas no Estado do Piauí.

Destacamos de modo especial, a implantação e funcionamento do curso Normal, no Estado do Piauí. Falar da educação, no estado do Piauí, obriga a um olhar, ainda que breve, às suas origens, século XVII, com a chegada dos fazendeiros da Casa da Torre, oriundos da Baía. Entre esses primeiros habitantes colonizadores estavam dois desbravadores: os irmãos Mafrense, Domingos Afonso e Julião Afonso. Estes se dedicavam à pecuária e, sendo necessário manter e cuidar do gado, os vaqueiros que desenvolviam essa profissão não sentiam necessidades de adquirirem educação escolar para tal. O saber prático era o que lhes bastava para garantirem que suas tarefas seriam bem desempenhadas. Porque, além desse fator, o Piauí tinha pouca população, e a que existia distava centenas quilômetros entre si; as precárias condições de comunicação entre os

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

habitantes da região, a inexistência de pessoas com bons conhecimentos para poderem exercer a profissão de professor são algumas importantes razões para sabermos que a educação chegou em “marcha lenta” ao estado do Piauí. Nem os jesuítas, que em outras partes do país haviam desempenhado as funções de educadores, neste estado nordestino brasileiro, onde permaneceram por 48⁶ anos, desenvolveram essencialmente funções administrativas que os absorvem de tal forma que ... *não lhes deixa espaço às atividades culturais e educacionais nas quais foram atuantes em outras regiões da Colônia*. (BRITO, 1996, p.13). Mesmo assim, os jesuítas fundaram uma escola no Piauí, ... *em 1749 (...) o Seminário do Rio Parnaíba, localizado em Oeiras, (...) não era um colégio propriamente dito, mas Seminário. (...) Foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário, com ensino de gramática e humanidades* (OLIVEIRA e ASSIS, 2009, p. 4). Com a expulsão dos jesuítas de todos os territórios sob administração de Portugal e de Portugal continental, a educação sofreu um retrocesso sério, com resultados desastrosos para o Brasil porque, como os ideais iluministas do Marquês de Pombal não foram aplicados naquele país, e, portanto, para quem pretendesse mais educação teria de se deslocar para a Europa, principalmente Coimbra. A expulsão dos jesuítas de território português ou sob seu controle destruiu, assim se pode dizer, o único sistema de educação organizado que então existia no Brasil Colônia. O Estado viu-se obrigado a ter de intervir, para substituir este grupo de religiosos que vinha desempenhando funções de grande mérito, não apenas na educação, é certo, mas nosso foco está nesse campo do fazer. Para Niskier,

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas (2001, p.34).

E porque acontece este descalabro no Brasil? Porque o país não havia sido contemplado com todo o repensar do sistema educativo de que Portugal se beneficiou, tendo o desmantelamento de todo aparato educativo dos jesuítas demorado cerca de três décadas para ser refeito no território sul-americano. Na realidade,

⁶ Os Jesuítas chegaram no estado do Piauí em 1711. Seu principal interesse era a administração das fazendas dos Mafrense, que lhes haviam sido deixadas em testamento pelos irmãos. Em 1759 o Marquês de Pombal os expulsou de Portugal e territórios sob administração portuguesa, daí sua curta passagem pelo Piauí.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

O Brasil não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa (ZOTTI, 2004, p. 32).

Não nos demoremos muito neste assunto, porque pretendemos apenas fazer um breve enquadramento. Mas devemos, ainda, fazer referência breve ao Alvará Régio emitido no ano de 1759, porque é a partir dele que se procede à reforma na educação em Portugal e suas colônias, nesse período. De entre as várias determinações para laicizar o ensino, melhor preparar os estudantes a poderem aceder à Universidade, melhorar o ensino da Língua Portuguesa, introduzir matérias de natureza científica, é com ele, segundo Seco e Amaral, que o referido Alvará de 1759

... pode ser visto como o primeiro esforço no sentido da secularização das escolas portuguesas e de suas colônias, entendendo que somente um ensino, dirigido e mantido pelo poder secular, poderia corresponder aos fins da ordem civil (s/d.).

Avancemos na matéria e no tempo. Segundo Ribeiro (2003), devido à falta de professores preparados para o exercício do Magistério, o governo do Estado começou a fazer tentativas para pôr a Escola Normal para funcionar. A primeira tentativa levou a que a escola tivesse funcionado por dois anos apenas, de 1865 a 1867, no prédio em que funcionava a Assembleia Legislativa. De 1867 a 1874, a Escola Normal passou a funcionar no Liceu, e como não houve êxito, logo foi fechada. Em 1882, voltaram a ser matriculados alunos novamente, porém, de novo não foi longo o período de funcionamento do Liceu, pois, em 1888 foi fechada novamente.

Entendemos assim, que a educação no Estado do Piauí, na época não era prioridade, pois a criação e extinção de escolas eram ações corriqueiras. Diante disso, um grupo de pessoas comprometidas com a causa da educação, em 1908 criou a Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública. Um dos seus membros, o Dr. Antonino Freire, quando Governador do Estado do Piauí, oficializou o ensino Normal através da Lei nº 548, de 30 de março de 1910, que determinava,

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

a) o estabelecimento de ensino de forma livre, leigo e gratuito e dividido em primário, normal e profissional; b) a criação da escola normal destinada exclusivamente ao sexo feminino e ao preparo dos candidatos ao magistério público primário; c) a nomeação, preferencialmente, dos diplomados normalistas; d) a permissão das professoras interinas frequentarem a Escola Normal Oficial para que se efetivassem (PIAUÍ, Lei nº 548/ 1910).

Assim foi instituída a Escola Normal, que ao longo dos anos o seu currículo foi sofrendo alterações com adequações de disciplinas à realidade da época, com o objetivo de buscar mais qualidade para a qualificação dos seus alunos, futuros professores.

O curso Normal por muitas décadas preparou profissionais para reger salas de aula. No Estado do Piauí, somente em 2001, o curso Normal (Ensino Médio) deu lugar ao Normal Superior. A partir desse ano, os alunos, ao se prepararem para o exercício do Magistério teriam a oportunidade de se habilitarem em curso Superior, no Instituto Superior de Educação Antonino Freire. Isso obedecendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que já havia determinado que todos os docentes deveriam ter habilitação superior para poderem continuar exercendo o magistério. Vale referir que a Universidade Federal do Piauí, (UFPI) bem como a Universidade Estadual do Piauí, (UESPI), já dispunham de cursos de licenciatura.

Em relação à história da educação freitense, Lopes (2006) informa que a primeira escola do município foi inaugurada no dia 19 de abril de 1928, o Grupo Escolar Padre Sampaio Castelo Branco, instituição que ainda se mantém até hoje com o mesmo nome e estrutura física e em pleno funcionamento, na qual estão matriculados neste ano de 2017, 365 (trezentos e sessenta e cinco) alunos de Ensino Fundamental. De acordo com a autora atrás referida, após 28 anos é que o município passou a contar com a segunda escola, que foi inaugurada no dia 7 de abril de 1957, o Grupo Escolar Antônio Freitas, sediado à rua José Cândido Gaioso, e que depois passou a ser chamado de Grupo Escolar Ferdinand Freitas⁷.

A população foi crescendo, com isso cresceu também o número de alunos e a necessidade de um espaço para abrigar os alunos que estavam preparados para ingressar no curso ginasial, e ainda segundo Lopes (2003), no dia 5 de outubro de 1964, o município foi contemplado com mais uma escola, o Ginásio Moderno Estadual Antônio Freitas⁸, o qual

⁷ Ferdinand Carvalho de Almendra Freitas (1920-1985), foi comerciante e Prefeito da cidade de José de Freitas por 4 mandatos.

⁸ Antônio de Almendra Freitas Neto (1947 -), economista e político, tendo exercido um mandato como Prefeito de Teresina, de 1983 a 1986 e, mais tarde, de Governador do Estado do Piauí, cargo que exerceu de 1991 a 1994.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

até à presente data continua funcionando, ofertando o Ensino Fundamental e Médio à população do município de José de Freitas.

Atualmente, o referido município conta com 04 escolas da Rede Estadual que atendem aos anos finais do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. E para atender aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conta com 46 escolas na Rede Municipal, e na esfera Federal, O Instituto Federal de Educação (IFPI), ofertando cursos técnicos. E ainda, há no município três escolas da rede privada, que acolhem alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Observemos que no decorrer dos anos o número das instituições escolares foram crescendo devido, também, ao aumento populacional. Quanto aos resultados, as instituições particulares continuam evoluindo, ao contrário, muitas escolas públicas do Estado do Piauí em geral e, em particular, as do município de José de Freitas, ainda clamam por melhores condições de infraestrutura e seus docentes clamam por melhores salários, boas condições de trabalho, resultados satisfatórios e qualificação profissional.

Podemos conferir esta situação através dos dados da pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, (INEP). A referida pesquisa divulgou em 2010, que 4 escolas de Teresina, capital do Piauí, da rede privada fazem parte das 26 melhores escolas do Brasil. Enquanto isso, em relação às públicas, a situação é diferente. O referido instituto divulgou em 2013, as suas descobertas sobre as condições das escolas da rede pública de ensino no Piauí. Na oportunidade, salientamos também o município de José de Freitas, universo da pesquisa. Os dados da tabela abaixo apontam a necessidade de melhorias dos resultados referentes ao Ensino Fundamental.

Tabela 1. Situação das escolas da Rede Pública de Ensino fundamental

	Rede Estadual		Rede Municipal	
	Piauí		José de Freitas	
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
Manter	2,8%	0,1%	0,0%	0,0%
Melhorar	29,8%	31,1%	40,0%	0,0%
Atenção	23,9%	23,8%	20,0%	0,0%
Alerta	43,6%	44,9%	40,0%	100%

Fonte: INEP (2013).

Os dados da referida tabela foram montados de acordo com os dados divulgados pelo INEP, referentes ao ano de 2013, que revelam que a situação das escolas das duas Redes Públicas de Ensino, estadual e municipal, nas quais funciona o Ensino

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

fundamental, não é satisfatória, pelo contrário, requer reflexão e ações urgentes em relação ao desempenho das escolas. Observemos a tabela acima, em relação às escolas públicas da Rede Estadual, quanto aos anos iniciais, veremos que apenas 2,8% das escolas deve manter o mesmo padrão; 29,8% melhorar; 23,9% em estado de atenção e 43,6% em estado de alerta. Quanto aos anos finais, apenas 0,1% deve ser mantido; 31,1% precisa melhorar; 23,8% em atenção e 44,9% em estado de alerta. No que se refere às escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de José de Freitas, a situação nos causa mais inquietação, pois nos anos iniciais, nenhuma escola demonstra resultado satisfatório; 40% precisa melhorar; 20% em estado de atenção e 40% em alerta. Quanto aos anos finais, 100% se encontra em estado de alerta.

É importante também destacar o Índice de Desenvolvimento Da Educação Básica, (IDEB), do ano de 2015, da Rede Municipal de Ensino de José de Freitas, Piauí. Nas séries iniciais, superou a meta que era 3.8, alcançando 4.0. Já nos anos finais não atingiu a meta projetada que era 4.0, ficando com apenas 3.6.

Os referidos dados informam que a escola precisa de apoio mais efetivo para continuar progredindo, principalmente que os recursos sejam devidamente aplicados na qualificação dos docentes, bem como em recursos materiais. Segundo Cagliari:

A escola pública, sobretudo de ensino fundamental, não é pobre só na fachada; também o é em seu funcionamento, por vezes indigentes. Vendo o trabalho de muitas professoras por este Brasil, constatamos que em muitos casos elas não dispõem do material de que precisam para realizar seu trabalho (2009, p. 9).

Entendemos que a qualificação profissional é essencial para uma boa prática docente, porém, os recursos materiais também influenciam no resultado final do trabalho do professor.

1.2. Formação Inicial do Professor

[] a formação inicial do professor merece atenção especial, por constituir-se não apenas como pré-requisito legal ao exercício da profissão, mas também por ser o substrato sobre o qual será construída toda a sua carreira (PENTEADO, 2014, p. 36).

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Portanto, falar em mudanças de pressupostos da educação para melhorar a situação do sistema de ensino e não falar em qualificar os professores, e não falar em colocar os docentes e sua formação como central é não almejar transformações. Nesse sentido, contribuir com a melhoria da educação, parte sem dúvida nenhuma de uma melhor formação dos professores. Não que este seja o único fator que influencia na qualidade da educação, mas ele em sua essência é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. A melhoria do sistema educacional inevitavelmente passa pela melhora do docente, conforme o trecho do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE),

Melhorar a formação docente implica instaurar e fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo aos entraves e aos desafios apontados. Para isso, não bastam mudanças superficiais. Faz-se necessária uma revisão profunda dos diferentes aspectos que interferem na formação inicial de professores, tais como: a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação inicial e os sistemas de ensino (BRASIL, 2000, p. 12).

Como vimos, o CNE planeja mudanças de caráter curricular, de conteúdos que desenvolvam competências necessárias à prática docente. Assim, a centralidade da formação do docente vem sendo discutida e planejada pelos órgãos competentes, mas ainda muito há que ser resolvido, melhorado, adaptado, reestruturado, aproximando cada vez mais a realidade dos docentes em sua formação à realidade em que eles de fato estarão inseridos quando estiverem em sala de aula, não mais apenas como professores-alunos lendo a teoria, mas como professores, transmitindo o saber a diversos alunos.

A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do MEC explica os fundamentos da docência numa conceituação objetiva do que se almeja da mesma,

§ 1º Compreende-se à docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional. (BRASIL, 2015).

Assim, compreender o que seja a docência e o que ela requer do profissional que a exerce, faz-se de igual forma necessário para entender como se estrutura o processo de ensino no que se refere ao professor. O Ministério da Educação e Cultura brasileiro em sua Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em cursos de nível superior afirma,

É amplamente reconhecido que só a existência de professores preparados e comprometidos com a aprendizagem dos alunos pode dar sustentação a médio e longo prazo à reforma da educação básica e abrir caminho para que novas gerações da mesma surjam, a partir da avaliação e ajuste das medidas que estão sendo implementadas agora. Embora todas as políticas que se destinam a prover as condições básicas para o funcionamento da escola sejam importantes, só professores que assumam, na prática, os princípios da reforma poderão garantir o bom uso dos materiais, fazer do desenvolvimento curricular um processo vivo e dar à gestão educacional a dimensão pedagógica da qual ela tanto se ressentia nos dias de hoje. É certo que há uma enorme distância entre o perfil de professor que a realidade atual exige e o perfil de professor que a realidade até agora criou. Essa circunstância provoca a necessidade de muito investimento na formação profissional (BRASIL, 2000, p. 12).

O MEC reconhece que se faz necessário *muito investimento na formação profissional* porque, além do comprometimento do professor com a sua prática docente, a sua formação influencia diretamente no resultado final do seu trabalho, que é a aprendizagem dos alunos. Assim, faz-se necessário também, um planejamento adequado à realidade do aluno; que as condições físicas do ambiente sejam satisfatórias; que seja paga uma remuneração digna a quem exerce a função de professor e o reconhecimento, pelas autoridades, da importância do trabalho docente para o desenvolvimento da sociedade.

Os problemas da educação do Brasil, em relação à formação dos professores são inúmeros, e o MEC, na Proposta de Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Curso de Nível Superior, sublinha o seguinte: *A revisão do processo de formação inicial de professores, necessariamente, terá que enfrentar problemas no campo institucional e no campo curricular, que precisam estar claramente explicitados* (BRASIL, 2000, p. 21). Isso se deve ao fato de que os professores demonstram em suas ações pedagógicas essas necessidades de mudanças e até as reconhecem, pois

em alguns momentos dos resultados de nossa pesquisa essa situação foi discutida.

Conforme a proposta acima mencionada, às instituições de formação cabe atentarem para as normas gerais de formação e composição do curso, atendendo aos pressupostos direcionados pelo MEC, a fim de contemplarem as necessidades que esses profissionais sentem, para poderem exercer a docência de modo eficiente. Para Ferreira, *A ação de ensinar exige uma formação específica, o pleno domínio do conhecimento teórico e da realidade prática da profissão* (2014, p. 38) e, muito significativamente, desempenhar essa tarefa exige preferencialmente uma pessoa que cada vez mais se entenda como um intermediador do perpassar desses conhecimentos, a pessoas que igualmente têm suas próprias doses de conhecimentos. Ser professor significa uma multiplicidade de seres em uma mesma pessoa, com visões sempre e cada vez mais abrangentes, amparadas em conhecimentos que têm que ser constantemente atualizados. Ser professor é saber pensar e saber ensinar a pensar, é procurar fazer com que a pessoa que se senta à sua frente, em sala de aula, se entenda como pessoa completa que efetivamente é e queira pensar, refletir, saber discutir, querer completar-se em uma busca constante de conhecimentos, além dos que fornece o docente em, sala de aula. Um docente comprometido com a sua função e os alunos com quem contata, não se limita apenas a transmitir-lhes conhecimentos. Esse profissional tem a capacidade, também, de levar seus estudantes a adquirirem conhecimentos e mais, saberem como os utilizar. Portanto, o professor transmite conhecimentos de modo efetivo, ou seja, de modo que os estudantes os recebam, entendam e os saibam usar. Lembramo-nos de Paulo Freire na sua reflexão tão acertada de que *quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado* (1996, p.67). É um ciclo embalado em movimento certo, seguro, apontado ao fazer, ou, podemos dizer, formação continuada, portanto, como nos afirmam Prado; Coutinho; Reis e Villalba que ... *o professor nunca está pronto, acabado, mas, sempre em processo de (re)construção de saberes* (s/d., p.4).

Assim, as disposições sobre a formação de professores especificam a necessidade de uma qualificação que atenda às demandas educacionais do país na formação básica: Fundamental, Médio e Técnico para todos os grupos de brasileiros que careçam de formação conforme suas necessidades específicas. Cabe, assim, ao estado, a responsabilidade pela qualificação desses profissionais, a fim de promover a educação para todos com qualidade, de forma igualitária e gratuita.

Na tentativa de melhorar a qualificação dos profissionais da educação, os cursos de licenciaturas, ofertados no Brasil vêm sendo alvo de debates constantes, principalmente em relação aos cursos de Pedagogia. Conforme Libâneo,

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

O estudo referente à história desse curso, no Brasil, mostrou uma sucessão de ambiguidades e indefinições, com repercussões no desenvolvimento teórico do seu campo de conhecimento e na formação intelectual e profissional do pedagogo (2010, p. 43).

Já conseguimos alguns progressos, porém, recorrendo novamente ao autor acima mencionado: ... *no geral, as mudanças ocorridas ficaram restritas tão somente a alterações na grade curricular dos cursos* [. . .] (LIBÂNEO, 2010, p. 43).

Devido a isso, as discussões sobre o tema, continuaram até que em 1983 foi realizado o Encontro Nacional do Projeto de Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação, em Belo Horizonte. Nesse encontro foi elaborado o documento que exigia do Estado a *reformulação dos cursos*. Conforme Brzezinski, o documento direcionava que seria *o início do desatrelamento das 'amarras oficiais'* (1992, p.19). E ainda, nesse mesmo documento, *encontravam-se as exigências feitas ao Estado pelos educadores, consideradas fundamentais e indispensáveis ao desenvolvimento de propostas de reformulação de cursos* (1992, p. 79, *apud* PEREIRA, 2006 p. 57). O autor se refere assim, porque nesse período o povo brasileiro ainda suportava os resquícios do autoritarismo implantado pelo regime militar, desde 1964. A partir desse primeiro encontro, os problemas dos cursos de licenciaturas passaram a ser discutidos com o objetivo de minimizá-los ou solucioná-los.

Segundo Pereira:

Em relação à questão específica das “licenciaturas polivalentes”, a cada ano os documentos finais dos encontros nacionais desse movimento reafirmam a necessidade de extinção das licenciaturas curtas e parceladas, a médio ou longo prazo e a não-autorização do funcionamento de novos cursos desta natureza (2006, p. 57).

Ainda, de acordo com Pereira, além do problema já referido e que já foi superado, outros problemas dos cursos de licenciaturas foram surgindo com o tempo, como:

Destaca-se o complexo problema da dicotomia teoria prática, refletido na separação entre ensino e pesquisa, no tratamento diferenciado dispensado aos alunos do bacharelado e da licenciatura, na desvinculação das disciplinas de conteúdo e pedagógicas e no distanciamento existente entre formação acadêmica e as questões colocadas pela prática docente na escola (2006, p. 57).

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Para solucionar esses e outros problemas dos cursos de licenciaturas, em 1991 foi criado o Fórum de Licenciaturas, *com poder deliberativo, tem o mérito de fomentar o debate nas instituições de ensino superior brasileiras e de incentivar a realização de projetos e o levantamento de propostas para as diferentes licenciaturas* (PEREIRA, 2006, p. 67).

Como vimos, ao longo dos anos, muitas foram as tentativas para melhorar a qualidade dos cursos de licenciaturas, e certamente, os debates em torno do assunto continuarão a acontecer, considerando que as formações são dinâmicas. Em relação a esse assunto, Pereira ressalta,

Os desafios colocados para a melhoria dos cursos de licenciatura talvez sejam muito maiores que uma simples reforma curricular, que mudanças nas ementas, nomes e carga horária das disciplinas ou na concepção de formação de professores que se tem hoje nas universidades (2006, p. 158).

A formação docente é complexa, além disso, infinita, pois é permanente. Para Celani, *o professor é um eterno aprendiz* (1988, p. 160, *apud* PEREIRA, 2006, p. 49).

Não podemos discordar desse ponto de vista. Afinal, a aprendizagem faz parte da vida de todo e qualquer profissional. No que se refere à instrução formal, é viabilizada pelo professor em sala de aula, que enquanto ensina aprende também. E é através da prática que o professor vai descobrindo a importância e complexidade do seu trabalho. Penteado afirma que,

Só foi possível perceber o que é ser professor exercendo a profissão. Em outras palavras, foi na prática do cotidiano escolar que, ao contrário do pensamento ingênuo constituído durante a formação acadêmica, pude vivenciar o ser professor e perceber o quão é complexa essa profissão (2014, p. 19).

Devido a essa complexidade é que muito já se tem feito, mas há, ainda, muito o que se fazer, na tentativa de superar os obstáculos que dificultam o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, vale ressaltar que muitas ações significativas, como as acima mencionadas: Proposta de Diretrizes Curriculares, Encontro Nacional do Projeto de Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação, dentre outras, vêm sendo implementadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Várias universidades e faculdades espalhadas pelo Brasil continuam discutindo e elaborando propostas para melhoria dos cursos de licenciaturas ofertados, devido às exigências do Ministério da Educação e Cultura, (MEC) que respaldado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - Lei nº 9.394/96, que destaca em seu artigo 62, já mencionado em momento anterior, a responsabilidade dos entes federados em promover a formação dos professores, tanto a inicial, como a continuada.

Além das determinações dessa lei, que rege a educação brasileira, o Governo Federal realiza avaliações dos cursos superiores ofertados, com o objetivo de controlar sua qualidade. Isso não significa que o aluno sairá pronto a enfrentar uma turma de sua formação acadêmica. Ele certamente continuará aprendendo durante sua prática, adquirindo experiência. Da mesma forma que o professor almeja uma formação adequada, os familiares responsáveis pelos seus filhos também desejam para estes um ensino de qualidade.

Para Guskey, é através da prática que o professor vai aprimorando ou transformando suas ações para alcançar seu objetivo primeiro, que é a melhoria no rendimento dos alunos. Esse progresso do educando é que pode gerar mudança significativa nas *crenças e atitudes da maioria dos professores* (1986, p. 7, *apud* GARCIA, 1999, p. 48).

E para que essas tão almejadadas mudanças e transformações aconteçam se faz necessário que o sistema coloque à disposição do professor uma formação voltada para a sua prática. Como diz Penteado, o professor precisa, *Acreditar em uma formação que possa dar visibilidade e credibilidade àquilo que o professor realiza no cotidiano: uma formação preocupada em reconhecer e valorizar a atividade do professor como produtora de conhecimento* (2014, p. 21).

A formação docente vem sendo debatida ao longo dos anos, ainda assim, se faz necessário que os estudos em torno do assunto continuem em pauta, pois a formação docente influencia diretamente no resultado da sua prática. Para Demo: *a qualidade da educação depende, em primeiro lugar, da qualidade do professor* (2002, p. 72 *apud* PENTEADO, 2014, p. 36). O referido autor ainda acrescenta que, as formações deveriam atender às necessidades dos profissionais. No que se refere ao professor, deveria ser uma *formação primorosa* (DEMO 2002, p. 79 *apud* PENTEADO, 2014, p. 36).

Devido a essas necessidades, com o intuito de melhorar a qualidade da educação ofertada aos brasileiros, em 2009, foi criado pelo Governo Federal, através do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Este plano está voltado para a formação inicial, bem como

para a segunda licenciatura. Portanto, é um plano que oportuniza ao professor uma qualificação adequada à sua atuação em sala de aula, assim o professor terá a oportunidade de escolher o curso compatível com as suas necessidades docentes e, naturalmente, também, essa formação complementar lhe trará mais conhecimentos, os quais poderão compartilhar com seus alunos e, assim se espera, ajudar na melhoria do ensino e aprendizagem.

Para tanto, o Ministério da Educação *vai destinar, no segundo semestre de 2016, 105 mil vagas em cursos de graduação presenciais e à distância para professores que já atuam na rede pública e precisam complementar sua formação* (GLOBO, 2016).

O Censo Escolar de 2015 reconheceu esta necessidade ao apontar os seguintes dados, *Se considerada apenas a área de física, 56,6% dos professores têm licenciatura em área diferente. Em matemática é de 33,3%, em língua portuguesa, o total é de 26,3%* (GLOBO, 2016). Esperamos que esta iniciativa contribua para que as mudanças comecem a acontecer.

Esta é mais uma ação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil, para melhorar a qualificação do professor, e conseqüentemente, a qualidade da educação que ora é disponibilizada ao povo brasileiro.

No Estado do Piauí, além do PARFOR, a Universidade Estadual do Piauí, (UESPI), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, (FAPEPI), através do Edital, nº 001 de 2012, autoriza a concessão de bolsas aos seus docentes para que possam avançar em sua qualificação em Mestrado e Doutorado. E ainda, o Centro de Educação Antonino Freire, da Rede Estadual, também oferece aos seus docentes da área, um Curso de Formação Continuada em Língua Inglesa. Como vimos, as iniciativas tendentes à melhoria da prática letiva dos professores existem. Elas têm, regra geral, sido aproveitadas.

As ações são constantes, pese embora os estudos e os resultados das pesquisas aqui já apresentadas demonstram necessidade de melhoria para a formação dos profissionais docentes. Importante manter abertas as possibilidades e que possam continuar sendo aproveitadas, porque temos que acreditar que haverá, em prazo curto, melhorias que acabarão sendo sentidas nas escolas brasileiras.

1.2.1. Formação de professores no curso de Licenciatura Plena em Letras – Português

Já que o nosso trabalho tem como objetivo identificar que dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental

II, não poderíamos deixar de mencionarmos informações referentes à formação inicial de professores em Letras-Português.

Na tentativa de identificar se essas fragilidades são devidas à formação inicial dos professores que serão investigados, realizamos um breve estudo sobre a composição do currículo dos cursos de Letras-Português, no Brasil. De acordo com uma pesquisa realizada em 2008, pela Fundação Carlos Chagas, ela destacou que o curso de Letras-Português é composto de 1.397 disciplinas, assim distribuídas,

190 disciplinas são optativas e 1. 207 são obrigatórias, relacionadas aos conhecimentos específicos da área, correspondendo a 51,6% do total. Das demais categorias de análise propostas 15,4% dizem respeito a outros saberes, 10,5% são conhecimentos específicos para a docência, 8,5% a fundamentos teóricos, 12,7% dividem-se de forma semelhante entre conhecimentos relativos aos sistemas educacionais, pesquisa e TCC e atividades complementares. Somente 1,2% das disciplinas é destinado a conhecimentos relativos à modalidade de ensino específicos (INFOESCOLA, 2008).

A pesquisa conclui que, a formação do professor de Língua Portuguesa brasileiro *forma mais na direção do especialista disciplinar do que na direção da formação de um professor de língua portuguesa* (INFOESCOLA, 2008).

Segundo Perrenoud, *a formação profissional dos professores ainda está em busca de seu caminho no contexto das universidades* (2001 f, g e h, *apud* PERRNOUD 2002, p. 30). Observemos que em sua obra do ano 2001, o autor direcionava as fragilidades da formação profissional às instituições de ensino superior. Um ano após, em 2002, ele afirma o seguinte, *os formadores trabalham, refletem, formam-se, inovam, mas com frequência cada um continua no seu canto* (PERRNOUD, 2002, p. 31). Essas palavras do autor nos fazem compreender, que de certa forma, os formadores continuam resistindo às mudanças. Mas é forçoso trazermos à consideração que as deficiências ou, se se preferir um termo mais ameno, as dificuldades não podem ser colocadas exclusivamente à inadequada formação dos docentes. Há todo um aparato que contribui para que as dificuldades se façam sentir, nomeadamente o modo como a Tutela rege, financia e legisla a este respeito ou, muito friamente, como tarda em fazê-lo.

E ainda, segundo a pesquisa mencionada acima, a situação não é diferente, no que se refere aos cursos de pedagogia, que têm como objetivo preparar diferentes grupos de profissionais para atuarem na área educacional (Gestores, Coordenadores, Supervisores, Professores e até Pesquisadores). De acordo com a pesquisa, esses cursos

não priorizam os conteúdos nem as didáticas da Educação Básica. Essas informações possibilitaram à revista Nova Escola comparar a grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade de Helsinque (Finlândia) com a que é ofertada no Brasil: na Finlândia o curso tem a totalidade de 1.971 horas enquanto que no Brasil o curso tem duração de 839 horas (carga horária referente a conteúdos e didáticas da Educação Básica). Esses dados evidenciam que no país nórdico europeu, a carga horária relacionada a *quê e como ensinar* é mais do que o dobro da brasileira (INFOESCOLA, 2008).

Para Azevedo; Ghedin; Silva-Forsberg e Gonzaga.

Se tomarmos por base estudo feito recentemente por Gatti (2010) que trata das características e problemas da formação de professores no Brasil, notamos que a situação não demonstra avanços significativos. A autora, ao analisar projetos pedagógicos de cursos de licenciatura de instituições públicas e privadas das cinco regiões do país, revela um panorama desolador quanto às condições dos cursos de formação de professores para a educação básica, mostrando a necessidade urgente de uma revisão profunda nas estruturas dos cursos. Uma das causas apontadas pela autora para essa situação, que sofre implicações da pulverização na formação e indica uma formação frágil, distante das necessidades formativas de professores para atender às exigências da educação básica, é a ausência de um eixo formativo para a docência que articule teoria e prática. (2012, p.1003).

Dando continuidade ao trabalho, a referida revista, considerando as fontes do Ministério da Educação da Coréia do Sul e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), identificou que a taxa de abandono nos cursos de Pedagogia brasileiro é de 24%, enquanto que na Coréia do Sul é de 0% e ainda, tendo como fontes o Ministério da Educação do Japão e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, sobre formação continuada, assinala que 100% dos japoneses são atendidos em estudos contínuos, enquanto que, em São Paulo, o Estado assiste só 90%, deles. Considerando que São Paulo é o estado brasileiro que mais investe em capacitação, se compararmos com os outros estados da federação, esse percentual decresceria consideravelmente.

Ressaltamos esses três países como parâmetro (Coréia do Sul, Finlândia e Japão) por atingirem os melhores índices nos rankings dos exames internacionais. Essas informações nos fazem acreditar que aquele professor que está em permanente formação, aprendendo sempre, terá oportunidades para gerar mudanças em sua comunidade escolar. Dada a importância dessa formação, no item seguinte faremos considerações pertinentes ao assunto.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Compreendemos que nem o Sistema Educacional Brasileiro, nem o Curso de Licenciatura Plena em Letras-Português direciona ao professor o que ele deve ensinar em relação à Língua Portuguesa. Conforme Cagliari,

O objetivo mais geral do ensino da língua portuguesa para todos os anos da escola é mostrar como funciona a linguagem humana e, de modo particular o português; quais os usos que tem, e como os alunos devem fazer para estenderem ao máximo, ou abrangendo metas específicas, esses usos nas suas modalidades escrita e oral, em diferentes situações da vida (CAGLIARI, 2009, p. 24).

Neste caso, é importante destacar que o Sistema deve analisar os currículos dos cursos de Licenciatura Plena em Letras-Português para posteriores adequações que possam suprir as necessidades dos professores, que conseqüentemente, poderá também, atender de forma mais efetiva às necessidades dos alunos, proporcionando uma educação de melhor qualidade. É com esse pensamento, que entendemos que os profissionais da educação carecem de formação continuada ao longo de sua carreira.

1.3. Formação Continuada do Professor

1.3.1 Uma contribuição para o processo de ensino e aprendizagem

Iniciamos este item à luz das considerações de Werneck:

A competência está mudando de figura. Não se trata mais de competência puramente acadêmica, em que o diploma fala mais alto: trata-se de uma competência que segue uma formação continuada. Não se concebe mais uma empresa que não esteja preocupada com a formação permanente de seus membros (2014, p. 116).

Entendemos que todo e qualquer profissional, até aquele que tem uma formação compatível com a sua área de atuação, sempre carece de estudos contínuos. A formação continuada faz parte da vida daqueles que buscam melhorar a qualidade do seu trabalho para colher melhores resultados, no que se refere ao professor, isso não é diferente. Para Esteves, no entanto,

Cada política de formação de professores, cada instituição, cada formador e cada profissional tendem a aderir, consciente ou inconscientemente, de forma mais ou menos pronunciada, a uma dada imagem, enquanto ideal e enquanto ação concreta, ou o que também é muito frequente, dissociando o ideal proclamado e a ação concreta, proclamando uma coisa e fazendo outra. Dependendo da imagem prevalecente, assim o profissional adota uma determinada escala de valores profissionais, determinada forma de trabalhar com os currículos e os programas de ensino, determinado modo de estar na escola e de se relacionar com os alunos, os colegas, as autoridades educativas e a comunidade próxima (2015, p.157).

Concordando com o ponto de vista da autora, no geral, infelizmente, as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais planejam suas ações, sem um estudo prévio em relação ao que precisa melhorar. Recorrendo novamente, ao que Esteves (2015) nos afirma em sua participação no Colóquio que aconteceu na Universidade do Algarve, Portugal, sem esquecer de que é da maior importância uma consistente e sólida formação que o docente tem que ter, considerando que também não podemos deixar de referir, porque,

... o professor tem que ter formação sólida no que respeita aos conteúdos que ensina mas também no domínio das metodologias, dos procedimentos e das estratégias para o fazer e no âmbito dos contextos em que o faz. Tais exigências não são compatíveis com uma carreira institucionalmente desprestigiada e com representações acerca dos desempenhos que, por vezes, parecem ser desprovidas da relevância social. A qualidade da formação inicial é pois intrínseca aos modelos de formação e aos seus resultados mas também condicionada pelo lugar e pelo papel que a sociedade atribui aos professores (ESTEVES, 2015, p.155).

Não deixam de ter peso significativo, estas palavras de Esteves, na realidade vivenciada no Brasil presentemente. O vocábulo *formação* tem diferentes significados, dependendo do contexto em que for empregado. Segundo o dicionário Aurélio, formação: 1. *É o ato ou efeito de formar*; 2. *Modo por que se constitui uma mentalidade, um caráter, dentre outras funções.* (1989, p. 355). A formação a que nos referimos neste capítulo tem esses significados de modo superficial, pois a formação docente está imbuída de diferentes ações e por isso, apresenta resultados diferentes. Nas ações do Professor estão embutidas muitas responsabilidades que o diferenciam de outros profissionais. Garcia nos apresenta o que pensam Flodem e Buchmann que, *ser professor implica lidar com outras pessoas (professores) que trabalham em organizações (escolas) com outras pessoas (alunos) para*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

conseguir que estas pessoas aprendam algo (se eduquem) (1999, p. 45, *apud* GARCIA, 1999, p. 23 e 24).

Conforme o autor, o papel do professor implica desempenhar diferentes funções com diferentes pessoas, simultaneamente, por isso ser professor, para aqueles comprometidos com suas funções, é bem mais complexo do que se pensa. Para Medina e Dominguez,

. . . consideramos a formação de professor como a preparação e emancipação profissional do docente para realizar crítica, reflexiva e eficazmente um estilo de ensino que promova uma aprendizagem significativa nos alunos e consiga um pensamento-ação inovador, trabalhando em equipa com os colegas para desenvolver um projeto educativo comum (1989, p. 87 *apud* GARCIA, 1999, p. 23).

Considerando o ponto de vista do autor entendemos que o professor precisa agir refletindo e inovando sempre em seu cotidiano, para isso necessitamos de estudos constantes. A formação inicial é apenas uma etapa que acontece numa determinada instituição, na qual são ministradas as disciplinas condizentes com o currículo do curso de licenciatura escolhido, que geralmente, no Brasil, é um percurso a ser percorrido ao longo de quatro anos. Mas isso é só o início de uma caminhada, já que a formação docente deve ser permanente. Para Soares,

. . . formar o professor não é apenas qualificá-lo em uma “área específica”, capacitá-lo teórica e metodologicamente para ensinar determinado conteúdo, mas também formá-lo para enfrentar e construir a ação educativa em sua totalidade (2001, p. 93).

Isso significa que precisamos de formação contínua ao longo da profissão docente, pois o saber do professor vai se construindo, aliando teoria à prática docente. No entanto, frequentemente não é isso que sucede. Geralmente, o aluno ao concluir seu curso de licenciatura, que é a formação inicial, recebe seu título de conclusão de curso que o autoriza a exercer o trabalho de professor. No início da carreira, a maioria entende que essa formação é o suficiente. Ledo engano, pois que, com o contato desenvolvido no cotidiano com os alunos, se vai percebendo a necessidade de melhorar conhecimentos, para saber melhor praticar o ato de ensinar.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Para Paulo Freire: *Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde. . . Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. Agente se forma educador permanente na prática e na reflexão sobre a prática* (1991, p. 32). As palavras de Freire reforçam o que já foi dito anteriormente, que o professor carece de estudo e reflexão permanentes enquanto exercer a carreira docente, pois nenhum curso é capaz de tornar um profissional competente o suficiente por muito tempo. Afinal, enquanto durar a sua prática, a construção de conhecimentos deve ser contínua. Para Veiga,

A docência requer formação profissional para seu exercício: conhecimentos específicos para exercê-lo adequadamente ou, no mínimo, a aquisição das habilidades e dos conhecimentos vinculados à atividade docente para melhorar a qualidade (2009, p. 25 *apud* FERREIRA, 2014, p. 38).

Com este intuito, o Plano Nacional de Educação, PNE, instituído em 2010 estabelece metas voltadas para a formação continuada do professor. Dentre elas vale ressaltar o que determina a meta 16: *Formar cinquenta por cento dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação* (BRASIL, 2010).

O PNE adotou esta meta porque é um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina o seguinte,

Art. 61: A formação de profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:
I. a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço (BRASIL, 1996).

Como vimos, a formação dos profissionais da educação é um direito assegurado por lei, ainda assim, foi necessário que o PNE, através de uma de suas metas, colaborasse para o cumprimento do referido artigo. Porém, é importante salientar que é uma ação complexa, considerando que para exercer sua função, a lei exige que o professor tenha uma formação inicial, no caso, um curso de Licenciatura, e enquanto exerce sua prática docente, os estudos devem ser contínuos para poder aos poucos desenvolver habilidades e competências necessárias a um fazer pedagógico satisfatório. Assim, o professor estuda

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

antes, bem como, no decorrer de sua prática docente na tentativa de aliar teoria à prática, para possibilitar ao aluno um ensino capaz de mudar para melhor as suas vidas. Para Ferreira, *A articulação entre teoria e prática pedagógica na formação de professores é algo complexo que depende de vários fatores para que a justaposição aconteça de maneira satisfatória no processo de ensino e aprendizagem* (2014, p. 38). E ainda, de acordo com Ferreira, *A dinâmica do processo entre teoria e prática só se estabelece quando o professor é consciente do seu papel como agente transformador da realidade social, principalmente da escola ou da universidade* (2014, p. 40).

Para Perrenoud, *É preciso combater essa dicotomia e afirmar que a formação é uma só, teoria e prática ao mesmo tempo, assim como reflexiva, crítica e criadora de identidade* (2002, p. 21).

O referido autor, ainda acrescenta, *que todos os formadores,*

- Sintam-se igualmente responsáveis pela articulação teoria-prática e trabalhem por ela, cada um à sua maneira;
- Tenham a sensação de contribuir para a construção dos mesmos saberes e competências (PERRENOUD, 2002 p. 23).

Geralmente os formadores não se questionam em relação às suas metodologias e suas didáticas aplicadas em sala de aula, se atendem ou não às necessidades dos alunos, futuros professores. Perrenoud (2002), ainda sugere que as universidades estabeleçam laços mais estreitos com as escolas e com os professores que recebem os estagiários com o objetivo de conhecerem as suas realidades.

Considerando o ponto de vista do autor entendemos que teoria e prática se completam, pois quando temos só a teoria e não as colocamos em prática não haverá transmissão de conhecimentos e, portanto, não haverá construção de saberes. Assim, não terá nenhum valor social. Concluímos que as duas são essenciais a um bom desempenho docente.

A revista Nova Escola, em sua edição do mês de outubro do ano de 2008, divulgou o resultado dos dados de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos. Nesta foram selecionados dois alunos no mesmo nível de desempenho (50%). Um foi colocado com um professor de *alto desempenho* (NOVA ESCOLA, 2008), o outro com um professor de *baixo desempenho* (NOVA ESCOLA, 2008). Esses dois alunos foram observados durante três anos. No final desses três anos os dois alunos foram avaliados: o que estava

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

sendo assistido pelo professor de *alto desempenho* (NOVA ESCOLA, 2008), de 50%, progrediu para 90% o seu nível de aprendizagem e o outro que estava sob a responsabilidade do professor de *baixo desempenho*, (NOVA ESCOLA, 2008), de 50%, regrediu para 37% o seu nível de aprendizagem. Assim, a pesquisa concluiu que a *qualidade do professor tem influência direta no desempenho dos estudantes* (NOVA ESCOLA, 2008).

Essas informações fazem o professor acreditar que precisa sempre atualizar seus conhecimentos. Para tanto, deve reivindicar esse direito, sempre que houver necessidade, pois essa insistência ao longo dos anos vem demonstrando progressos. De acordo com Pereira (2006), nos anos 70, o professor era considerado um *técnico em educação*, nos anos 80 passou a ser concebido como *educador*, já nos anos 90, como *professor-pesquisador*. (PEREIRA, 2006, p. 51). Segundo esse autor,

De mero transmissor de conhecimentos, neutro, preocupado com o seu aprimoramento técnico, o professor passa a ser visto como agente político, comprometido com a transformação social das camadas populares. (. . .) privilegia-se, na década atual, a visão do professor como profissional reflexivo, que pensa-na-ação e cuja atividade se alia à pesquisa (PEREIRA, 2006, p. 51 e 52).

O ponto de vista do autor evidencia que a sociedade, cada dia, exige mais do professor. Quer que ele faça sempre mais e melhor, aumentando assim a sua responsabilidade. Em relação ao assunto, Werneck ressalta o seguinte, *Portanto, o momento é dos professores, sobretudo dos que sabem e sabem bem, dos que sabem e sabem ensinar* (2014, p. 13).

O Ministério da Educação e Cultura do Brasil, (MEC), ao longo dos anos vem disponibilizando aos Estados e Municípios programas de formação que deveria ser continuada, porém a cada 2 anos, com as mudanças de Governadores e Prefeitos, estes cursos são interrompidos atrapalhando o seu resultado final. Conforme Pimenta, além disso, existem outros motivos dos insucessos desses cursos,

. . . o investimento de grandes recursos em programas de formação contínua, por parte do estado, cujos resultados se perdem por não terem continuidade e não se configurarem como uma política de formação que articula à formação inicial e ao desenvolvimento das escolas (PIMENTA, 2012, p. 46 e 47).

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Como somos docentes efetivos da Rede Pública de Ensino, podemos afirmar que em anos anteriores recentes, já participamos de alguns programas, como: QUALIESCOLA, um programa planejado e executado por uma instituição privada, que assiste aos alunos do Ensino Fundamental reforçando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; PRALER e PRÓ-LETRAMENTO, dois programas ofertado pelo MEC, direcionados ao desenvolvimento da leitura e da escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental; GESTAR I e II, também disponibilizado, pelo Governo Federal, direcionados aos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, dentre outros. Os referidos programas foram interrompidos devido à mudança do Gestor Municipal. Segundo a nossa pesquisa de campo que foi realizada em outubro de 2016, no corrente ano, a Rede Municipal de Ensino de José de Freitas não contava com nenhum programa de formação continuada direcionada ao Ensino Fundamental II. Esta situação ganha notoriedade ao considerarmos o Censo Escolar de 2015, que refere o seguinte,

De acordo com o levantamento, cerca de 200 mil professores precisam de formação complementar, pois atuam em sala de aula sem terem concluído os estudos necessários. O número representa 38,7% do total de 518.313 professores que ensinam na educação básica da rede pública (GOLBO, 2016).

Os dados demonstram, que nós professores carecemos mesmo de uma formação permanente, uma formação que nos possibilite crescimento intelectual enquanto profissional docente. Uma formação que proporcione conhecimentos e promova debates, discussão, questionamentos, reflexão, para que o ato de ensinar se torne uma prática reflexiva. Que seja uma formação que comungue com o ponto de vista de estudiosos da área, como por exemplo, Perrenoud ao dizer que,

... a formação contínua visava – e sempre visa – atenuar a defasagem entre o que os professores aprenderam durante a formação inicial e o que foi acrescentado a isso a partir da evolução dos saberes acadêmicos e dos programas, da pesquisa didática e, de forma mais ampla, das ciências da educação (2002, p. 21).

Dando continuidade ao assunto em pauta pertinente ao nosso estudo, Penteadó acrescenta que a formação do professor, é *um processo movente, inacabado e constante*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

(2014, p. 42). O ponto de vista da autora demonstra que o processo de formação docente é infinita. Sendo assim, o exercício do magistério requer do professor, construção de conhecimentos ao longo da carreira. E que esses conhecimentos atendam às reais necessidades dos docentes, a fim de que eles possibilitem aos seus alunos uma aprendizagem de qualidade. Além disso, Penteadó ressalta que seja, *uma formação que propõe uma reflexão teórica sobre a prática; sobre o fazer diário, o cotidiano escolar* (2014, p. 54). E, para finalizar este assunto de tamanha importância, recorramos ao pensamento de outra investigadora com cujas palavras concordamos em absoluto e que sentimos grande necessidade de concretização em José de Freitas, em especial e, no Brasil em geral de que, feito o percurso formativo, empreendida a ação de educar, ensinar, estar em sala de aula com postura positiva, crítica e amigavelmente, os resultados acabem por ser positivos para docentes e discentes, para a sociedade em seu todo. Como Horta,

Almejo educadores que adotem uma postura analítica, crítica, construtiva, investigativa e reflexiva, não só em relação ao desempenho dos educadores que os acompanham (orientadores cooperantes), como também ao seu próprio desempenho, enquanto agente social numa prática culturalmente situada, ambicionando o comprometimento da educação das crianças numa sociedade em permanente mudança (2015, p.281).

Enfatizamos que o desejo da referida autora é o nosso desejo também, que a escola, de modo especial, os professores estejam realmente preparados para possibilitar aos seus alunos uma educação de melhor qualidade.

CAPÍTULO II – PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. Problemática

Apesar de a pesquisadora ser graduada em Licenciatura Plena em Letras, Português, sempre teve momentos frequentes de reflexão sobre sua prática, considerando que os alunos demonstravam fragilidades de aprendizagem, principalmente no que se refere à leitura e à escrita, como por exemplo: a maioria dos alunos sempre se nega a fazer leituras orais propostas em sala de aula, bem como as produções escritas dos gêneros textuais trabalhados durante o mês. Quando questionados por que não as fazem sempre relatam, *não sei ler e nem escrever direito*. Além disso, as pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação Brasileiro, inclusive o resultado do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e de outras avaliações externas, conforme já mencionamos anteriormente, também demonstram que os alunos precisam avançar no quesito leitura e escrita. Situação que sempre foi motivo de preocupação para esta pesquisadora.

Diante disso, ela própria, sentiu a necessidade de procurar descobrir novas estratégias e instrumentos para serem utilizadas nas propostas de leitura e escrita, buscando com isso melhorias para o processo de ensino e aprendizagem, pois nada pior para um professor ter consciência que algo precisa melhorar em sua prática e não saber o que fazer para mudar essa situação. Para Severino, *A percepção de uma situação problemática que envolve um objeto é o fator que desencadeia a indagação científica* (2007, p. 102).

Considerando o pensamento de Severino, vimos que estávamos diante de uma problemática que precisava de providências urgentes, assim tomamos a iniciativa de realizar este trabalho de pesquisa que tem os seguintes objetivos:

2.2. Objetivos

2.2.1. Geral

– Identificar as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, na Escola Orquídea, no município de José de Freitas, Piauí, Brasil.

2.2.2. Específicos

- Identificar as estratégias e instrumentos utilizados pelos professores;
- Analisar os resultados dessas estratégias e instrumentos utilizados pelos professores;
- Verificar as contribuições da pesquisa para melhoria da qualidade da educação.

2.3. Procedimentos Metodológicos

Para alcançar esses objetivos propostos começamos a elaboração de o nosso projeto embasado em leituras diversificadas, seminários, artigos, dentre outras atividades que nos deram um apoio teórico mais aprofundado sobre o assunto. Dados esses passos e de posse de informações consistentes, seguros do percurso a seguir, inesperadamente tendo de nos retirar para tratarmos de um problema de saúde sério, que nos obrigou a uma parada forçada por um largo período de tempo. Vencido esse contratempo, pudemos finalmente retomar nosso trabalho e avançarmos para a conclusão do estudo que em tempos encetamos e para o qual procuramos os esclarecimentos das dúvidas que nos animaram a querer trilhar o percurso aqui apresentado.

Neste capítulo, apresentamos a explanação de como prosseguimos no caminho para a realização da pesquisa empírica, ressaltando o tipo de pesquisa, o universo, os sujeitos, os instrumentos e os procedimentos que utilizamos de forma objetiva e fiel para a realização do presente trabalho científico.

De acordo com as palavras de Figueiredo e Souza, há dois pontos essenciais que diferenciam os outros conhecimentos do conhecimento científico:

. . . primeiro, para ser científico, o conhecimento precisa ser delimitado, o assunto que se deseja investigar precisa ser bem caracterizado e ser resultado de investigação sistemática da realidade por demonstração ou experimento; segundo, que métodos de pesquisa sejam adequados ao estudo, pois o método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos (2011, p. 17).

Estes autores nos fazem entender que um conhecimento, para se tornar científico, carece de estudos aprofundados e comprovações, dados palpáveis a partir de descobertas concretas baseadas em pesquisas. Mesmo assim, tenhamos em mente que,

Muitos cientistas possuem um credo religioso, outros são racistas, alguns consultam os astros e em algumas situações fazem uso de explicações em bases aristotélicas. Se essas diferentes e até mesmo conflitantes formas de pensamento não coexistissem em suas mentes, elas não seriam mentes humanas. Do mesmo modo, não há razão para crer que apenas uma forma

única e pura de pensamento (a científica) irá prevalecer no futuro (Idem, p.328). (GERMANO, 2011, p.260).

E fiquemos conscientes de que se mantém necessário haver essa busca persistente, para descoberta(s) que farão com que sejam possíveis os vários passos em frente que a curiosidade/estudo nos permitem alcançar. Germano nos afirma que *Qualquer afirmação em bases científicas estará sempre limitada a certas condições relacionadas ao modelo e longe das proposições de natureza absoluta* (2011, p. 324). Sigamos, então, com a confiança e determinação do agora, no caminho da ciência, aquela em que a verdade prevalece até o momento em que encontre algo que a torne, no mínimo, em inverdade ou necessitada de adequações.

2.3.1. Tipo de pesquisa: descritiva

Este estudo teve como objetivo geral descobrir as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, no turno da tarde, na escola a que demos o nome de Orquídea, localizada no município de José de Freitas, Piauí, Brasil. Para a realização desse trabalho, primeiro fizemos uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Marconi e Lakatos, é aquela que:

. . . abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais, filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que é escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicados, quer gravados (2003, p. 183).

Através do contato com muitos desses documentos e meios referidos pelo autor, obtivemos muitas informações referentes ao tema em estudo, enriquecendo assim a nossa fundamentação teórica. Além da pesquisa bibliográfica, também foi realizada uma pesquisa que envolveu a leitura e análise de documentos da referida escola em estudo, autorizada previamente, pelas gestoras, que como os professores, se tornaram sujeitos de nossa pesquisa. Então, foi disponibilizado o Projeto Político Pedagógico (PPP), para que a pesquisadora obtivesse maiores informações referentes ao funcionamento da escola. Recorreremos também às Fichas de Matrícula e às Fichas de Rendimento para seleção dos

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

alunos e dos pais. Nessa oportunidade selecionamos 08 pais e 40 alunos. Então tivemos como participantes da pesquisa 55 sujeitos, sendo: 03 gestoras (Diretora, Vice-Diretora e Coordenadora), 04 professores, 08 pais e 40 alunos.

Depois deste período preparatório, aconteceu a pesquisa de campo, que para Marconi e Lakatos, *é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar* (2010, p. 169). Esta pesquisa foi realizada dentro do previsto, assim denominada porque os sujeitos foram pesquisados em seu ambiente natural. Como afirma Severino,

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador (2013, p 123).

Nessas condições, realizamos nosso trabalho através de uma pesquisa que foi do tipo descritiva. Optamos por este tipo de pesquisa na medida em que fomos observar e fazer registros dessa observação, sem que tenhamos nos preocupado em entrar no mérito dos conteúdos desses procedimentos. Além do mais, acompanhando o pensamento de Parra Filho e Santos (2011), consideramos o todo das variáveis para nos certificarmos das suas correlações com o objeto da pesquisa. Na posse dos dados, avançamos para a descrição do fenômeno e da população investigada. Ainda e recorrendo a Prodanov e Freitas a,

Pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados, sem interferir neles. (...). Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação (2013, p. 51-52).

Assim, foram coletados os dados de nossa pesquisa, através destas técnicas específicas como: pré-teste, entrevista e questionário.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

O método utilizado nesta investigação foi o qualiquantitativo, pois segundo Figueiredo e Souza: "... quando o método admite a integração de ambos, o método mais adequado é o qualiquantitativo (2011, p. 95).

Sobre este método, vale sublinhar o pensamento de Richardson: *O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, (...).* (2014, p. 70).

E ainda, continuando com o pensamento de Richardson, *O método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema* (2014, p. 79).

Considerando o ponto de vista do autor, entendemos que o método qualitativo não é menos eficiente ou menos importante que o quantitativo. É evidente que quando se trata de dados quantificáveis, se torna mais óbvio, sendo assim, confiamos com mais facilidade. Porém, o aspecto qualitativo de um estudo se faz presente em todo o trabalho, até mesmo quando registramos dados quantitativos. E ainda recorrendo a Richardson, *A ciência não tem o poder de alcançar a verdade ou a falsidade. Os enunciados científicos somente podem alcançar graus de probabilidade* (2014, p. 36).

Com isso entendemos que o mais importante é que os métodos sejam utilizados de forma cuidada, o mais segura possível para conferir credibilidade à pesquisa realizada.

Através deste embasamento teórico, desejamos encontrar as respostas para o problema em estudo, através do método qualiquantitativo. Como vimos, ambos são pertinentes à pesquisa de campo, e neste caso, se complementam.

2.3.2. Universo: Escola Orquídea

O universo de nossa pesquisa foi uma escola da Rede Pública Municipal de Ensino, do município de José de Freitas, situado no Estado do Piauí, que faz parte da região Nordeste do Brasil. José de Freitas originou-se da Fazenda de gado Boa Esperança, denominada Vila do Livramento, em 23 de março de 1871, sendo elevada à categoria de cidade com o nome José de Freitas, no dia 07 de abril de 1878. É um município que faz parte da região metropolitana da Grande Teresina, situado ao norte do estado, a 54 km de Teresina, capital do Estado do Piauí. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE⁹, 2015), conta com uma população de 38.550 (população

⁹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/jose-de-freitas/panorama>
UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

estimada para 2017) habitantes. Tem como municípios limítrofes: Teresina, Altos, Campo Maior, União, Cabeceiras do Piauí e Lagoa Alegre.

E ainda, de acordo com a pesquisa realizada *in loco*, o município de José de Freitas, na Rede Pública Municipal, conta com 46 escolas abrigando 8.143 alunos distribuídos pela Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escola municipal universo do nosso estudo foi denominada por esta pesquisadora de Orquídea, por ser uma flor, e as flores de modo geral são sensíveis, e por isso dependem de cuidados especiais, assim como, os nossos alunos, se bem assistidos pela família e pela escola certamente terão sucesso em sua vida escolar e conseqüentemente na vida profissional. Esta escola em estudo começou a funcionar no ano de 1993, com apenas 04 turmas de Ensino Infantil, no turno matutino. Depois, a sua estrutura física foi gradativamente ampliada e passou a funcionar no turno vespertino também. Mais tarde, no ano de 2001, as crianças do Ensino Infantil foram remanejadas para uma instituição adequada à faixa etária de menores de seis anos. A partir de então, esta escola passou a ofertar à população do município de José de Freitas o Ensino Fundamental completo, funcionando nos três turnos. No turno matutino funciona com oito turmas de Ensino Fundamental I, no turno vespertino com nove turmas de Ensino Fundamental II e no noturno, com Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ano de 2016, data na qual esta pesquisa foi desenvolvida haviam 623 alunos matriculados na referida escola. A sua estrutura administrativa conta com uma equipe gestora (uma Diretora, uma Vice-Diretora, uma Coordenadora), quatro auxiliares administrativos, cinco auxiliares de serviços gerais, vinte e sete professores e três vigias.

Como pesquisamos apenas o Ensino Fundamental II, selecionamos para serem investigadas quatro turmas do turno vespertino: sexto, sétimo, oitavo e nono anos.

2.3.3. Sujeitos: gestoras, professores, pais e alunos.

Contamos como partícipes do nosso estudo: 3 gestoras (Diretora, Vice-Diretora e Coordenadora); 4 professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa; 8 pais, sendo 2 pais de cada turma, e também 10 alunos de cada turma, somando 40 discentes. Assim temos 55 sujeitos participantes de nossa pesquisa residentes no município de José de Freitas, Piauí, Brasil.

Além das leituras bibliográficas que nos deram embasamento teórico, o nosso projeto foi executado através de uma pesquisa de campo que estudou os 55 sujeitos acima

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

mencionados, os quais estão envolvidos, uns de forma direta outros indiretamente com o processo de ensino e aprendizagem.

O grupo composto de 3 gestoras está à frente da referida escola desde 2013; todos (100%) residentes na zona urbana do município de José de Freitas e do sexo feminino; têm idade entre 39 a 46 anos; duas casadas e uma solteira. Para manter o anonimato, conforme o combinado, este grupo foi identificado assim: Gestor A – GA, Gestor B – GB e Gestor C – GC.

A Gestora A – GA, (Diretora), licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí, UESPI, ingressou na rede Municipal de Educação do município de José de Freitas, via Concurso Público há 17 anos, com carga horária semanal de 40 horas.

Já a Gestora B – GB, (Vice-Diretora), cursou Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, pela Universidade Estadual do Piauí, UESPI, também ingressou na Rede, via Concurso Público há 17 anos, atualmente cumpre uma carga horária de 40 horas semanal.

Em relação à Gestora C – GC, (Coordenadora), também licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí, UESPI, não é efetiva, atua na Rede como prestadora de serviço temporário, com carga horária de 40 horas por semana, e como Coordenadora na rede privada cumpre 20 horas semanais.

No que se refere aos 4 docentes, estão lotados na Escola Orquídea, na Rede Municipal de Ensino, na zona urbana, no turno vespertino, ministram a disciplina de Língua Portuguesa, têm idade entre 32 a 55 anos. Todos, (100%), residentes na zona urbana do referido município. Destes sujeitos, 2 são do sexo feminino (50%) e 2 do sexo masculino (50%); três casados e uma solteira.

Para manter o anonimato, estes 4 sujeitos foram denominados pela pesquisadora com as 4 primeiras letras que compõem o alfabeto da Língua Portuguesa: professor A - PA, professor B - PB, professor C - PC e professor D - PD.

O professor A tem 55 anos de idade, sexo masculino, casado. Tem uma carga horária total de 80 horas: sendo 40 horas, no município de José de Freitas e 40 horas na Rede Municipal de Ensino de Teresina, capital do Piauí. O referido professor é licenciado em Letras-Português, ministra a disciplina de Língua Portuguesa há 19 anos, atualmente, ministra a disciplina de Língua Portuguesa nos 9º anos, do Ensino Fundamental II, no turno da tarde, na escola Orquídea.

Já a professora B, tem 41 anos, sexo feminino, casada. Tem uma carga horária de 60 horas, pois está lotada em duas redes Municipais de Ensino, 20 horas no município de José de Freitas e 40 horas no vizinho município de União. Esta professora cursou Licenciatura Plena em Letras-Inglês e atualmente está cursando Licenciatura Plena em

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Letras-Português, ministrando aulas há 5 anos, nos 8º anos, no turno da tarde, a disciplina de Língua Portuguesa, na escola Orquídea.

Dando continuidade, o outro sujeito de nossa pesquisa é o professor C, tem 29 anos, sexo masculino, casado. Sua carga horária é de 40 horas semanais. Formado em Licenciatura Plena em Pedagogia e está ministrando a disciplina de Língua Portuguesa nos 7º anos, no turno da tarde há 6 anos, na escola Orquídea.

Faz parte deste grupo também, a professora D, que tem 32 anos, sexo feminino, solteira. Lotada na Rede Municipal de Ensino de José de Freitas há 2 anos, na escola universo da pesquisa, no turno da tarde com apenas 20 horas semanais, nas turmas de 6º anos, ministrando a disciplina de Língua Portuguesa. No turno da manhã exerce a atividade de cabeleireira. Não é portadora de curso superior, cursou o Ensino Médio (Científico).

Os professores A, B, C, sujeitos desta pesquisa complementam suas cargas horárias no turno noturno, trabalhando com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Somente a professora D tem sua carga horária completa de 20 horas semanais no turno vespertino.

Considerando as informações acima, dos 4 docentes pesquisados: somente 1, (25%), o professor A, é portador de curso superior que condiz com a disciplina que leciona. O professor A (80 horas semanais) e a professora B (60 horas semanais), têm que trabalhar os três turnos para cumprirem suas cargas horárias.

Com o intuito de coletar mais dados, e assim, ter mais possibilidades de alcançar o objetivo de nossa pesquisa, entrevistamos também 8 pais de alunos. Através da Ficha de Matrícula obtivemos o endereço de cada um, sendo 6 pais residentes na zona urbana e 2 na rural; 4 do sexo feminino e 4 do sexo masculino; com idade variando entre 35 a 63 anos; 6 casados 1 solteira e 1 viúva.

Quanto aos alunos, foram selecionados 40 ao todo, sendo 10 de cada turma. Têm idade variando entre: 6º ano – 11 a 12 anos; 7º ano – 12 a 15 anos; 8º ano – 13 a 16 anos e 9º ano – 14 a 16 anos.

Dos sujeitos do 6º ano, 6 são do sexo masculino e 4 do sexo feminino, 8 residem na zona urbana e 2 na zona rural; 2 deles são filhos de motorista; outros 2 de pedreiro, os demais de caminhoneiro, auxiliar de secretaria, mecânico, vendedora, autônomo e aposentada.

Dos correspondentes do 7º ano, 4 são do sexo masculino e 6 do sexo feminino, destes apenas 2 deles residem na zona rural. Seus pais têm as seguintes profissões: auxiliar de secretaria, padeiro, vendedora de motos, lavrador, pedreiro, “leiturista” da Eletrobrás, doméstica, segurança e doméstica, pastor e professora e pintor.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Dos 10 sujeitos do 8º ano, 3 são do sexo masculino e 7 do sexo feminino, destes, 3 residem na zona rural. Seus pais desempenham as seguintes profissões: vendedor e professora, serviços gerais, mecânico, lanterneiro, aposentada, técnico e diretora, doméstica, pintor, lavrador e desempregado.

Já dos sujeitos do 9º ano, 5 são do sexo masculino e 5 do sexo feminino. Destes, 3 residem na zona rural. Eles são filhos de: manicure, recepcionista, diarista, professor, pedreiro, vendedor, tratorista, lavrador, aposentados e pedreiro.

Todos esses 40 sujeitos conseguiram responder ao questionário elaborado por esta pesquisadora. Porém, 3 deles solicitaram que a pesquisadora fizesse uma releitura das questões de número: 8, 11 e 12. Estas solicitações foram atendidas prontamente, e então conseguiram responder com sucesso ao questionário apresentado.

2.3.4. Instrumentos

Nosso trabalho iniciou com a montagem, de forma tímida, de um Projeto de Pesquisa que foi submetido a escrutínio e aprovação pelos docentes responsáveis do Instituto de Educação, escolhendo inicialmente o tema, o problema, a justificativa e os objetivos que gostaríamos de alcançar. A partir de então, fomos ampliando e fortalecendo o nosso projeto, principalmente no que se refere à sua fundamentação teórica. Uma vez aprovado o Projeto, informamos à Gestão da escola da Rede Municipal de Ensino, denominada por esta pesquisadora de Orquídea, instituição selecionada para o estudo, sobre o nosso propósito de progredirmos em nossa formação acadêmica, para a escrita de uma dissertação de mestrado em Ciências da Educação. Após termos obtido autorização para podermos avançar com nossa pesquisa, solicitamos, recebemos autorização e tivemos duas reuniões com as 3 gestoras: logo na primeira reunião solicitamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para leitura seguida de análise; na segunda reunião confirmamos com a equipe gestora a execução do projeto na referida escola e solicitamos que se tornassem sujeitos de nossa pesquisa: 3 gestoras, 4 professores, 8 pais e 40 alunos. Em um outro dia, retornamos à escola Orquídea, para conversarmos novamente com a equipe gestora para solicitação da Ficha de Matrícula e de Rendimento para selecionarmos os 8 pais e os 40 alunos que se tornaram sujeitos do estudo. No dia seguinte, retornamos à referida escola para conversarmos com os 4 professores que também aceitaram participar da pesquisa.

Após esse contato direto com as gestoras e professores e realização da leitura e análise dos documentos referidos acima, com autorização do nosso orientador acadêmico,

começamos a elaboração dos instrumentos que utilizamos para a execução do nosso projeto, a entrevista e o questionário, que serão caracterizados nos itens abaixo. A entrevista foi utilizada para a coleta de dados das 3 gestoras, 4 professores e 8 pais e o questionário foi aplicado aos 40 discentes. Além destes 2 instrumentos, ainda realizamos o pré-teste referente ao questionário para aferir se as questões estavam de fácil entendimento para os alunos, sujeitos selecionados para participarem da pesquisa.

2.3.4.1. A Entrevista semiestruturada

Segundo Marconi e Lakatos, *A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional* (2010, p. 178). Recorremos a esses e outros autores para nos dar embasamento teórico para que possamos elaborar o referido instrumento, pois o nosso objetivo é coletar dados a fim de alcançar o objetivo proposto.

Elaboramos 03 roteiros de entrevista semiestruturada, pois entrevistamos três grupos de sujeitos diferentes, composta de perguntas fechadas, abertas e semiabertas, porque em algumas delas se solicitava que os respondentes justificassem suas respostas, oportunizando ampliarem mais nas informações solicitadas. Para Triviños, este tipo de entrevista, {...} *favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade* {...} (1987, p. 152, *apud* MANZINI, 2004).

Os referidos roteiros foram elaborados previamente com perguntas simples e claras, para evitar ao máximo, causar ao entrevistado, dúvida e ou dupla interpretação. As respostas foram gravadas e logo em seguida, transcritas com autorização prévia dos participantes. A entrevista é um instrumento muito utilizado pelos pesquisadores, pois conforme Santos: *A eficácia da entrevista passa pela competência e preparo do entrevistador* (2015, p. 239). Por isso, esta pesquisadora preparou-se teoricamente, fazendo leituras sobre o assunto, e ainda psicologicamente para que sua entrevista fosse realizada com sucesso.

Durante todo o tempo que durou a entrevista, a pesquisadora manteve-se neutra, não induziu e nem sugeriu respostas aos sujeitos (03 grupos) entrevistados, além disso, manteve o anonimato dos sujeitos pesquisados, identificando-os assim:

Gestores: Gestor A-GA, Gestor B-GB, Gestor C-GC;

Professores: Professor A-PA, Professor B-PB, Professor C-PC e Professor D-

PD;

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Responsáveis por alunos: Mãe 1 – R1, Pai 1 – R2, Pai 2 – R3, Mãe 2 – R4, Pai 3 – R5, Mãe 3 – R6, Mãe 4 – R7 e Pai 4 – R8. Optamos por utilizar a letra R de responsável, pois fazem parte desse grupo 3 tipos de sujeitos: pai, mãe e avós.

As perguntas da entrevista para as 3 Gestoras foram assim: as 7 primeiras questões se referem à identificação pessoal e profissional; a 8ª questão faz referência ao Projeto Político Pedagógico da escola em estudo; a 9ª à participação dos pais na vida escolar dos seus filhos; a 10ª ao grau de satisfação das gestoras em relação ao desempenho dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa; a 11ª faz referência às disciplinas que os alunos sentem maiores dificuldades; 12ª, ao conceito das gestoras em relação à frequência da realização das atividades de leitura e de escrita pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa; 13ª voltada ao grau de satisfação das gestoras em relação ao desempenho dos docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa; 14ª aos problemas mais comuns enfrentados pela equipe gestora; 15ª à promoção de atividades junto ao professor objetivando melhorar a sua prática e 16ª à necessidade de uma formação continuada.

Já a entrevista direcionada ao grupo dos 4 professores está composta assim: as 08 primeiras perguntas referem-se à identificação pessoal e profissional dos 4 professores, já a 9ª questão faz referência ao PPP; a 10ª e 11ª destacam a atuação de Professores e Coordenadores e o relacionamento destes com os pais; da 12ª à 16ª estão voltadas para o processo de ensino e aprendizagem, ressaltando a importância da leitura e da escrita; a 17ª questão é referente ao modo como se sente o professor em relação à sua formação acadêmica, a 18ª e a 19ª fazem referência ao grau de satisfação do professor em relação à sua prática docente bem como ao desempenho de seus alunos na disciplina de Língua Portuguesa e, por fim, a última é sobre formação continuada, concluindo assim, a entrevista, totalizando 20 questões.

Utilizamos também a entrevista para pesquisar o grupo de 8 pais, os responsáveis pelos alunos, composta de 16 questões, assim distribuídas: da 1ª até à 9ª questão, faz a identificação pessoal e profissional do entrevistado; 10ª ao ponto de vista em relação à estrutura física da escola Orquídea; 11ª ao desempenho da equipe gestora; 12ª à atuação do professor sem a colaboração da família; 13ª ao grau de satisfação em relação ao desempenho escolar do filho; 14ª identificar quais as disciplinas que seu filho sente maiores dificuldades; 15ª ao grau de satisfação em relação ao desempenho do professor que leciona a disciplina de Língua Portuguesa e, a 16ª à necessidade de uma formação continuada.

2.3.4.2. O Questionário misto

Já o questionário foi utilizado para coletar as informações dos 40 discentes. Segundo Richardson, o questionário tem duas funções: *descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social* (2014, p. 189). Esperamos que estas funções do referido instrumento tenham sido cumpridas na pesquisa ora realizada.

O questionário destinado aos 40 alunos, também foi elaborado cuidadosamente, considerando a faixa etária dos alunos, com 16 questões: com perguntas fechadas, semiabertas e abertas, portanto um questionário misto. Nas semiabertas e nas abertas, os alunos tiveram oportunidades para aprofundarem com mais informações em suas respostas. Tanto as perguntas fechadas como as abertas têm suas vantagens e desvantagens. Recorrendo novamente a Richardson (2014), as perguntas fechadas facilitam a codificação, além disso, o sujeito responde mais rápido, pois apenas assinala a resposta conveniente ao seu ponto de vista. Porém, de certa forma, as perguntas fechadas limitam o raciocínio do sujeito pesquisado. Já nas perguntas semiabertas e as abertas, o sujeito tem a liberdade de expandir suas informações, mas isso dificulta classificar o resultado.

Assim, para confirmar que as questões elaboradas fossem do entendimento dos sujeitos, marcamos um dia para a realização do pré-teste em uma das turmas do 6º ano, que não iria participar da pesquisa, para avaliarmos a redação das questões que compunham o nosso questionário. Para Richardson, o pré-teste, *Refere-se à aplicação prévia do questionário a um grupo que apresente as mesmas características da população incluída na pesquisa* (2014, p. 202). Esse teste foi uma ação valiosa para o nosso estudo, pois através dele evitamos dúvidas/incertezas em relação ao conteúdo das perguntas no momento da aplicação do questionário. Tivemos que fazer pequenas alterações em algumas das perguntas, para facilitar o entendimento das mesmas.

O pré-teste foi aplicado em uma turma de 6º ano composta de 26 alunos. Houve unanimidade ao solicitar que a pesquisadora fizesse a leitura das questões. A solicitação foi atendida. Os alunos explicaram que entendem melhor quando o professor faz a leitura das atividades propostas no cotidiano, inclusive das provas que realizam mensalmente. Esse fato nos causou inquietação, pois evidenciou que os alunos do 6º ano que estavam sendo testados, ainda não desenvolveram de forma satisfatória as habilidades de leitura e de escrita. Após o questionário ter sido testado partimos para a execução do nosso projeto, que foi realizado, conforme havíamos planejado.

Esses dois instrumentos, a entrevista aplicada aos 4 professores, 3 gestoras e 8 pais, e ainda, o questionário, aplicado aos 40 alunos, foram elaborados cuidadosamente

utilizando vocabulário claro e preciso, com o objetivo de evitar dúvidas, facilitando assim o entendimento dos sujeitos sobre os assuntos apresentados, para que pudessem responder a todas as questões propostas, a fim de que o objetivo do nosso trabalho fosse alcançado com toda lisura possível.

2.3.5. Procedimentos

Executamos a nossa pesquisa no mês de outubro do ano 2016, utilizando dois instrumentos.

As 3 gestoras foram entrevistadas no dia 05 de outubro, chegamos à escola universo de nossa pesquisa às 13h:45 e nos dirigimos à diretoria por ser um espaço restrito, portanto, tranquilo. Uma vez na presença das entrevistadas, lhes informamos que a entrevista seria gravada e depois transcrita; que só responderiam todas as perguntas se fosse de sua vontade, porém ressaltamos que seria importante falar só a verdade, após todas as explicações é que apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado pela equipe ora pesquisada. Foram entrevistadas as 3 Gestoras, assim denominadas: GA, GB e GC, uma de cada vez. No momento de cada entrevista, apenas a pessoa entrevistada se fazia presente juntamente com a pesquisadora, tendo as outras gestoras entrado, cada uma por sua vez, conforme fosse chegado seu momento de participar da entrevista.

A entrevista foi utilizada também para obter as informações através de gravação dos 4 sujeitos, professores (PA, PB, PC e PD). No dia 06, no turno da tarde, foram entrevistados dois sujeitos (PA e PB). Chegamos à escola Orquídea às 14h:10m e nos dirigimos à sala destinada pela Gestão. Enquanto isso, a Coordenadora Pedagógica se dirigia para a sala de aula em que se encontrava o professor que é licenciado em Letras-Português, e que foi denominado por esta entrevistadora de Professor A – PA. A referida Coordenadora ficou com os alunos, enquanto o professor nos atendia. Apesar de ele já saber qual seria o nosso propósito, pois já havíamos conversado anteriormente, mesmo assim, explicamos novamente o objetivo da entrevista. Depois que ele confirmou que aceitaria participar de nossa pesquisa como respondente, é que passamos a esclarecer alguns pontos, como por exemplo: que a entrevista seria gravada e suas declarações seriam transcritas, mas que poderia ficar à vontade para, caso dissesse alguma verdade problemática o anonimato seria garantido, sendo identificado apenas como PA. E caso não quisesse responder alguma pergunta, poderia escusar-se a fazê-lo, pois a entrevistadora iria entender. Também lhe foi dito que poderia, se assim entendesse, desistir a qualquer momento, sem que dessa sua decisão adviessem quaisquer sanções de qualquer ordem.

Depois desses esclarecimentos é que entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi lido e assinado sem nenhum obstáculo pelo sujeito PA. Quando o referido termo foi devolvido assinado, iniciamos a entrevista que foi gravada e depois transcrita fielmente. O professor A respondeu a todas as perguntas evidenciando segurança, inclusive aprofundando mais suas respostas no momento das justificativas. Ao terminar de responder as vinte perguntas, agradecemos sua prestimosa participação e ele retornou para sua sala.

Em seguida, a Coordenadora, se dirigiu para a outra sala, ao que veio para participar da entrevista o segundo sujeito, a professora B, que é licenciado em Letras-Inglês. A entrevistadora a denominou de PB. Adotamos os mesmos procedimentos que utilizamos para o PA. Ao receber assinado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, começamos a entrevistá-la. Ela respondeu a todas as perguntas, mas não com a riqueza de informações prestadas pelo PA. Em duas delas, solicitou que as repetíssemos, pois não havia entendido. prontamente atendemos à solicitação e demos prosseguimento à pesquisa. Suas justificativas foram resumidas, esperávamos que ampliasse mais o leque das informações solicitadas. Ao concluirmos a segunda entrevista, agradecemos pela disponibilidade e nos dirigimos para a sala da Direção, para nos despedirmos e marcarmos o retorno para o outro dia.

No dia 07 de outubro, à tarde, pelas 13h:30, chegamos à instituição universo da nossa pesquisa para darmos prosseguimento à nossa entrevista com o professor C, PC. Fomos recebidas pela Coordenadora, que prontamente nos auxiliou novamente, substituindo os professores em sala de aula enquanto participavam de nossa entrevista. Quando o PC chegou à sala para ser entrevistado, prestamos todos os esclarecimentos sobre a realização da entrevista, inclusive explicamos qual seria o nosso objetivo. Após as explicações entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser lido e assinado, após tudo isso, o PC falou que estaria à nossa disposição para responder o que fosse do seu conhecimento. O referido professor, que tem sua formação acadêmica em Licenciatura Plena em Pedagogia, evidenciou em suas justificativas pouca familiaridade sobre a docência da disciplina de Língua Portuguesa. Porém, o nosso trabalho aconteceu conforme o que havíamos planejado.

Dando continuidade, quando o PC retornou para sua sala de aula, a Coordenadora se dirigiu para a outra sala, para ficar com as crianças enquanto a quarta e última professora viesse para que pudéssemos concluir a nossa entrevista. Ao chegar à sala para ser entrevistada, a PD, com apenas o Ensino Médio, se colocou à nossa disposição. Conversamos sobre a razão do encontro, explicando todos os pontos, ressaltando o nosso

objetivo, e em seguida foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser lido e assinado, se assim aceitasse as condições apresentadas. Aceitou participar sem nenhuma restrição, tendo tido início a nossa entrevista. A referida professora respondeu a todas as perguntas, mas não com o mesmo conhecimento de prática docente do PA.

Vale ressaltar que na sala destinada pela Gestão para a realização do nosso trabalho se faziam presentes apenas a pesquisadora e o entrevistado. Aconteceu dessa forma para que os participantes pudessem falar à vontade sem constrangimentos e ou intimidações. Por tudo isso, concluímos que a entrevista direcionada aos professores foi realizada com sucesso.

Já a entrevista direcionada aos 8 responsáveis pelos alunos foi realizada no final da tarde, horário sugerido por eles no dia da reunião, por ser um horário em que esses participantes estão mais disponíveis. A realização dessa entrevista foi mais complexa devido ao grau de escolaridade desses sujeitos e também por ter sido realizada na residência de cada um dos 8 participantes, situação que requer deslocamento da entrevistadora.

Conforme havíamos combinado na reunião com os responsáveis, iniciamos a pesquisa no dia 13 de outubro, nesse dia visitamos dois pais de alunos do 6º ano. Chegamos à residência de uma das mães, que tem 42 anos de idade, casada, funcionária pública por volta das 17 horas. A referida mãe nos recebeu demonstrando satisfação. Aproveitamos o ensejo e fizemos os devidos esclarecimentos em relação ao nosso propósito. Depois que a mãe confirmou que estava à nossa disposição, é que entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de que fez a leitura e logo em seguida foi assinado sem nenhuma restrição, e então iniciamos a entrevista que foi gravada e depois transcrita. Dando prosseguimento, às 18h:10m nos dirigimos à residência do segundo pai do aluno do 6º ano, com 45 anos de idade e exerce a função de pedreiro. Utilizamos o mesmo procedimento. Neste caso o sujeito pediu que fizéssemos a leitura do documento e logo em seguida o assinou. Depois de dada todas as informações, começamos a entrevista, a qual teve todas as suas questões respondidas

No dia, 14 de outubro, visitamos os 2 pais de alunos (sujeitos) do 7º ano. Chegamos à primeira residência às 16h:45m, o qual nos recebeu juntamente com a sua esposa. Fizemos a opção pela participação do pai na nossa pesquisa, porque pretendíamos manter equitativo o estudo entre pessoas dos dois sexos, ou seja, entrevistávamos uma mãe, seguida de um pai. O referido pai tem 39 anos e está desempregado. Fizemos os devidos esclarecimentos sobre a nossa pesquisa. Como aceitou participar, só então, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado após a leitura feita pela entrevistadora. Prosseguindo, começamos a gravar a entrevista, que

decorreu como havíamos planejado. Em seguida, às 17h:30m, saímos para a residência do outro sujeito, que ficava a 10 minutos dali, se tratava de uma mãe com 35 anos de idade, solteira, que trabalha como Vendedora de Motos. Fizemos todos os esclarecimentos em relação ao nosso trabalho, e após isso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi entregue ao sujeito, que fez a leitura e assinou o referido documento. A partir de então, começamos a entrevista, a qual foi respondida com muita clareza. Essa mãe demonstrou acompanhar a vida escolar do seu filho.

Entrevistamos mais 2 sujeitos, pais responsáveis pelos alunos de 8º ano, no dia 17 de outubro. Nesse dia, saímos mais cedo porque o sujeito reside na zona rural, chegando à casa do primeiro sujeito às 15h:40m, uma senhora de 63 anos, viúva, aposentada, a responsável pela neta, aluna do 8º ano. Informamos à referida senhora como aconteceria o nosso trabalho. A senhora compreendeu perfeitamente o que desejávamos. Após os informes, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e então, o sujeito solicitou que fizéssemos a leitura do referido documento que, depois de entendido, foi assinado pelo mesmo. Depois começamos a nossa entrevista. Tudo decorreu normalmente, sem que a Senhora sentisse necessidade ou tivesse solicitado qualquer intervenção à pesquisadora, para auxiliar na compreensão das questões. Concluída a entrevista, nos despedimos e retornamos à zona urbana em direção à residência do segundo responsável por aluno do 8º ano, chegando à sua residência por volta das 18 horas, horário em que o referido sujeito estava chegando também. Esse tem 41 anos, casado, exerce a função de lanterneiro. Conversamos com ele em relação ao nosso estudo, informamos os detalhes como tudo ocorreria. Em seguida, perguntamos se aceitaria contribuir para enriquecer o nosso estudo, ao confirmar que sim, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o sujeito solicitou que fizéssemos a leitura do documento, após o que o assinou. Depois disso, começamos a nossa entrevista, que teve todas as suas perguntas respondidas.

No dia 18 de outubro entrevistamos os outros 2 sujeitos, pais de alunos do 9º ano. Um deles reside na zona rural, por isso nesse dia tivemos que sair mais cedo, chegando à sua residência às 15h:55m para entrevistar o primeiro sujeito do dia, um senhor de 39 anos, casado, lavrador. Primeiro conversamos informalmente, e em seguida abordamos o motivo de nossa visita, só para confirmar porque todos eles, anteriormente, já haviam participado da reunião e concordado em participar de nossa pesquisa. Usando uma linguagem o mais simples e clara possível, informamos sobre o nosso propósito detalhadamente, depois de tudo esclarecido, ele reconfirmou que aceitaria participar da entrevista. Nesse momento apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido,

de que o sujeito solicitou que fizéssemos a leitura, após o demonstrou que entendeu o assunto apresentado, tendo assinado o referido documento. Assim nos sentimos seguras e começamos a nossa entrevista, o qual não deixou qualquer pergunta sem resposta. Finalizando essa primeira entrevista do dia, retornamos para a zona urbana, chegando à casa do outro sujeito às 17h:30m, uma mãe de 44 anos, casada, e exerce a função de manicure. Quando chegamos, ela estava atendendo uma cliente, logo em seguida, veio nos atender de uma forma muito solícita. Disse se sentir honrada por ter sido escolhida para fazer parte do nosso trabalho. Apresentamos todas as informações em relação ao estudo, dando prosseguimento, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi lido e assinado por ela e prosseguimos com a entrevista, a que respondeu na sua totalidade.

Em relação ao questionário destinado aos 40 sujeitos (alunos) aconteceu também no mês de outubro do ano de 2016, assim: dia 20, 6º ano; dia 21, 7º ano; dia 24, 8º ano e dia 25, 9º ano, no turno da tarde. Esses alunos já haviam sido selecionados anteriormente. Em cada dia trabalhamos com uma turma, na sequência: sexto, sétimo, oitavo e nono anos. Não foi possível realizar esta atividade com todos no mesmo dia, pois de acordo com a Gestão da escola em que desenvolvemos nossa pesquisa empírica, não havia na instituição pessoas disponíveis para tal ação. Diante disso, a própria pesquisadora realizou a referida atividade. Todos conseguiram responder às questões propostas.

A Coordenadora Pedagógica muito colaborou para a realização desta pesquisa, pois ela mesma se encarregou de conduzir os 10 alunos de cada turma à sala destinada à aplicação do questionário. Logo que as crianças se acomodaram, a Coordenadora explicou qual seria o propósito do trabalho, apenas para lembrar, pois eles já haviam sido informados previamente. Após a explicação da Coordenadora, a pesquisadora explicou os pontos essenciais para a realização do questionário, como, por exemplo: que seria mantido o anonimato dos respondentes; que estavam ali por livre e espontânea vontade; e que seria necessário dizer só a verdade; caso houvesse alguma pergunta que não desejassem responder, poderiam ficar à vontade para deixarem o respectivo espaço em branco; dentre outras. Depois desses esclarecimentos é que foi entregue a cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a cada um dos participantes, que após leitura, foi assinado por eles, para que pudessem participar do questionário. À medida que as crianças iam assinando o Termo, elas erguiam a mão, sinalizando que o documento já deveria ser recolhido, isso foi combinado antes. Quando todos já haviam entreguem suas cópias do Termo é que a pesquisadora comunicou que iria distribuir o questionário e assim o fez. Ao comunicar que já poderiam começar a responder o referido instrumento, eles solicitaram que

a pesquisadora fizesse a leitura do mesmo, para facilitar o entendimento das questões. A solicitação foi atendida, afinal o pretendido é que todos os sujeitos respondessem a todas as questões da forma mais honesta e consciente possível.

Os resultados dos dados obtidos através desses dois instrumentos: entrevista e questionário, serão apresentados através de tabelas, gráficos e transcrições fieis de trechos das respostas. Para calcular esses dados em termos percentuais, usaremos a Regra de Três Simples, porque é uma fórmula que utilizamos no cotidiano para resolver problemas, quando se conhece 3 valores e se deseja encontrar um quarto valor. Usaremos para exemplificar, um dos cálculos que utilizamos para montar o gráfico 24, o qual indica o grau de satisfação de um dos grupos pesquisados, os 40 alunos, em relação ao seu progresso escolar. Analisando os resultados do questionário, fizemos um levantamento prévio, no qual identificamos que dos 40 alunos, apenas 25 alunos responderam “Sim”, que estão satisfeitos com seu progresso escolar. Como queremos saber o percentual, devemos multiplicar por 100 e depois dividir pelo número total de alunos. Sendo assim, já temos 3 valores, agora faremos o cálculo para encontrar o quarto valor, que está representado pela letra X. Faremos assim:

$$\frac{40}{100} \times \frac{25}{x}$$

$$40x = 2500$$

$$x = \frac{2500}{40}$$

$$x = 62,5\%$$

Em seguida faremos a apresentação, análise e discussão dos dados coletados em nossa pesquisa, evidentemente apoiados em resultados de pesquisas e em teorias de estudiosos da área.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Iniciamos este capítulo fazendo uma retrospectiva da base legal. Conforme já foi mencionado, em momento anterior, o direito à educação ganhou amparo legal a nível mundial desde 1948, com a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos por um grande número de nações mundiais. Atualmente, no Brasil a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em vigor e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 nos asseguram, enquanto cidadãos brasileiros, também esse direito. Para tanto, o país signatário da Declaração deverá disponibilizar uma qualificação adequada aos docentes para que estes desenvolvam competências e habilidades para exercer a docência, possibilitando um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Pese embora todo este amparo legal, são muitos os cidadãos brasileiros que ainda clamam por melhorias significativas na educação. Se ainda temos este desejo e sentimos esta necessidade é porque, como já afirmamos em momento anterior a este, mas não custa lembrar, não estamos satisfeitos com a que está sendo ofertado. Diante disso, cabe a todos: família, escola e sociedade em geral unirem forças em busca de melhorias na educação. É este o objetivo do nosso trabalho. Queremos identificar as dificuldades enfrentadas pelos docentes para tentar encontrar meios para minimizá-las ou, até, superá-las, e não para criticar a prática docente dos colegas, como dizem Mendonça e Mendonça, *Criticar o trabalho de quem está em sala de aula é fácil, difícil é fazer diferente* (2008, p. 95). Reconhecemos que fazer diferente e melhor é mais difícil ainda.

Diante do exposto, o docente precisa pensar e repensar sempre em relação à sua prática e, o que esses autores enfatizam é que as mudanças são necessárias, mas para que isso aconteça, a reflexão na prática docente deve ser constante. E esta reflexão que estamos a nos referir não é algo novo, faz parte da vida do ser humano. Como diz Libâneo, *... a história da reflexividade começa desde que o homem se fez homem* (2012, p. 68). Observemos que o autor não se refere só à capacidade de pensar em si, inerente ao ser humano. Ele ressalta reflexividade, que entendemos ser repensar, questionar, querer entender o assunto em pauta de forma mais ampla e em profundidade. Em relação a este assunto, Perrenoud enfatiza que, *A dimensão reflexiva está no centro de todas as competências profissionais, tendo em vista que ela constitui seu funcionamento e seu desenvolvimento* (2002, p. 20).

Tomando como suporte todo esse embasamento teórico, é possível que tenhamos algumas hipóteses de mudar significativamente, para melhor, os resultados do processo de ensino e aprendizagem, do qual somos responsáveis diretamente, pois os

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

resultados das pesquisas nacionais e até internacionais aqui apresentados, e ainda os dados que obtivemos em nossa pesquisa de campo apontam que há fragilidades na prática dos docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa. Neste sentido precisamos buscar ajuda para descobrir meios para melhorar a prática desses professores, neste caso, não apenas para os que trabalham na escola universo da pesquisa, mas em toda a Rede Municipal de Ensino de José de Freitas, pois caso consigamos uma formação, certamente será para todos.

Os dois instrumentos foram aplicados no mês de outubro do ano de 2016, conforme já referimos anteriormente.

Sintetizando ficou assim:

Entrevista

*gestoras: Diretora, Vice-Diretora e Coordenadora;

*professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, responsáveis diretos pelo ensino sistematizado;

*pais de alunos, que apesar da baixa escolaridade, poderão contribuir para ampliar informações sobre o assunto, afinal são eles que conhecem os filhos com mais profundidade.

Questionário

*alunos, apesar da idade, ouvimos este grupo e consideramos os dados coletados afinal, professor e aluno, são os dois sujeitos envolvidos diretamente ao processo de ensino e aprendizagem.

Para melhor detalhar as informações apresentamos a seguir as informações e dados obtidos através de trechos transcritos, tabelas e gráficos, referentes a estes 4 grupos separadamente.

3.1. Apresentação dos dados

3.1.1. Dados coletados através da entrevista: Gestoras

As gestoras contribuíram para ampliar as informações deste estudo, respondendo às 16 questões de uma entrevista, direcionada aos alunos do Ensino Fundamental II. Esses sujeitos foram assim identificados:

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Gestora A = GA (Diretora);

Gestora B = GB (Vice-Diretora)

Gestora C = GC (Coordenadora)

As 7 primeiras perguntas se referem à identificação pessoal e profissional das entrevistadas, conforme apresentamos na tabela abaixo.

Tabela 2. Características das 3 Gestoras

Gestor	Idade	Sexo	Estado Civil	Carga Horária	Quantas Escolas Trabalha	Formação	Experiência
GA-Diretora	42	F	Solteira	40	01	História	17 anos
GB-Vice-Diretora	39	F	Casada	40	01	Biologia	17 anos
GC-Coordenadora	46	F	Casada	60	02	História	19 anos

Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Como as perguntas, e conseqüentemente as respostas das 7 primeiras questões foram de caráter pessoal e profissional, montamos a tabela acima. Em relação às demais perguntas, abordam diferentes assuntos, que foram subdivididos assim: a 8ª pergunta faz referência a um dos documentos que serve para nortear as ações de uma escola, o Projeto Político Pedagógico, o PPP, nesta 100% dos sujeitos respondeu que há, sim, o PPP na escola, e que juntamente com os demais funcionários estão fazendo alterações no referido documento.

Dando continuidade, passaremos para à 9ª questão, em que 100% dos sujeitos entrevistados responderam que “Raramente” a família é convidada a participar da vida escolar do filho. Já a 10ª questão, 100% dos sujeitos escolheu a opção “Regular” para indicar o grau de satisfação das Gestoras em relação ao desempenho dos alunos do Ensino Fundamental II, na disciplina de Língua Portuguesa. Para melhor entendimento do leitor, vale apresentar a transcrição das justificativas às referidas respostas:

GA: Ah, respondi “Regular”, porque precisamos avançar mais, até que uns alunos se interessam, se esforçam, mas pouco contamos com a participação dos pais. Isso dificulta a aprendizagem;

GB: Não posso dizer que estou satisfeita, por isso respondi “Regular” porque se tivesse dito que estaria muito bom, eu estaria omitindo informações sobre o nosso trabalho. Aproveito a oportunidade para evidenciar que os alunos têm muita dificuldade de leitura e de escrita;

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

GC: Como Coordenadora, acompanhando a parte pedagógica, devo reconhecer que os alunos não estão bem, por isso digo "Regular". Eles não leem fluentemente, têm dificuldade até para escrever pequenos textos.

As transcrições demonstram que 100% dos sujeitos (Gestoras) respondentes, revelou que não estão satisfeitos com o desempenho dos alunos do Ensino Fundamental II, na disciplina de Língua Portuguesa.

A 11ª questão objetiva identificar quais as disciplinas em que os alunos apresentam maiores dificuldades de aprendizagem. Segue abaixo a transcrição na íntegra das respostas para melhor compreensão do leitor:

GA: Ah, posso dizer que os alunos não estão bem em Matemática e Português. E digo mais, quando a aprendizagem não acontece, a culpa não é só do aluno, por isso acrescento que toda a equipe precisa melhorar, principalmente a metodologia do professor. Não estou dizendo que o professor não está preparado, não é isso, porque a maioria deles tem Pós-Graduação. O problema é que entendo que, todo dia o professor precisa utilizar novas formas de ensinar, o que serve pra hoje não servirá pra amanhã. Entendo assim;

GB: Não é tão fácil ter uma resposta precisa para esta pergunta, porém sinto que os alunos precisam se desenvolver mais no que se refere à leitura e à produção textual, pois se fossem bons leitores e produtores de textos, não teriam dificuldades para compreender as outras disciplinas;

GC: Bastante complexa, essa pergunta, porque como gestora não me acho capaz de ter uma resposta precisa, mas posso dizer com segurança que os alunos do Ensino Fundamental II, ainda apresentam fragilidades referentes à escrita e à leitura que já deveriam ter superado nas séries iniciais.

Observemos que o sujeito, GA, ressaltou as dificuldades nas disciplinas de Matemática e Português, e ainda enfatizou que todos os envolvidos no processo são responsáveis por essas dificuldades, principalmente o professor que precisa melhorar; enquanto isso, os sujeitos GB e GC destacaram que não sabiam de fato quais disciplinas os alunos teriam maiores dificuldades, mas ressaltaram que há a necessidade de superar as fragilidades em relação à leitura e à escrita. Assim, o resultado foi o seguinte: 33,33% . . . % opinou que as disciplinas em que os alunos sentem maiores dificuldades são Matemática e Língua Portuguesa e 66,66% . . . % ressaltou leitura e escrita.

Na 12ª, nesta, 100% dos respondentes afirmou que os professores que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa realizam as atividades que envolvem as práticas de leitura e de escrita, "Raramente". Com esta resposta entendemos que a equipe gestora

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

reconhece as fragilidades do corpo docente que ministra a disciplina de Língua Portuguesa, na escola universo da pesquisa.

No que se refere ao grau de satisfação das Gestoras em relação à atuação dos docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, está contemplada na 13ª questão. Nesta, 100% dos sujeitos entrevistados respondeu “Regular.” O sujeito GA, justificou assim: *Gostaria que saíssem da rotina, promovendo atividades de leitura, produção e interpretação de textos mais significativos para os alunos.* Os outros dois sujeitos, GB e GC, reconheceram que os professores precisam melhorar e assumiram a necessidade de uma formação continuada, que entendem contribuir para a melhoria da prática docente dos professores.

Em relação à 14ª questão, indaga quais os problemas mais comuns enfrentados pela equipe gestora. O resultado foi o seguinte: 66,666...% respondeu que é a indisciplina e 33,333...% ressaltou que é a falta de acompanhamento da família na vida escolar do filho. Esse percentual, justificou assim: *A falta de acompanhamento efetivo da família na vida do filho desencadeia a falta de valores, de princípios, enfim, a falta de limites. Tudo isso junto gera uma grande falta de respeito entre os alunos e demais atores que compõem a escola, atrapalhando o rendimento escolar, e assim, aumentando o índice de reprovação que resulta em evasão escolar.*

Na 15ª questão, 66,666...% dos entrevistados disse que “Não” promove ações que visem melhorar a prática docente, objetivando o progresso do aluno. Segundo esses sujeitos, (GA e GB) eles se responsabilizam mais pela parte administrativa; e apenas 33,333...%, (GC) ressaltou que “Sim”, que essa é a sua função.

Na última questão, a 16ª, 100% dos respondentes disse “Sim” para a necessidade de uma Formação Continuada para melhorar a prática dos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

3.1.2. Dados coletados através da entrevista: Docentes

Os 4 docentes deram a sua contribuição também através de uma entrevista, instrumento de carácter qualitativo, composto de 20 questões, sendo que as 8 primeiras são referentes à identificação pessoal e profissional dos respondentes. Estas características se encontram sumariadas na tabela abaixo.

Tabela 3. Características dos 4 docentes.

Professor	Idade	Sexo	Estado civil	Carga horária	Quantas Escolas Trabalha	Lotação	Formação	Experiência
A	55	Masc.	Casado	80h	02	9º ano	Letras-Port.	19 anos
B	41	Fem.	Casada	60h	02	8º ano	Letras-Inglês	05 anos
C	29	Masc.	Casado	40h	01	7º ano	Pedagogia	06 anos
D	32	Fem.	Solteira	20h	02	6º ano	Ens. Médio	02 anos

Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Dando continuidade, as outras 12 questões estão assim distribuídas: a 9ª questão faz referência ao PPP, inclusive pergunta se o referido documento descreve as aprendizagens esperadas em cada ano ou série; já a 10ª e 11ª questões, destacam a atuação dos Professores e dos Coordenadores e o relacionamento destes com os pais; da 12ª à 16ª se referem ao processo ensino e aprendizagem, diretamente ligado à prática docente. Já a formação inicial foi contemplada na 17ª questão; as questões 18ª e 19ª fazem referência ao grau de satisfação do professor em relação ao seu desempenho bem como ao desempenho dos seus alunos na disciplina de Língua Portuguesa e por fim, a 20ª questão sobre formação continuada.

Na 9ª questão, 100% dos sujeitos entrevistados afirmou que há o PPP na escola e ressaltou que este documento não é utilizado, por isso não sabe se contempla as aprendizagens esperadas em cada ano ou série, por isso o seu planejamento mensal é norteado por um documento, o Programa de Disciplinas, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no qual estão contemplados os objetivos para serem alcançados em cada ano ou série durante o ano letivo. Em relação à 10ª questão, 75% disse que fala das dificuldades de aprendizagem e outros assuntos, porém não é ressaltada a importância da leitura e da escrita para o progresso escolar das crianças. Os demais 25%, não fez nenhuma referência em relação à leitura e a escrita. É importante destacar que todos os docentes participantes da pesquisa enfatizaram que os alunos que têm acompanhamento em casa apresentam melhor desempenho. Na 11ª questão, 100% dos sujeitos entrevistados afirmou que nos encontros mensais com o Coordenador, há muitas discussões sobre assuntos variados, porém referiram que o Coordenador não sugere e nem se coloca à disposição para colaborar na realização de atividades voltadas para a melhoria da aprendizagem.

Em relação à 12ª questão, metade dos sujeitos, 50%, respondeu que fazem leitura com e para as crianças frequentemente, os demais, 50%, disse que esta atividade

não é realizada com frequência porque eles têm uma relação de conteúdos para trabalharem durante o mês e que serão cobrados pelo seu cumprimento nas avaliações mensais. Já sobre a 13ª, 100% dos respondentes afirmou que a leitura, a interpretação e a produção textual são essenciais para o aprendizado de todas as outras disciplinas. Em relação à 14ª questão, a metade dos entrevistados, 50%, disse que sempre realiza atividades frequentes para desenvolver a leitura e a escrita. A outra metade, 50%, indicou que raramente realiza este tipo de atividade.

A 15ª questiona ao professor se ele elabora atividades específicas para as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem. Vale transcrever trechos das respostas dos entrevistados, pois nos inquietaram bastante:

PA: *Sim, inclusive recorro como exemplo às atividades da escola do outro município em que trabalho também. Só acho que não rende porque os alunos que têm mais dificuldades não fazem as atividades propostas.*

PB: *Não, pois só temos tempo para elaborar as atividades de rotina;*

PC: *Às vezes, pois temos que elaborar as atividades diárias e isso requer tempo.*

PD: *Não, impossível elaborar atividades diferentes, o nosso tempo é muito curto, e mais, os alunos que precisam de reforço não fazem nem as atividades de rotina.*

Observemos que apenas 25% disse que elabora e aplica atividades específicas para os alunos que sentem dificuldades na disciplina de Língua Portuguesa; 25% disse que “Às vezes” e 50% respondeu que “Não”.

Na 16ª questão, a maioria, 75% disse que tem dificuldades ao elaborar as atividades de rotina e justificou ressaltando que a maior dificuldade é em relação ao planejamento de estratégias para conduzir a produção textual. Podemos conferir através das transcrições das respostas dos docentes entrevistados:

PA: *Hoje eu não sinto porque conto com um apoio efetivo da outra Secretaria, da qual faço parte;*

PB: *Sim, eu gostaria de contar com um apoio pedagógico nesse sentido. Há dias que você quer fazer uma atividade diferente que possibilite ao aluno entender com mais facilidade o assunto abordado e não tem a quem recorrer para melhorar. Reconheço que preciso melhorar mais nas atividades de produção textual;*

PC: *Tenho sim, no momento de elaborar as estratégias para a redação.*

PD: *Sim, por isso necessitamos de ajuda de um profissional competente, principalmente no momento de propor atividades de escrita.*

Em relação à 17ª questão, só 75% dos sujeitos em estudo foi entrevistado: PA, PB e PC, porque a docente PD, já havia mencionado anteriormente que não era portadora

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

de curso superior, porém, 100% dos sujeitos respondentes enfatizou que a sua formação acadêmica “Não” possibilitou o desenvolvimento de habilidades e competências como se espera, para exercício do magistério da disciplina de Língua Portuguesa.

Transcrição de trechos das respostas dos sujeitos docentes conferem a informação acima.

PA: *Não. O curso de Licenciatura, como os demais cursos superiores, dá uma base para o profissional seguir em frente, acho que nenhum curso entrega ao mercado de trabalho um profissional pronto. Eu estou aprendendo a ministrar a disciplina de Língua Portuguesa praticando ao longo de 19 anos de exercício do magistério, com o apoio de uma formação continuada de qualidade disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Teresina, capital do Piauí, da qual faço parte também. Essa formação vem me dando suporte para fortalecer a minha prática docente;*

PB: *Infelizmente não. A minha formação é em Inglês, sendo assim, sinto mais dificuldades, por isso preciso de mais apoio e mais tempo para preparar minhas aulas, principalmente no que se refere à preparação de estratégias para a produção textual;*

PC: *Digo não, pois meu curso, Pedagogia, só proporcionou o desenvolvimento de habilidades e competências para lidar com os alunos, mas o professor não precisa só disso, pois cada disciplina tem seu conteúdo específico que é necessário que o professor conheça e tenha competência para fazer com que os alunos aprendam. E é disso que eu estou precisando no momento, de apoio pedagógico para me auxiliar na elaboração do meu planejamento.*

A informação do PC confere com o ponto de vista de Penteado, ao dizer que,

. . . pude reconhecer que a graduação em Pedagogia, concluída por mim em 1995, não ofereceu a formação necessária para exercer a profissão docente de forma adequada. A realidade educacional que encontrei para atuar mostrou-se bastante diferente das propostas curriculares apresentadas na graduação que, no auge da minha ingenuidade acadêmica fez-me acreditar em alguns momentos, na possibilidade de mudar o mundo de uma forma romântica e simplista; possibilidade rompida ao confrontar-me com a situação real da educação pública. (2014, p. 18).

Como vimos, não é só o grupo de docentes que participou de nossa pesquisa que demonstrou insatisfação em relação à sua formação acadêmica.

Dando continuidade, passaremos aos dados referentes à 18ª questão, em que apenas 25% dos docentes reconheceu que o seu desempenho como professor da disciplina

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

de Língua Portuguesa é “Ótimo”, 50% “Bom” e 25% “Regular”. Muito difícil para um profissional reconhecer suas fraquezas com tanta franqueza, assumindo que precisa desenvolver certas habilidades inerentes ao ensino da Língua Portuguesa para melhorar a sua prática e conseqüentemente, o rendimento dos seus alunos. Na 19ª questão, 50% disse que é “Bom” e 50% respondeu ser “Regular”, o desempenho dos seus alunos.

Concluindo, na 20ª questão, 100% dos docentes investigados solicita apoio da Secretaria Municipal de Educação de José de Freitas, Piauí, Brasil, na qual estão lotados, no momento em que reconheceram que há, sim, a necessidade de um programa de formação continuada que possibilite minimizar ou até superar as dificuldades que ora estão enfrentando. Eles justificaram suas opções da seguinte forma:

PA: Não. Como já falei, conto com este apoio apenas da outra Secretaria. Aqui em José de Freitas não tenho conhecimento se há ou se já houve formação continuada para os professores que trabalham no Ensino Fundamental II. Eu gostaria de contar com mais este apoio, que acontecessem os encontros pelo menos uma vez por mês, certamente iria enriquecer muito mais a minha prática docente, principalmente no que se refere à leitura e à escrita;

PB: Não. A formação continuada que o Governo Federal disponibiliza, via Secretaria Municipal de Educação de José de Freitas é apenas para o Ensino fundamental I. É evidente que eu gostaria de fazer parte de grupos de estudos que viabilizasse estratégias de produção textual;

PC: Não conto. Tenho conhecimento que estão sendo implementados alguns Programas do Governo Federal para apoiar os professores do Ensino Fundamental I, inclusive voltados para o processo de alfabetização, mesmo assim, temos ainda muitos alunos no 7º ano que não estão alfabetizados, e que por isso meu trabalho se torna mais difícil, considerando que eu também tenho dificuldades ao elaborar estratégias para a realização das atividades de escrita;

PD: Não. Há 2 anos que eu trabalho na rede municipal de ensino e até agora não participei de nenhuma formação. Eu gostaria de poder contar com esta ajuda, pelo menos um encontro uma vez por mês com o grupo para discussão e elaboração de atividades diversificadas de modo especial para a produção textual.

Entendemos que esta situação de pedir ajuda à Secretaria não deveria acontecer, afinal, há uma legislação já mencionada, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que assegura ao docente o direito a uma qualificação que lhe permita desenvolver a sua prática satisfatoriamente.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Assim, através dos dados e trechos das transcrições da entrevista, os 4 docentes demonstram que não há uma aprendizagem efetiva porque eles têm dificuldades em alguns pontos para conduzir o processo. Neste sentido, concordamos com o ponto de vista de Cagliari ao afirmar que,

O professor de português tem que ser um profissional competente, tem que conhecer profundamente a língua portuguesa. Como pode ele ensinar o que não sabe? Se ele tiver um conhecimento errado, seu trabalho vai ser ensinado errado! ... Os alunos aprendem o que lhes é ensinado (2009, p. 36).

Concordar com o ponto de vista do autor não significa dizer que é só a qualificação do profissional docente que influencia na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. É evidente que não. Entendemos que os docentes estudados evidenciaram esta necessidade porque, certamente, é disso que eles estão necessitando para trabalhar melhor com os seus alunos, os aspectos e as diferentes formas de usos da oralidade e da escrita de nossa língua materna. Podemos considerar que esse reconhecimento é um princípio que, assim se deseja, os possa efetivamente levar a agir nesse sentido e procurarem os meios e os apoios necessários para terem mais formação, afim de melhorar o resultado de sua prática docente.

3.1.3. Dados coletados através da entrevista: Pais

Um pequeno grupo de 8 pais de alunos (dois de cada turma, 6º, 7º, 8º e 9º anos) do Ensino Fundamental II, do turno da tarde, da escola Orquídea, também se tornaram sujeitos de nossa pesquisa, porque consideramos que a opinião deles enriquecerá o nosso trabalho, pois conforme já mencionamos anteriormente, concordamos com o ponto de vista de Içami Tiba (2010), ao ressaltar, que são eles que passam a maior parte de sua vida com os seus filhos-alunos, por isso têm maior responsabilidade pelo seu progresso escolar. Mais do que os professores, são os pais quem mais conhecem os alunos, por isso, são as pessoas ideais para fornecerem maiores informações sobre eles.

Para coleta de dados, utilizamos uma entrevista semiestruturada, instrumento usado também para coletar os dados dos outros dois grupos de sujeitos, gestoras e professores.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

O referido instrumento foi elaborado com linguagem simples, clara e objetiva para facilitar o entendimento dos entrevistados, composto de perguntas fechadas, abertas e semiabertas, totalizando 16 questões.

Como fazem parte desse grupo de sujeitos: 4 pais, 3 mães e 1 avó, resolvemos denominá-los como o grupo de responsáveis por alunos do Ensino Fundamental II, sendo indicados assim: R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7 e R8.

Para facilitar a identificação dos respondentes, as 7 primeiras perguntas se encontram sumariadas em tabela 4, abaixo, as demais serão apresentadas em seguida.

TABELA 4. Características do grupo dos 08 sujeitos responsáveis por alunos do Ensino Fundamental II.

Pais	Série/Ano	Gênero	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Endereço
R1 Mãe	6º	F	42	Casada	Ensino Médio	Secretária	Urbana
R2 Pai	6º	M	45	Casado	Fundamental	Pedreiro	Urbana
R3 Pai	7º	M	39	Casado	Fundamental Incompleto	Padeiro	Urbana
R4 Mãe	7º	F	35	Solteira	Ensino Médio	Vendedora de motos	Urbana
R5 Avó	8º	F	63	Viúva	Analfabeta	Aposentada	Rural
R6 Pai	8º	M	41	Casado	Fundamental Incompleto	Lanterneiro	Urbana
R7 Pai	9º	M	39	Casado	Fundamental Incompleto	Lavrador	Rural
R8 Mãe	9º	F	44	Casada	Ensino Médio	Manicure	Urbana

Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Continuando com as demais questões da entrevista, passaremos para a 8ª questão, a qual teve como resposta: 62,5% dos entrevistados vive com apenas uma renda em casa e 37,5% com duas rendas. Enquanto isso, em resposta à 9ª questão, 62,5% dos sujeitos respondentes disse que tem Bolsa Família e 37,5% respondeu que não recebe este benefício.

A 10ª questão, que se refere ao ponto de vista da estrutura física da escola, obtivemos o seguinte resultado: 37,5% “Bom”, 50% “Regular” e 12,5% “Ruim”. Com essas informações entendemos que a estrutura física da escola precisa melhorar. Na 11ª questão, 12,5% “Bom” e 87,5% “Regular” para o desempenho da equipe gestora da escola do seu filho.

A 12ª, questiona se apenas o trabalho do professor sem a colaboração da família é suficiente para o progresso escolar do aluno. Nesta, 100% disse que “Não”. A 13ª questão, 37,5% “Bom”, 50% “Regular” e 12,5% “Ruim” para o grau de satisfação dos pais em relação ao desempenho escolar do seu filho.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Enquanto isso, a 14ª questão indaga sobre a(s) disciplina(s) em que os alunos sentem maiores dificuldades. Como é uma pergunta subjetiva, vale transcrever as respostas da forma como elas foram dadas pelos respondentes:

R1: *Matemática e Português, porque tem dificuldade nos problema e na hora da leitura do texto e na escrita;*

R2: *Responder dizendo nome, num sei dizer não, mais meu filho se reclama muito das prova que tem texto pra ler e escrever;*

R3: *Sei sim. Todo ano eu tenho que comprar um caderno de matéria pra ele dividir. Ele sempre fala que é muito difícil na hora de escrever texto. Ah! Se queixa de Matemática também;*

R4: *Bem, eu observo que meu filho tem dificuldade na leitura e na escrita, porque é na prova de Português que ele vive deixando de responder a parte da prova que tem texto,*

R5: *Dizer mesmo é difícil, quem sabe é a mãe dela, mais eu escuto ela se queixando pra mãe na hora de ler e escrever texto. Eu converso muito com ela, explicando que a vida não é fácil que ela tem que correr atrás daquilo que ela deseja.*

R6: *Ela fala muito das dificuldades nas aulas de Matemática e Português, mas graças à Deus, nunca ficou reprovada;*

R7: *Aqui em casa ninguém sabe ensinar, mais minha filha de vez em quando ela fica na cidade pra estudar com as colegas. Ela se queixa que tem dificuldade pra entender Matemática e Português;*

R8: *Num sei explicar bem, mais vejo falando que gosta da Gramática, e diz assim “na hora de ler e escrever texto sem graça num tem sentido”. Isso é o que ele vive dizendo por aqui. Agora no último ano, ele vive falando que Física e Química é muito difícil.*

Conforme observamos, dos 08 sujeitos entrevistados: 37,5% afirma que suas maiores dificuldades são referentes às disciplinas de Matemática e Português; 37,5% não especificou a disciplina, porém ressaltou que as dificuldades se referem à leitura e à escrita; 12,5% respondeu que é a disciplina de Matemática, e acrescentou a escrita; 12,5% enfatizou que suas fragilidades são nas disciplinas de Física e Química, bem como na leitura e na escrita também. Considerando a escolaridade dos 08 sujeitos responsáveis pelos alunos, entendemos o motivo de não especificar o nome da disciplina, em que seu filho sente maiores dificuldades. É possível que alguns nem saibam que disciplinas compõem o Currículo do Ensino Fundamental II, porém, ressaltaram de forma clara as dificuldades dos filhos. Muito importante os pais tomarem conhecimento dessas fragilidades. Assim, entendemos que eles estão participando da vida escolar do filho. Embora

diagnosticando que a maioria deles não sabe ajudar na realização das tarefas escolares, mas pelo menos suas respostas sugerem que conversam com os filhos sobre o assunto.

A 15ª questão se refere ao conceito dos pais em relação à prática letiva do professor que leciona a disciplina de Língua Portuguesa, nessa questão, os resultados foram os seguintes: 25% considera “Bom” e 75% “Regular”. Na questão seguinte, 16ª, 100% dos respondentes considera que professor que leciona a disciplina de Língua Portuguesa precisa estudar mais para melhorar a sua forma de ensinar. Nesta questão, não mencionamos a expressão: “formação continuada”, e sim em “mais estudos” para ficar mais claro o conteúdo da pergunta para os sujeitos entrevistados.

Esperamos que a participação desse grupo de pais sirva para enriquecer o nosso trabalho, embora, com algumas respostas na forma indireta, como por exemplo, quando foi perguntado, que disciplinas seu filho sente maiores dificuldades, uns não mencionaram o nome da disciplina, mas ressaltaram que seus filhos sentem maiores dificuldades na leitura e na escrita. Através dessa informação, compreendemos que eles têm conhecimento de, pelo menos, algumas das fragilidades do seu filho.

Agora passaremos à apresentação dos dados referentes ao quarto e último grupo participante da pesquisa.

3.1.4. Dados coletados através do questionário: Discentes

Antes da apresentação dos dados, se faz necessário fazermos um breve esclarecimento em relação ao assunto, considerando que este grupo de sujeitos (alunos) não tem a mesma maturidade dos outros 03 grupos já entrevistados: gestoras, professores e pais.

O objetivo do nosso trabalho de pesquisa é identificar as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II. Para tentar alcançar este objetivo entendemos ser necessário, e o nosso orientador acadêmico concordou que, além de pesquisar os referidos professores, as gestoras da escola universo da pesquisa, seria pertinente também estudar um grupo de responsáveis por alunos (pais) da referida escola, além disso, se faz necessário questionar também uma amostra considerável dos discentes. Afinal, se os professores têm dificuldades para exercer a sua prática, isto se reflete, pelo que nos demonstram os livros, e de algum modo o confirmamos também por experiência própria, na aprendizagem dos alunos, por isso, estudamos os quatro grupos: as gestoras, os professores e pais de alunos, para os quais, como já percebido, foi utilizado uma entrevista, e para os discentes, utilizamos um

questionário elaborado cuidadosamente com linguagem simples, clara e objetiva, compatível com o nível de ensino e a faixa etária (11 a 16 anos), dos 40 alunos que concordaram participar de nossa pesquisa. Considerando esta situação, realçamos que os dados obtidos neste grupo têm a mesma carga de credibilidade dos outros grupos, pela sinceridade com que os estudantes responderam às várias questões apresentadas no questionário. Sendo assim, serão valorizadas e consideradas suas respostas, pois acreditamos que estes resultados irão ampliar o leque de informações com as quais esperamos contribuir para alcançar o nosso objetivo, que é o de identificar as dificuldades enfrentadas pelos docentes entrevistados. Claro, também, que estes possam, à posteriori, serem usados para que os próprios docentes retirem dados pertinentes que lhes sirvam para poderem se melhorar em sala de aula, no exercício de sua profissão.

Daqui em diante apresentaremos as características, os dados e os conceitos obtidos através do questionário. As 4 primeiras questões referem-se à identificação pessoal e escolar dos sujeitos investigados que se encontram sumariadas nas Tabelas: 5 = 6º ano; 6 = 7º ano, 7 = 8º ano e 8 = 9º ano. Entendemos ser pertinente apresentar esses dados através de tabelas para facilitar ao leitor melhor compreensão das características dos discentes que se dispuseram a participar da pesquisa.

Prosseguindo, a 5ª questão que trata sobre o grau de satisfação do aluno em relação ao seu progresso escolar; a 6ª, para sabermos se há biblioteca na escola; da 7ª à 12ª se referem às práticas de leitura e de escrita; 13ª solicita que o aluno refira gêneros textuais que circulam socialmente e, a 14ª, os pedidos que desejam fazer ao seu professor de Língua Portuguesa para facilitar o seu aprendizado e, conseqüentemente, seu progresso escolar. Elaboramos as questões cuidadosamente, adequando-as, repetimos, à linguagem própria da faixa etária dos sujeitos de forma que não tivessem nenhuma dúvida em relação ao seu conteúdo. Para tanto utilizamos a forma mais simples possível, como por exemplo:

14ª. O que você gostaria de pedir ao seu professor de Língua Portuguesa para facilitar no seu aprendizado e, conseqüentemente, seu progresso escolar?

Os pedidos apresentados foram condizentes com as perguntas, isso revela que os alunos compreenderam o que queríamos saber.

É pertinente sublinhar que apresentaremos os dados obtidos separadamente, por turma, na sequência: 6º, 7º, 8º e 9º anos. A exposição de cada turma terá início com uma tabela montada considerando as respostas referentes às 4 primeiras questões, nas quais estão contempladas as características pessoais e escolares de cada aluno pesquisado. Os referidos sujeitos, os alunos, serão assim identificados: A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9 e A10. Observemos que, com a evolução do nível da série, evolui também o

nível do conteúdo e da estrutura frásica das respostas dadas pelos alunos. Durante essa abordagem faremos transcrições fieis de trechos de respostas e de justificativas, que serão transcritas da forma como o sujeito as escreveu. Esta técnica tem como objetivo, além de demonstrar a veracidade das informações, possibilita observar e analisar o conteúdo das transcrições e ainda, das fragilidades referentes a alguns aspectos da escrita.

Conforme já informamos anteriormente, iniciamos a apresentação dos resultados pela turma do 6º ano, com uma tabela montada com os dados pessoais de cada sujeito. Observar estas características é importante para compreender os resultados das outras questões.

TABELA 5. Características dos 10 discentes do 6º ano.

Alunos	Gênero	Idade	Endereço	Responsável	Profissão do Responsável
A1	Masculino	11 anos	z. urbana	Pais	Caminhoneiro
A2	Masculino	11 anos	z. urbana	Pais	Aux. Secretaria
A3	Masculino	11 anos	z. urbana	Pais	Motorista
A4	Masculino	12 anos	z. urbana	Pais	Pedreiro
A5	Masculino	11 anos	z. rural	Pais	Mecânico
A6	Masculino	11 anos	z. urbana	Avó	Aposentada
A7	Feminino	11 anos	z. urbana	Pais	Pedreiro
A8	Feminino	12 anos	z. urbana	Pais	Pedreiro e Vendedora
A9	Feminino	12 anos	z. urbana	Pais	Autônomo
A10	Feminino	11 anos	z. rural	Pais	Motorista

Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Dando continuidade, apresentaremos agora, o resultado das outras questões. Na 5ª questão, 90% dos respondentes disse que está satisfeito com o seu progresso escolar. Em relação à 6ª questão, 100% disse que “Sim”, que há biblioteca ou sala de leitura. Vale ressaltar que 10% disse que há sim uma sala de leitura e justificou, A1: *nigem usa*. Esta justificativa nos entristece, pois não fazer uso do que há de mais importante na escola, os livros, é um bom começo para dificultar tanto o ensino, como a aprendizagem. Em relação à 7ª questão, 80% afirmou que gosta de ler e 20% disse que “Não”.

Já na 8ª questão, apenas 20% afirmou que “Sim”, que é capaz de compreender tudo o que lê e 80% assinalou “Às vezes”. 6 deles justificaram suas respostas assim:

A1. *temcoisas qui eu não intendo;*

A3. *por que algumas coisas são muito difícil;*

A4. *Asveses eu gosto de lê;*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

A8. porque algumas coisas eu não entendo mais outras eu entendo bem;

A9. Porque as vezes há palavras que eu não sei o significado;

A10. porque tem algumas coisas que eu não compreendo.

É importante observar as fragilidades apresentadas na escrita dos trechos das transcrições das justificativas.

Já em relação à 9ª questão, 60% dos respondentes afirmou que o professor de Língua Portuguesa realiza “Sempre” atividades que envolvem as práticas de leitura e de escrita e os demais, 40% assinalou “Raramente”. O percentual que acompanha esses conceitos é motivo para inquietação, tendo em vista que a leitura e a escrita devem compor o processo de alfabetização.

Na 10ª questão, 10% dos sujeitos questionados marcou a opção “Sempre”. 60% disse que os professores das outras disciplinas, “Raramente” realizam atividades de leitura e de escrita e os demais 30% assinalou a opção “Nunca”. Esses conceitos nos levam a compreender que os docentes investigados têm razão ao relatarem em suas respostas que estão precisando de um apoio pedagógico significativo para melhorarem a sua prática letiva.

Na 11ª questão, 50% dos sujeitos marcou a opção “Sim” e 50% “Não”, quando questionados se o aluno que tem dificuldade para ler e escrever pode desenvolver-se intelectualmente, de forma satisfatória noutras disciplinas. Vejamos suas justificativas:

A1. porque sei ler não a prende nada;

A2. porque tem us que não presta atenção;

A3. Por que não há desenvolvimento sem um esforço;

A4. por que ele pode se inteligente;

A5. Porque asmutar;

A6. Quem num le num entende;

A7. Porque eu aprendo e ler as disciplinas;

A8. Eu acredito que sim ele pode se dar bem em matemática em desenho;

A9. Porque se ele tem dificuldade de coisas tão essenciais ele terá dificuldade em outras coisas;

A10. porque se ele tem dificuldade em ler e escrever ele não compreende outras matérias.

O conteúdo dessas transcrições nos faz entender que, apesar da idade, de certa forma, os alunos demonstram entender que a leitura e a escrita são importantes para o seu progresso escolar.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

A seguinte, a 12ª, pergunta se os alunos têm dificuldades ao realizar as atividades de leitura, interpretação e produção de textos. As respostas que nos deram para esta questão foram as seguintes: 60% disse que “Não” e 40% respondeu que “Sim”.

Justificativas dos que responderam “Sim”

A5. *porque e não osto di lire;*

A6. *é muito complicado;*

A7. *Porque eu gostei ler iscreve e faze redasão;*

A8. *Um pouco na hora de elaborar um texto para mim e um pouco dificio.*

Justificativas dos que responderam “Não”

A1. *não sito dificuldade porque Gasee ler;*

A2. *Por que eu Já sei ler;*

A3. *Por que já cei lê, escrever, etc;*

A4. *Por eu gosto sei faze itepretasão;*

A9. *Porque leio muitos livros e por isso tenho melho conhecimento com as palavras;*

A10. *porque sei ler escrever fazer texto de redações.*

A 13ª questão solicita aos alunos que refira diferentes gêneros textuais que circulam socialmente. Nesta questão apenas 10% deixou de responder. Os demais, 90% respondeu assim:

A1. *istorias enqua drinho e uticias enjornais;*

A2. *istorias em quadrinhos Jornal, requerimentos;*

A3. *istoria em quadrinhos, capa, oficio, jornal, Propaganda;*

A4. *Es toria em quadriho, propaga, jornal;*

A5. *Revista nocadino e cartões;*

A7. *Eu conheso as cartas e os jornais estórias em quadrinho;*

A8. *Historias em quadrinhos cartas e jornais;*

A9. *Historia em quadrinhos, revistas, jornal, cartas etc;*

A10. *Sim, historia em quadrinho, jornal, propagandas, cartas.*

Na 14ª questão, 90% dos respondentes fizeram os seus pedidos ao professor de Língua Portuguesa para facilitar o seu aprendizado, escrevendo assim:

A1. *letesto;*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

A2. almentar atenção;

A3. Para que ele botou um trabalho em grupo que valem ponto;

A4. pede resposta da prova;

A5. tabalu me gupor;

A7. dotar trabalho em grupo;

A8. ajudar explicação e esclarecimentos;

A9 e A10. Que ele pegasse livros na biblioteca para nós lermos (2 sujeitos fizeram este pedido).

É importante ressaltar que 90% dos sujeitos participantes da pesquisa fizeram suas solicitações direcionadas ao seu professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa para facilitar o seu aprendizado, e conseqüentemente seu progresso escolar. Observamos que há fragilidades na escrita dos trechos, porém, percebemos que os conteúdos das solicitações denotam insatisfação dos alunos em relação à prática do professor.

Passaremos agora a apresentar os resultados do questionário aplicados aos 10 discentes do 7º ano. Como na anterior, iniciamos apresentando suas características que se referem às 04 primeiras questões.

TABELA 6. Características dos 10 discentes do 7º ano.

Alunos	Gênero	Idade	Endereço	Responsável	Profissão do Responsável
1	Masculino	12 anos	z. urbana	Mãe	Aux. de secretaria
2	Masculino	15 anos	z. urbana	Pais	Padeiro
3	Masculino	13 anos	z. urbana	Mãe	Vendedora de motos
4	Masculino	13 anos	z. rural	Pais	Lavrador
5	Feminino	13 anos	z. urbana	Pais	Pedreiro
6	Feminino	13 anos	z. urbana	Pais	"Leiturista" da Eletrobrás
7	Feminino	13 anos	z. urbana	Mãe	Doméstica
8	Feminino	12 anos	z. urbana	Pais	Segurança e Doméstica
9	Feminino	13 anos	z. urbana	Pais	Pastor e Professora
10	Feminino	14 anos	z. rural	Pais	Pintor

Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Dando continuidade, em relação à 5ª questão, 70% dos sujeitos disse que está satisfeito com seu progresso escolar e 30% respondeu que "Não". Estes justificaram assim:

A4. Já tirei muita nota baixa;

A7. Eu já fiquei reprovada to tirando nota baixa;

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

A10. Porque eu ja fiquei reprovada mais agora eu to me interessando mais pra tira nota boa;

Na 6ª questão, apenas 50% dos alunos questionados disse que “Sim”, que há uma biblioteca ou sala de leitura na escola, a outra metade 50% marcou a opção “Não”. Já na 7ª questão, 80% disse que “Sim”, que gosta de ler e 20% diz que “Não” e explica assim:

A2. porque não consegue me concentra;

A4. Não compreendo os assunto.

Vejamos que os alunos justificaram o motivo de não gostarem de ler. As referidas justificativas sugerem que eles precisam de ajuda que os motive a desenvolver o gosto pela leitura.

Já na 8ª questão, apenas 20% dos respondentes escolheu a opção “Sim”, 70% escolheu a opção “Às vezes” não é capaz de compreender tudo o que lê e, 10% marcou a opção “Não”. Os 7 alunos que responderam “Às vezes”, justificaram assim:

A1. por que tem palavras que são complicadas que não entendo;

A2. quando tou com mais atensão;

A3. gosto de pesquisar sobre aquilo Leio então consigo compreender;

A6. às vezes né porá gente aprende muito pouco;

A7. Pois não memorizo nada;

A8. As veze não compreende as leitora;

A10. por que não tenho muito abitu de ler por causa que a biblioteca não funciona.

O aluno que respondeu “Não” justificou que:

A4. Até que Matematica tiro boa nota mais em portuges tudo é dificio.

Na 9ª questão, 50% disse que “Sempre” o professor de Língua Portuguesa realiza atividades que envolvem as práticas de leitura e de escrita, porém os demais, 50% disse que “Raramente” ele realiza esse tipo de atividade.

Em relação à 10ª questão, apenas 40% disse que “Sempre” os professores que ministram as demais disciplinas realizam atividades de leitura e de escrita, 60% respondeu “Raramente”.

Analisando os dados percentuais da 9ª questão, na qual apenas 50% responde “Sempre” e 50% “Raramente” para as atividades que envolvem as práticas de leitura e de escrita realizadas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa e na 10ª questão 40% marcou “Sempre” e 60% “Raramente”, para essas as atividades realizadas pelos professores das demais disciplinas. Através desses dados os sujeitos demonstraram que há necessidade de que os professores da escola Orquídea planejem e apliquem mais

atividades voltadas para a leitura e a escrita. Esta necessidade se tornou evidente também na forma como os alunos em estudo escreveram suas respostas e justificativas.

A 11ª questão pretendia descobrir se o aluno que tem dificuldades para ler e escrever pode desenvolver-se intelectualmente, de forma satisfatória noutras disciplinas. Nesta questão, 40% dos respondentes disse que “Sim”, e 60% marcou a opção “Não”, pois o aluno que tem dificuldades para ler e escrever, terá dificuldades também para se desenvolver intelectualmente nas outras disciplinas. Dos 6 alunos que responderam “Não” 3 deles justificaram suas respostas assim:

A1. *por que se a gente não souber fazer estas coisas não vamos ter um estudo bom;*

A3. *se eu não compreender uma matéria como irei compreender as outras;*

A9. *Porque em todas as disciplinas requer leitura e escrita;*

Estas justificativas evidenciam que este grupo de sujeitos tem noção de que a leitura e a escrita influenciam no desempenho das outras disciplinas.

Em relação à 12ª questão, 80% dos alunos respondeu que “Sim”, sente dificuldades ao realizar as atividades da disciplina de Língua Portuguesa, e só 20% marcou a opção “Não”. Dos 8 sujeitos que disseram “Sim”, um deles não justificou, porém 7 deles justificaram assim:

A1. *pois tem vezes que não sei se esta certo, fico preocupado se eu fiz algo errado;*

A3. *produção de textos principalmente Língua Portuguesa;*

A4. *Sinto dificuldade para fazer estas coisas;*

A6. *Por que a gente fica nervosa na ora de fazer a leitura;*

A7. *Eu me engancho em leitura;*

A8. *Por que são muito difício;*

A10. *por que deveria ter reforço mais pra ser mais facil.*

Como vimos, a maioria dos alunos, 80% reconhece que tem fragilidades em relação às práticas de leitura, de interpretação e de escrita, destes, 70% deles apresentou seus motivos. Enquanto isso, os 20% que disse “Sim”, apenas, um justificou assim:

A9. *Não, porque entendo os assuntos facilmente, e nunca senti dificuldade.*

Na 13ª questão, 70% dos respondentes referiu diferentes gêneros textuais. Isso nos faz acreditar que eles têm conhecimento referente a este assunto. Os demais não responderam. Vejamos as transcrições:

A1. *Jornal, revista, historias em quadrinhos;*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

A2. *estórias em quadrinho;*

A3. *Jornais, revista, propaganda, historia, livros etc;*

A6. *Cito texto de geografia di istoria;*

A7. *Sim livro revista;*

A9. *Poesia, reportagem, gibis, etc;*

A10. *Jornal, revista, gibi, livros, etc.*

A 14ª questão solicitou aos respondentes que escrevessem pedidos ao seu professor de Língua Portuguesa para facilitar seu aprendizado. Neste caso, 20% deles escreveu a palavra “nada”, 20% deixou em branco, assim só 60% fez suas solicitações. Vejamos as transcrições:

A2. *es plicaro mais;*

A3. *para me ensinar mais sobre produção de texto como Redação;*

A6. *Para ensinar mais a gente fazer mais atividade;*

A8. *se muito boa de mais;*

A9. *Praticar com a gente redação, leitura e escrita;*

A10. *Eu gostaria que eles compreendece mais agente quando perguntace porque tem professor que fica com raiva quando agente pergunta muitas vezes;*

As transcrições acima revelam que os sujeitos apresentam muitas necessidades, inclusive que seus professores realizem com mais frequência atividades que envolvam as práticas de leitura e de escrita.

Agora apresentaremos os dados coletados através do questionário aplicado aos 10 docentes do 8º ano, as respostas da 1ª à 4ª questão que se referem à identificação pessoal do sujeito estão sumariadas na tabela abaixo.

TABELA 7. Características dos 10 discentes do 8º ano.

Alunos	Gênero	Idade	Endereço	Responsável	Profissão do Responsável
1	Masculino	13 anos	z. rural	Pais	Vendedor e Professora
2	Masculino	13 anos	z. urbana	Mãe	Serviços gerais
3	Masculino	14 anos	z. urbana	Pais	Mecânico
4	Feminino	13 anos	z. urbana	Pais	Lanterneiro
5	Feminino	15 anos	z. rural	Avó	Aposentada
6	Feminino	14 anos	z. urbana	Pais	Desempregados
7	Feminino	13 anos	z. urbana	Pais	Técnico e Diretora
8	Feminino	16 anos	z. urbana	Mãe	Doméstica
9	Feminino	14 anos	z. urbana	Pais	Pintor
10	Feminino	14 anos	z. rural	Pais	Lavrador

Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

O resultado dos dados obtidos através do questionário proposto por esta investigadora aos sujeitos do 8º ano, da 5ª à 14ª questão, foi o seguinte: sobre a 5ª, 50% afirmou que está satisfeito com seu progresso escolar e 50% respondeu que “Não”. Justificativas dos sujeitos que responderam “Não”:

A2. *não, pois alguns professores não estão realizando atividades práticas que envolvem o conteúdo, além disso não há aula práticas de Educação Física;*

A3. *num sei le direito;*

A6. *Já fiquei reprovada por que so rui de redação;*

A8. *por que já fiquei reprovada;*

A10. *preciso aprender a escrever melhor.*

Observamos nas transcrições acima que muitas são as queixas dos alunos, demonstrando a necessidade de melhorias no que se refere às atividades de leitura e de escrita.

Na 6ª questão, 50% afirmou que há uma biblioteca ou sala de leitura na escola e 50% disse que “Não”. Esses pontos de vista contrários se devem ao fato de realmente haver uma sala com livros à disposição de professores e alunos, porém está sempre fechada, não há um profissional para exercer a função de bibliotecário ou atendente para que as pessoas possam requisitar livros ou simplesmente sentarem na sala para os consultar. Na 7ª questão, 70% disse que gosta de ler, acompanhado das justificativas transcritas abaixo:

A1. *Por que eu apredo muito com os professores;*

A2. *Pois a leitura me ajuda a melhorar minhas atividades escolares e me dá um bom futuro;*

A4. *por que passa o tempo e destrai a mente;*

A5. *Pois vamos aprendendo mais coisas;*

A7. *Por que é muito bom para a mente agente fica mais cauma etc;*

A9. *ler é muito bom pra mim entender muitas coisas da escola da TV, de tudo;*

A10. *Por que agente aprende mais.*

Os demais, 30% que respondeu “Não”, não justificaram suas respostas.

Apesar da faixa etária dos referidos sujeitos, eles têm consciência da importância da leitura em nossas vidas.

Na 8ª questão, apenas 20% disse “Sim”, que compreende tudo que lê; 60% reconhece que “Às vezes” e 20% respondeu “Não”.

Justificativas dos sujeitos que responderam “Sim”:

A4. *por que quando leio e faço o possível para fica bem concentrada;*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

A9. Eu cosmuto ter muita atenção na leitura por isso não tenho dificuldade.

Justificativas dos sujeitos que responderam “Às vezes”:

A1. Por que e muito de fisio e tanben muito fasil;

A2. pois alguns textos tem palavras muito difíceis;

A3. Tem coisa que é difícil;

A5. Pois nem sempre tem coisas adequadas para nos ler;

A7. Por que tudo que agente ler não é legal

A10. por que as vezes eu num entendo mesmo;

Os sujeitos que responderam “Não”, não justificaram.

Observamos através dos dados obtidos que na 7ª questão, a maioria, 70% dos sujeitos disse que gosta de ler, porém, na 8ª, só 20% respondeu “Sim” que compreende tudo o que lê. Sendo assim, entendemos que os alunos gostam de ler, porém, ainda não desenvolveram as habilidades de leitura e de escrita compatíveis com o seu nível de ensino.

Em relação à 9ª questão, 50% afirmou que o professor de Língua Portuguesa realiza “Sempre” atividades de leitura e de escrita e 50% marcou a opção “Raramente”.

Já à questão 10ª, apenas 30% respondeu que os demais professores realizam “Sempre” atividades de leitura e de escrita, 60% “Raramente” e 10% “Nunca”.

Nestas duas questões percebemos, através dos resultados, que nem todos os professores desenvolvem com frequência atividades de leitura e de escrita. Atividades essas necessárias ao progresso escolar do aluno.

Na 11ª questão, apenas 30% afirma que o aluno que sente dificuldades para ler e escrever pode se desenvolver intelectualmente, de forma satisfatória noutras disciplinas, porém 70% reconhece que “Não” e justificou assim:

A2. Pois se ele não sabe ler e nem escrever ele não entende o que ele vê no livro, não se concentra nas aulas e nem responde as atividades;

A3. Por que a falta de leitura e escrita atrapalha as outras materia;

A5. Porque como ele não sabe ler e nem escrever não tem futuro, ou só se ele começar a se intereçar;

A6. A leitura é importante pra tudo;

A8. parece que não para aprende sem lê;

A9. acho que não, por que quem não sabe ler e neim escrever não aprende as outras coisas;

A10. não tem como por que num le direito num aprende bem.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Em relação ao assunto, 70% dos alunos demonstra, apesar da idade, que tem conhecimento que a leitura e a escrita servem de base para o desenvolvimento das outras disciplinas.

Na 12ª questão, 60% disse que sente dificuldades ao realizar as atividades de leitura, interpretação e produção de textos e apenas 30% respondeu que “Não”.

Justificativas dos sujeitos que responderam que “Sim”;

A3. *queria aprender mais com a leitura e a escrita;*

A7. *por que e difícil mais ao mesmo tento fácil.;*

A8. *não sei dizer;*

A9. *Sintu por isso preciso treiná;*

A10 *muinta dificuldade por que tá faltando a professora emsinar.*

O sujeito A6 respondeu “Sim”, porém não justificou.

Justificativas dos sujeitos que responderam que “Não”;

A1. *Por que eu tenho professora ótima;*

A2. *Pra mim é fácil pois eu sempre fui incentivado a ler e escrever e também a escrever e produzir textos;*

A4. *pois sempre procuro manter o foco e se concentrar bastante;*

A5. *Na verdade eu faço é gostar;*

Observemos o conteúdo das transcrições que representa o ponto de vista de cada sujeito participante.

Na 13ª questão, 100% dos sujeitos citou alguns gêneros textuais que circulam socialmente. Vejamos as transcrições:

A1. *Carta, jornal, etc;*

A2. *poemas, obras literárias complexas, jornais e historias em quadrinhos;*

A3. *jornal, revista, historinha, ...;*

A4. *Jornal, propaganda, historia em quadrinho entre outras;*

A5. *Historia em quadrinhos, contos;*

A6. *Jornal, revista, receitas...;*

A7. *Revista Historia em quadrios e muito mais;*

A8. *revista, jornal, etc...;*

A9. *historinha, jornais, revista, etc;*

A10. *Receitas, jornais, revistas.*

Analisando as transcrições percebemos que os sujeitos do 8º ano conhecem diferentes gêneros textuais que circulam socialmente, pois todos, 100% dos participantes responderam a referida questão.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Enquanto isso, na 14ª questão, só 40% dos respondentes fez pedidos ao professor de Língua Portuguesa, como:

A2. *Atividades Práticas ou um incentivo como cada aluno escrever um livro por exemplo;*

A4. *pra ela praticar mais leitura e interpretação de texto;*

A5. *tirar da sala aqueles que so atrapalham;*

A7. *Ajuda por que eu sou ruim em língua portuguesa.*

Nas transcrições observamos as necessidades dos sujeitos, que as pesquisas sugerem e nós entendemos também que refletem as fragilidades da prática docente do seu professor de Língua Portuguesa.

Agora apresentaremos os resultados dos dados obtidos através do questionário aplicado aos sujeitos do 9º ano. Iniciamos com as respostas da 1ª à 4ª questão, nas quais apresentamos as características dos sujeitos que se encontram resumidamente na tabela abaixo:

TABELA 8. Características dos 10 discentes do 9º ano.

Alunos	Gênero	Idade	Endereço	Responsável	Profissão do Responsável
1	Masculino	14 anos	Z. urbana	Pais	Manicure
2	Masculino	15 anos	Z. urbana	Pai	Recepcionista
3	Masculino	14 anos	Z. rural	Pais	Diarista
4	Masculino	16 anos	Z. rural	Pais	Professor
5	Masculino	15 anos	Z. urbana	Pais	Pedreiro
6	Feminino	15 anos	Z. urbana	Pais	Vendedor
7	Feminino	15 anos	Z. urbana	Pais	Tratorista
8	Feminino	14 anos	Z. rural	Pais	Lavrador
9	Feminino	15 anos	Z. urbana	Avós	Aposentados
10	Feminino	14 anos	Z. rural	Pais	Pedreiro

Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Nestes resultados encontraremos ainda muitas fragilidades em relação à escrita dos alunos do 9º ano, apesar de estarem cursando o último ano do Ensino Fundamental.

Os respondentes do 9º ano apresentaram o seguinte resultado da 5ª à 14ª questão: quanto à 5ª questão, 40% disse que está satisfeito com seu progresso escolar e 60% reconhece que “Não” está satisfeito.

Justificativas dos sujeitos que responderam “Sim”:

A2. *sim porque as vezes estudo com minha irmã;*

A3. *Porque estou acompanhando direito e a escola ensina muito bem;*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

A4. *Sim por que minha escola tem muitas palestras e tem professores bom;*

A10. *porque estou acompanhando e nunca fiquei, tiro notas legais, os professores são bom.*

Justificativas dos sujeitos que responderam “Não”

A1. *porque fiquei reprovado 1 vez;*

A5. *Já fiquei reprovado*

A6. *Por que sinto que não aprendi o bastante. . . até agora;*

A7. *Tiro nota baixa;*

A8. *Porque, eu estou tirando muitas notas baixas;*

A9. *tô tirando nota baixa e já fiquei reprovada.*

Analisando essas transcrições observamos que são poucos os sujeitos que estão satisfeitos com o seu progresso escolar.

Em relação à 6ª questão, 30% afirmou que na escola há uma biblioteca ou sala de leitura e 70% disse que “Não”. Na questão 7ª, 80% marcou a opção “Sim”, que gosta de ler, e 20%, disse “Não”. Vejamos nas justificativas porque esses dois sujeitos não gostam de ler:

1. *Só leio quando a professora manda alguma coisa;*

2. *Quando é coisa interessante;*

Na questão 8ª, apenas 20% disse que compreende tudo que lê, os demais, 80% marcou a opção “Às vezes”. Vamos analisar através das justificativas as necessidades desses sujeitos para compreenderem o que lêem:

A2. *As vezes porque eu sou muito desatento;*

A4. *Porque muitas vezeses nus colegas mim descosentra;*

A5. *Por que as vezes tem muito barulho na sala;*

A6. *por que tem coisa que não são tão esclarecidas;*

A7. *Tem coisa que leio e não entendo;*

A8. *As vezes eu compreendo, mais nem todas as vezes é fácil de ser esclarecidas;*

A9. *Tem certas coisa, palavra que não tenho conhecimento;*

A10. *porque nem sempre eu entendo o que eu estou lendo.*

As justificativas acima referem o motivo das dificuldades dos sujeitos respondentes.

Já na questão 9ª, 80% afirmou que o professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa, “Sempre” realiza atividades que envolvem as práticas de leitura e de escrita. Os demais, 20% escolheu a opção “Raramente”.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Na questão 10^a, apenas 30% disse que “Sempre”, os demais professores realizam atividades de leitura e escrita, os outros, 70% respondeu “Raramente”.

Nestas duas questões, os conceitos apontados pelos sujeitos demonstram que nem todos os professores desenvolvem com frequência atividades que contemplem a leitura e a escrita.

Em relação à questão 11^a, 70% afirmou “Sim”, que os alunos que sentem dificuldades para ler e escrever podem se desenvolver de forma satisfatória noutras disciplinas e 30% disse que “Não”.

Justificativas dos sujeitos que marcaram a opção “Sim”:

A1. *Tem que ler mais;*

A2. *por que todos tem sua chance e ler e escrever;*

A3. *porque ele não foi entender o que esta escrito;*

A4. *Por que tem que ter mais ajudar dos professores e mais atenção dos diretores;*

A6. *Por que ele pode compreender melhor em outras diciplinas;*

A8. *As vezes o aluno pode se desenvolver em outras disciplinas;*

Um dos sujeitos respondente do “Sim” não justificou sua resposta.

Observemos que o conteúdo das justificativas dos sujeitos A6 e A8 estão condizente com a pergunta.

Justificativas dos sujeitos que responderam “Não”:

A5. *Pratica de leitura;*

A7. *Quem não sabe ler fica difícil aprender as outras coisa;*

A9. *O aluno só cresce se souber ler e escrever.*

Através das transcrições ressaltamos mais uma vez que muitos dos sujeitos respondentes entendem que a leitura e a escrita são a base para o seu progresso escolar.

Na questão 12^a, 70% dos alunos disse que sente dificuldades ao realizar atividades de leitura, interpretação e produção de textos e 30% disse que “Não” tem dificuldades. Vale apresentar as justificativas do grupo que disse sentir dificuldades:

A1. *porque tenho preguisa;*

A2. *as vezes eu tiro nota baixa meus e passo de ano;*

A6. *As vezes pois fico muito nervosa em algumas ocasiões;*

A7. *Por que eu não entendo;*

A8. *muitas vezes eu não consigo interpretar e produzir textos sinto dificuldades;*

A9. *Eu sou mais fraca nesta área;*

A10. *As vezes, dependendo do tema.*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Nas transcrições acima, os alunos tentaram apresentar as suas dificuldades para realizarem as atividades de leitura, interpretação e produção de textos.

Na 13ª questão, 70% indicou tipos de gêneros textuais que circulam socialmente, como por exemplo: jornais, revistas, livros, historinhas em quadrinhos, propagandas, dentre outros. 20% apresentou respostas iguais e fora do contexto e 10% não respondeu.

Em relação à 14ª questão, 100% fez seus pedidos. É importante fazer as citações das respostas dos alunos questionados, tendo em vista que a pergunta é do tipo aberta e solicita ao aluno que faça um pedido ao seu professor de Língua Portuguesa para facilitar o seu aprendizado. As respostas foram transcritas fielmente:

A1. Nada, porque ele sabe explicar muito bem;

A2. eu gosto de pedir nada por do jeito que ele ensina é melhor;

A3. para botar questão mais fáceis na prova;

A4. fazer mais leituras na sala de aulas;

A5. Um pouco mais de moral;

A6. Eu queria pedir para ele explicar melhor as coisas que ele passa na aula;

A7. Me ensinar redação;

A8. Esclarecer mais a forma de produção de texto, onde eu sinto mais dificuldade;

A9. Para cobrar mais essas atividades. Talvez o povo fizesse;

A10. Eu queria pedir pra ele ensinar mais na parte de produção de texto

As necessidades dos alunos estão apresentadas nas solicitações, que demonstram o seu desejo de melhorias, no momento que pedem para orientá-los em relação a produção de textos; realizar mais leituras, explicar melhor os assuntos, dentre outros.

Observamos que as justificativas foram evoluindo no que se refere à ortografia, à estrutura frásica e ao conteúdo, à medida que os alunos evoluíam de nível de ensino. Na rede pública de ensino os progressos são lentos, mas vêm acontecendo.

Concluimos a apresentação por turma dos resultados dos dados obtidos através do questionário.

Agora apresentaremos a síntese, utilizando um quadro geral para que possamos visualizar as características dos sujeitos bem como o resultado da pesquisa simultaneamente. Em seguida, faremos a análise e a discussão dos dados, para os quais utilizaremos gráficos.

TABELA 9. Dados gerais dos 40 discentes investigados.

		6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
	Gênero	6 M 4 F	4 M 6 F	3 M 7 F	5 M 5 F
	Idade	11 a 12 anos	12 a 15 anos	13 a 16 anos	14 a 16 anos
1ª	Onde mora?	8 z. urbana 2 z. rural	8 z. urbana 2 z. rural	7 z. urbana 3 z. rural	6 z. urbana 4 z. rural
2ª	Com quem mora?	9 pais 1 avós	3 mãe 7 pais	2 mãe 1 avó 7 pais	1 pai 1 avós 8 pais
3ª	Qual a profissão da(s) pessoa(s) responsável por você?	Caminhoneiro Aux.Secretaria 2 motoristas 2 pedreiros Autônomo Aposentado Mecânico Pedreiro Vendedora	Aux. Secretaria Padeiro Vendedora de moto Lavrador Pedreiro Leiturista Doméstica Segurança Doméstica Pastor e Professora Pintor	Vendedor e Professora Serv. Gerais Mecânico Lanterneiro Aposentada Desempregados Técnico e Diretora Doméstica Pintor Lavrador	Manicure Recepcionista Diarista e Pintor Professor Pedreiro Vendedor Tratorista Lavrador Aposentados Pedreiro
4ª	Que ano está cursando?	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
5ª	Você está satisfeito com seu progresso escolar	90% sim 10% não	70% sim 30% não	50% sim 50% não	40% sim 60% não
6ª	Há biblioteca ou sala de leitura em sua escola?	100% sim	50% sim 50% não	50% sim 50% não	30% Sim 70% não
7ª	Você gosta de ler?	80% sim 20% não	80% sim 20% não	70% sim 30% não	80% sim 20% não
8ª	Você é capaz de compreender tudo lê?	20% sim 80% às vezes	20% sim 70% às vezes 10% não	20% sim 60% às vezes 20% não	20% sim 80% às vezes
9ª	O professor de Língua Portuguesa realiza atividades que envolvam as práticas de leitura e de escrita?	60% sempre 40% raramente	50% sempre 50% raramente	50% sempre 50% raramente	80% sempre 20% raramente
10ª	E os professores das demais disciplinas, também realizam atividades de leitura e de escrita?	10% sempre 60% raramente 30% nunca	40% sempre 60% raramente	30% sempre 60% raramente 10% nunca	30% sempre 70% raramente
11ª	Você acredita que o aluno que tem dificuldades para ler e escrever pode desenvolver-se de forma	50% sim 50% não	40% sim 60% não	30% sim 70% não	70% sim 30% não

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

	satisfatória noutras disciplinas?				
12 ^a	E você, tem dificuldades ao realizar as atividades de leitura, interpretação e produção de textos	60% não 40% sim	80% sim 20% não	60% sim 40% não	70% sim 30% não
13 ^a	Existem gêneros textuais que circulam socialmente. Refira alguns.	90% referiu gêneros textuais	70% referiu gêneros textuais	100% referiu gêneros textuais	70% referiu gêneros textuais
14 ^a	O que você gostaria de pedir ao seu professor de Língua Portuguesa para facilitar o seu aprendizado e consequentemente o seu progresso escolar?	90% pedidos	60% pedidos	40% pedidos	100% pedidos

Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

3.2. Análise e discussão dos dados

3.2.1. Gestoras

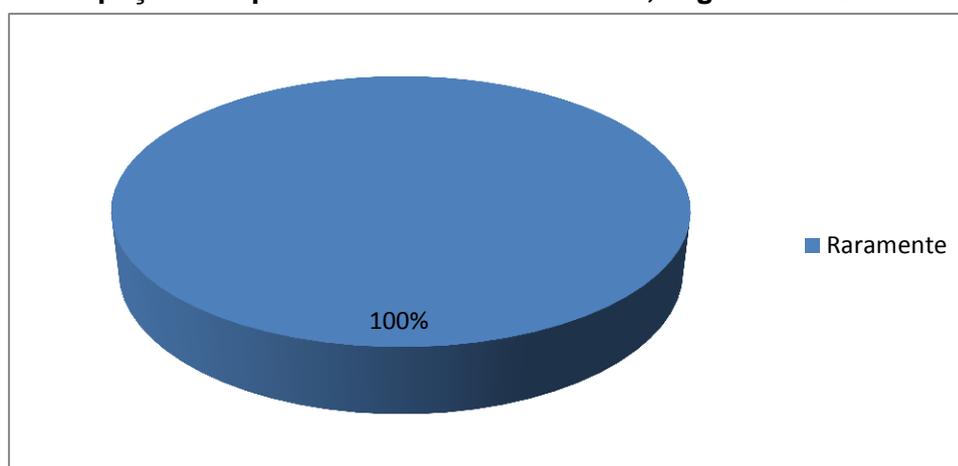
Iniciamos fazendo uma abordagem geral em relação aos resultados obtidos através de uma entrevista, direcionada às Gestoras. Apesar de a entrevista ser um instrumento de natureza qualitativa, não deixa de ser pertinente apresentarmos dados quantificáveis, porque estes enriquecem os resultados e facilitam a análise. Os referidos dados, posteriormente, serão também apresentados através de gráficos.

Sintetizamos os resultados da pesquisa direcionada às gestoras, assim: 100% dos sujeitos confirmou que há um Projeto Político Pedagógico na escola; 100% disse que “Raramente”, a família é convidada à participar da vida escolar do filho; 100% considera “Regular” seu grau de satisfação relação ao desempenho dos alunos; 66,666...% confirma que as maiores dificuldades dos alunos no processo de ensino e aprendizagem se referem à leitura e à escrita; 100% respondeu que “Raramente” o professor que leciona a disciplina de Língua Portuguesa realiza atividades que envolvam às práticas de leitura e de escrita; 100% confirmou que considera “Regular” seu grau de satisfação em relação a atuação do professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa; 66,666...% respondeu que a “indisciplina” dos alunos é um dos problemas mais comuns enfrentados por eles; 66,666...%

ressaltou que “Não” promove ações que visem melhorar a prática docente, objetivando o progresso do aluno; 100% confirmou que há “Sim”, necessidade de uma Formação Continuada direcionada aos professores que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa, e que esta formação vem sendo pleiteada junto ao órgão competente daquele município, a Secretaria Municipal de Educação.

Esperamos que estes resultados aqui apresentados enriqueçam o nosso trabalho. Os resultados mais significativos serão apresentados por meio de gráficos, aqueles que têm maior possibilidade de contribuir diretamente para atingirmos o nosso objetivo. Assim, apresentamos dados obtidos nas respostas dos participantes da nossa pesquisa nos gráficos seguintes.

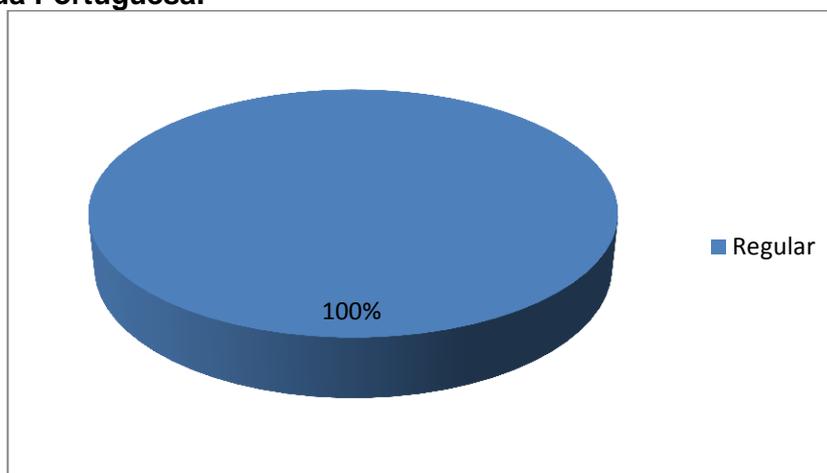
Gráfico 1. Participação dos pais na vida escolar do filho, segundo as Gestoras.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Os dados apresentados no gráfico acima revelaram que 100% dos sujeitos responderam que “Raramente” os pais são convidados a participarem da vida escolar do filho, ressaltando que isso acontece apenas bimestralmente, quando são convidados para o Plantão Pedagógico. Situação que precisa ser repensada, pois de acordo com Içami Tiba: *A família é a única organização grupal que vingou, desde a Antiguidade até hoje. E acredito que os laços familiares é que perpetuam o ser humano e o ajudam a desenvolver uma sobrevivência digna.* (2010, p. 15). Pertinente e significativo o ponto de vista do referido autor, afinal, a maior parte da vida dos filhos é no seio familiar, e se a família não acompanhar o desenvolvimento dos filhos, a escola sozinha não poderá fazer tudo. Entendemos que todos os envolvidos no processo devem colaborar de forma a viabilizar o progresso pessoal e escolar dos alunos.

Gráfico 2. Grau de satisfação das Gestoras em relação ao desempenho dos alunos, na disciplina de Língua Portuguesa.

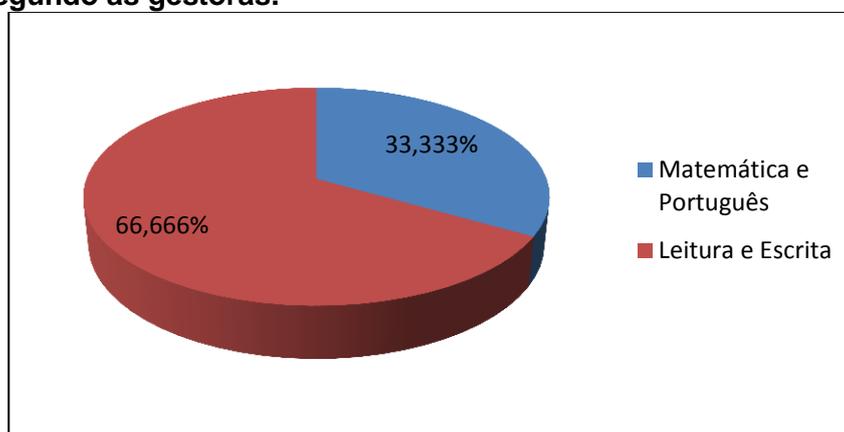


Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

A análise dos dados aqui apresentados nos inquieta, uma vez que a própria gestão considera “Regular” o desempenho dos alunos. Porém, o reconhecimento dessas fragilidades, pode também funcionar de forma positiva, pelo fato da equipe Gestora já ter conhecimento de que a situação carece de melhorias. Para Perrenoud, *a análise das práticas só pode causar efeitos reais de transformação se o profissional se envolver de fato com o processo.* (2002, p. 123). Considerando as palavras do referido autor, entendemos que as Gestoras já estão envolvidas nesse processo, o que favorecem tomadas de decisões futuras em relação ao contexto aqui apresentado.

Em seguida, considerando as respostas das Gestoras, apresentaremos os dados através de gráficos das disciplinas que elas consideram serem aquelas em que os alunos apresentam maiores dificuldades.

Gráfico 3. Disciplinas que os alunos apresentam maiores dificuldades, no Ensino Fundamental II, segundo as gestoras.



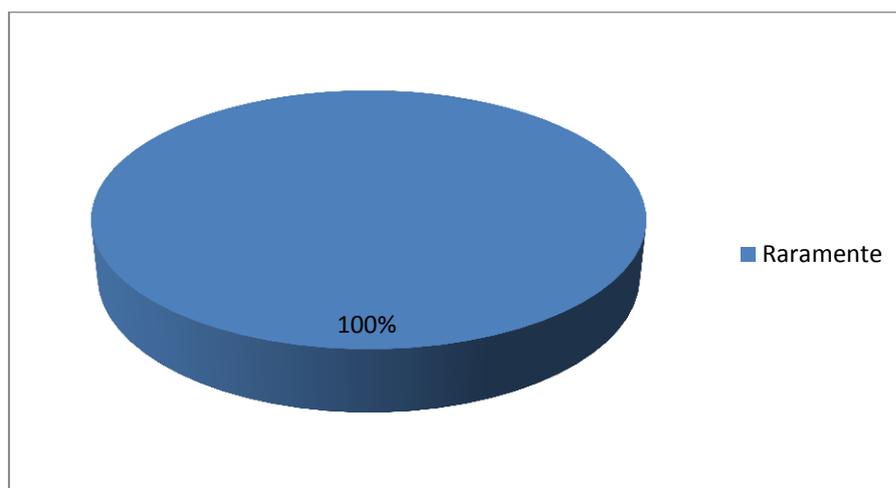
Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

O gráfico acima indica o ponto de vista das Gestoras em relação às disciplinas que os alunos sentem maiores dificuldades, no qual 33,333.% delas respondeu que seria Matemática e Português e 66,666.% declarou que seria a leitura e a escrita. Assim, esse percentual não especificou as disciplinas, porém entendemos que as dificuldades não seriam sentidas exatamente à disciplina de Língua Portuguesa, mas sim, à leitura e à escrita. Situação que nos inquieta, afinal, a maioria, 66,666...% do grupo gestor reconhece que há no Ensino Fundamental II essas fragilidades que deveriam ter sido superadas nas séries iniciais, nível de ensino, em que se espera que os alunos sejam alfabetizados, tornando-se leitores, e conseqüentemente, produtores de textos competentes. Portanto, compreendem que os alunos do Ensino Fundamental II, da escola universo da pesquisa, devem primeiro se tornar leitores ativos, como ressalta Rodriguez (2003): *O leitor ativo é aquele que processa, critica, contrasta e avalia a informação que tem diante de si, que a desfruta ou a rechaça, que dá sentido e significado ao que lê.* (apud TEBEROSKY, 2003, p. 21).

Sentimos a necessidade de apresentar, também através de gráficos, a opinião das gestoras em relação à frequência em que são realizadas as atividades de leitura e de escrita.

Gráfico 4. Atividades de leitura e de escrita realizadas pelos docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, segundo as Gestoras.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

No gráfico 4, 100% dos sujeitos (Gestoras) entrevistados declarou que “Raramente”, os docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa realizam atividades que envolvam as práticas de leitura e de escrita. Essa informação tem forte

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

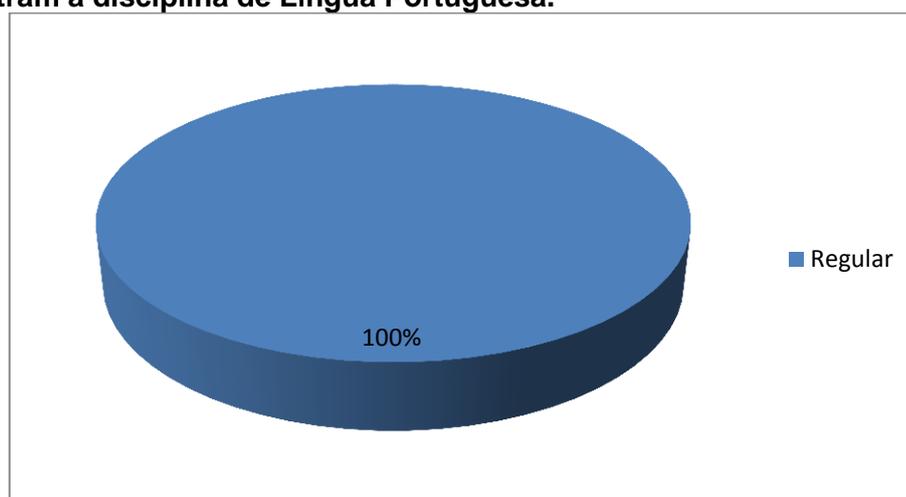
relação com o resultado apresentado no gráfico 3, no qual 66,666...% das Gestoras revelou que as maiores dificuldades dos alunos se referem à leitura e à escrita. Esses resultados nos possibilitam o entendimento de que os alunos apresentam fragilidades em relação à leitura e à escrita, e que a falta de atividades frequentes em relação a estas práticas é um dos entraves. Por isso é que Isabel Solé (2003) ressalta que,

A leitura na escola precisa ser urgentemente repensada, pelo menos, em uma tripla dimensão: como objetivo de conhecimento em si mesma; como um instrumento de conhecimento; e como um meio para o prazer, para o desfrute e para a distração. (*apud* TEBEROSKY, 2003, p. 30).

Analisando o trecho, nos vem uma indagação em relação à situação: a escola na qual atuamos trabalha a leitura nessas três dimensões? Considerando os resultados dos dados obtidos em nossa pesquisa, a prática de leitura deixa a desejar, nos levando a concluir que não são traçados os objetivos que se pretende alcançar quando se propõem atividades de leitura e de escrita.

Observemos em seguida o gráfico que demonstra o ponto de vista das gestoras em relação ao desempenho do professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa.

Gráfico 5. Grau de satisfação das gestoras em relação ao desempenho dos docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa.



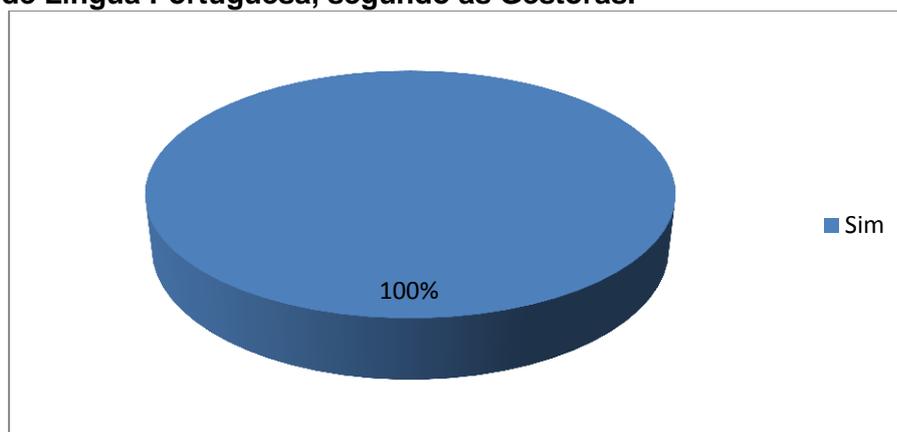
Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Observemos que esse grupo de sujeitos (gestoras) não está satisfeito, pois 100% deles declarou ser “Regular” o seu grau de satisfação em relação ao desempenho dos docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa. Essa insatisfação é conferida no

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

momento em que as gestoras ressaltam a necessidade de uma Formação Continuada para os docentes que trabalham a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, que está demonstrada no gráfico abaixo.

Gráfico 6. Necessidade de Formação Continuada para os docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, segundo as Gestoras.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

As Gestoras confirmaram, através destes dados, que os docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, carecem de uma Formação Continuada, e que esta seja voltada para as práticas de leitura e de escrita. Bastante pertinente o ponto de vista da equipe gestora, pois de acordo com Isabel Solé (2003), *A leitura e a escrita estão entre as ferramentas mais importantes que os seres humanos possuem* (apud TEBEROSKY, 2003 p. 32). Concordamos com a autora, pois a leitura e a escrita, dependendo de como se concebem as duas, pode influenciar de forma significativamente positiva em nossas vidas, podendo ser usada como instrumento de mudanças, de avanços, de progressos, de possibilidades de crescimento do ser humano.

3.2.2. Docentes

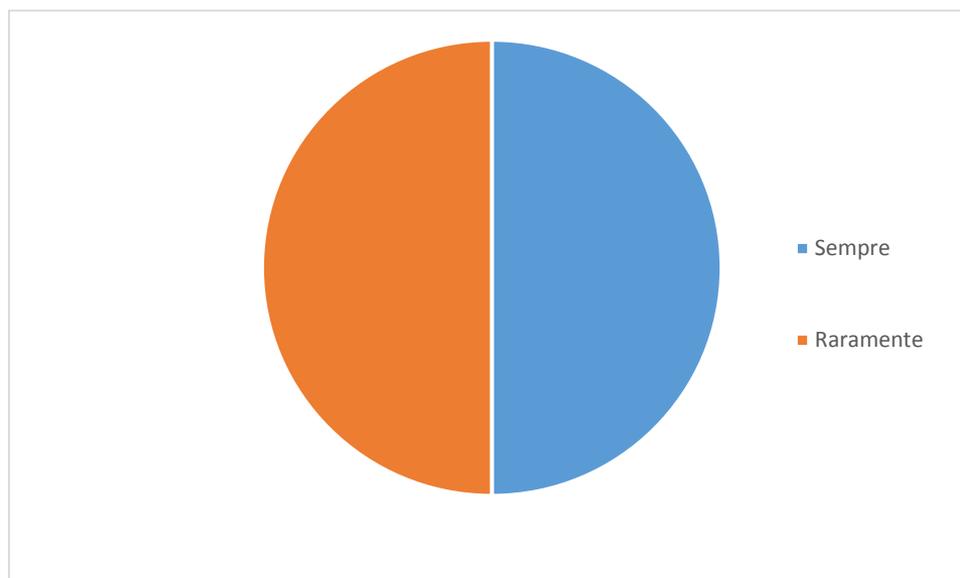
Em relação aos dados fornecidos pelos docentes através da entrevista, é importante destacar as seguintes informações: 100% afirmou que o Projeto Político Pedagógico não é utilizado; 75% disse que nas reuniões de pais e mestres falam de muitos assuntos, inclusive das dificuldades de aprendizagem, mas não é ressaltada a importância da leitura e da escrita como um dos facilitadores do processo de ensino e aprendizagem; 100% disse que nas reuniões com o coordenador pedagógico há muitas discussões sobre a prática docente, porém ele não sugere atividades para melhorias; apenas 50% respondeu

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

que faz leitura com a para as crianças frequentemente; 100% confirmou que a leitura, a interpretação e a produção textual são essenciais ao aprendizado das outras disciplinas; apenas 50% respondeu que sempre realiza atividades para exercitar os diferentes usos da língua oral e escrita; somente 25% disse “Sim”, que elabora atividades específicas para os alunos que apresentam dificuldades, os demais 25% disse “Às vezes” e 50% “Não”; 75% reconheceu que tem dificuldades ao elaborar as atividades de rotina, principalmente no que se refere às estratégias para conduzir a produção textual; 100% revelou que a sua formação acadêmica não possibilitou desenvolver as habilidades e competências necessárias ao exercício do magistério; apenas 25% considerou “Ótimo”, 50% “Bom” e 25% “Regular” para o grau de satisfação em relação ao seu desempenho com docente da disciplina de Língua Portuguesa; Já em relação ao desempenho dos seus alunos, 50% considerou “Bom” e 50% “Regular”. E no que se refere à formação continuada, 100% dos professores entrevistados disse ser necessária.

Todos os dados desta pesquisa contribuem para alcançarmos o objetivo proposto, porém, existem aqueles que contribuem diretamente. Estes estão apresentados abaixo por meio de gráficos.

Gráfico 7. Opinião dos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, em relação às atividades de leitura e de escrita realizadas por eles.



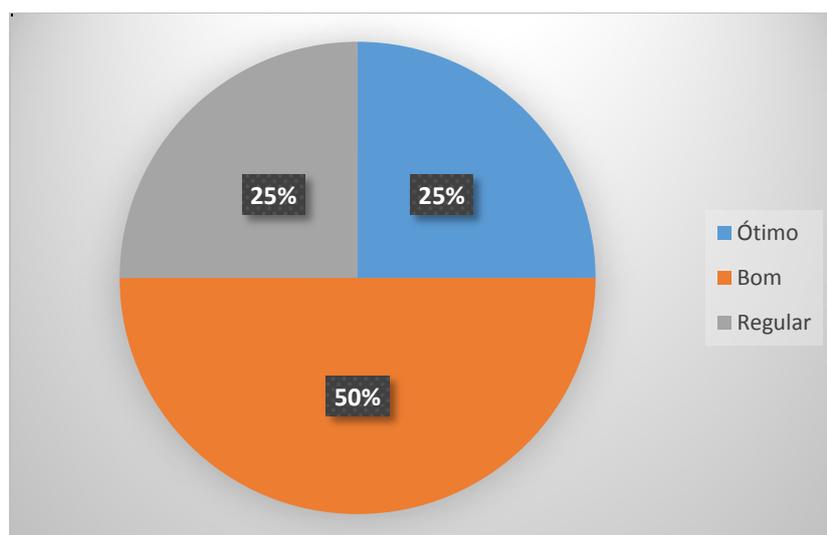
Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Neste gráfico, 50% dos professores reconhece que realizam atividades de leitura e de escrita “Sempre” e 50% disse “Raramente”. Observemos que só metade confirma a realização dessas atividades com frequência, e é porque estamos nos referindo ao

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa, que é uma de suas funções específicas. O seguinte gráfico apresenta em percentuais o grau de satisfação do professor em relação ao seu desempenho.

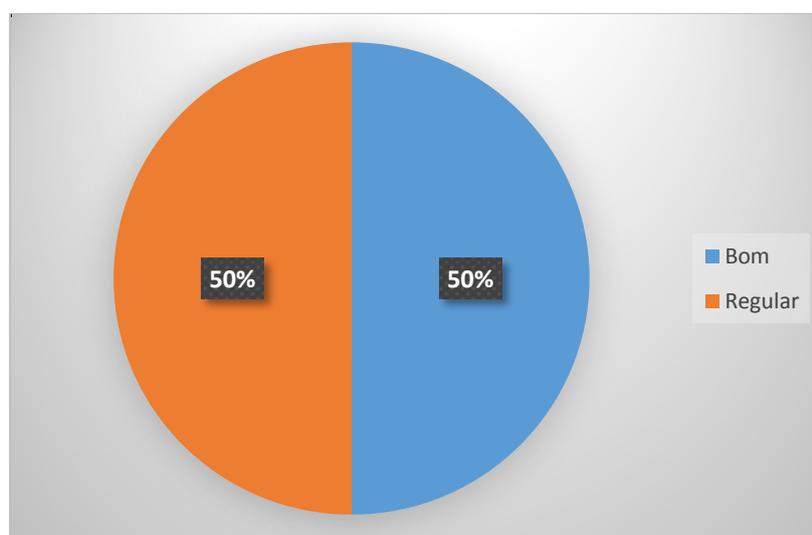
Gráfico 8. Grau de satisfação do professor em relação ao seu desempenho.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Observemos que o gráfico 8 informa que apenas 25% dos docentes considerou ter seu desempenho “Ótimo”, 50% respondeu “Bom” e 25% Regular. Muito difícil para um profissional reconhecer suas fraquezas com tanta franqueza, atitude considerada nobre.

Gráfico 9. Grau de satisfação do professor em relação ao desempenho dos alunos.

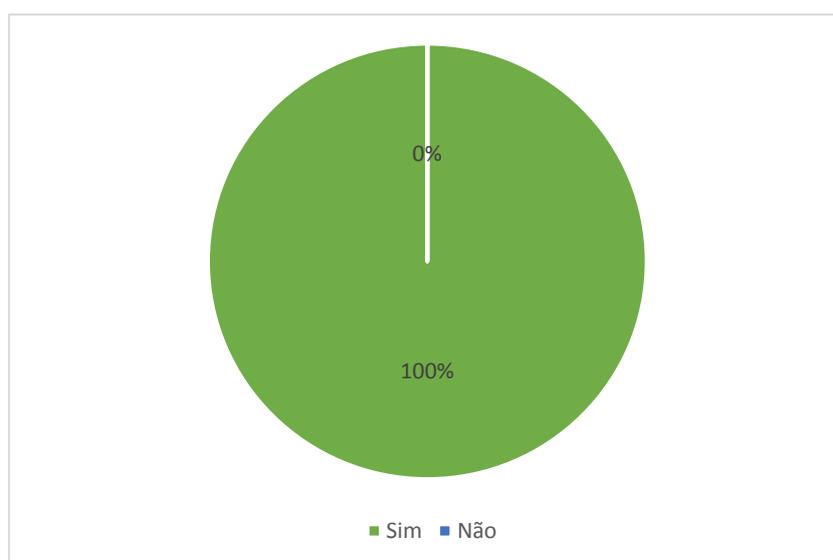


Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Vejamos que o gráfico 9 ressalta que nenhum dos sujeitos entrevistados (docentes) considerou que seus alunos têm desempenho “Ótimo”, 50% “Bom” e 50% “Regular”. Dando continuidade, analisaremos o gráfico 10, no qual o próprio professor reconhece a necessidade de uma Formação Continuada para eles.

Gráfico 10. Segundo os docentes, eles sentem necessidade de uma Formação Continuada.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016

O referido grupo finalizou referindo no resultado da última questão que, atualmente, não participa de nenhum programa de formação continuada, mas que gostariam muito de contar com este apoio.

Como vimos, os docentes reconheceram que há fragilidades sim, em sua prática. Entendemos que isso poderá influenciar no desempenho dos alunos. Afinal, como se ensina algo sobre o qual ainda não se tem domínio? Como diz Cagliari: *Há muita preocupação com relação às atitudes de educadores e educandos, mas discute-se pouco a apresentação do próprio conteúdo de ensino, muitas vezes feita de forma metafórica e indireta* (2009, p. 10). O referido autor faz críticas ao sistema, porém sugere o seguinte: *Uma das formas é as escolas preparatórias para o magistério e os órgãos responsáveis pela educação investirem na formação dos atuais e dos futuros professores.* (CAGLIARI, 2009, p. 11). Além de ressaltar que a culpa é do sistema, Cagliari acrescenta:

Ao mesmo tempo é preciso que os professores que atuam nas escolas procurem aprofundar seus conhecimentos teóricos, desenvolvam o hábito de refletir sobre seu trabalho, deixem de ser menos aplicadores de pacotes educacionais e sejam de fato educadores, agentes transformadores e facilitadores da aquisição de conhecimento por parte do educando. (2009, p. 11).

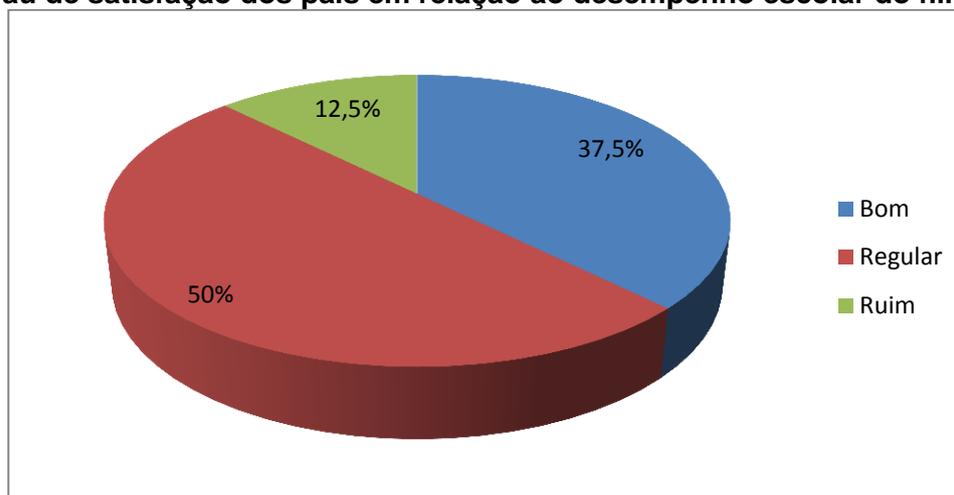
O autor é justo em suas afirmações, pois ao mesmo tempo em que coloca a responsabilidade no sistema, também ressalta que o professor deve fazer a sua parte. Afinal, não se resolvem os problemas que afligem o sistema educacional de forma fragmentada, pelo contrário, precisamos e devemos agir coletivamente.

3.2.3. Pais

Como já vimos, um terceiro grupo de sujeitos, os responsáveis pelos alunos, também deu a sua contribuição, que certamente acrescentará mais informações ao nosso estudo. Os dados coletados foram assim sintetizados: 62,5% vive apenas com uma renda familiar; 62,5% recebem o benefício do Programa do Governo Federal, o Bolsa Família; apenas 37,5% escolheu o conceito “Bom”, 50% “Regular” e 12,5% “Ruim” para caracterizar a estrutura física da escola; 12,5% “Bom” e 87,5% “Regular” para o desempenho da equipe gestora; 100% disse que só o trabalho do professor sem a colaboração da família “Não” é suficiente para o progresso escolar do filho; 37,5% “Bom”, 50% “Regular” e 12,5% “Ruim” esses foram os conceitos para caracterizar o desempenho escolar do filho; 37,5% Matemática e Português, 37,5% Leitura e Escrita, 12,5% Matemática e Escrita e 12,5% Leitura e Escrita, Física e Química são as disciplinas que os alunos sentem maiores dificuldades; 25% “Bom” e 75% “Regular” considera o desempenho do docente da disciplina de Língua Portuguesa e 100% disse que “Sim”, que o professor deve estudar mais para melhorar a sua prática, e conseqüentemente, o rendimento escolar do aluno.

Agora apresentaremos os dados mais significativos através de gráficos, iniciando com gráfico dos dados que representam o grau de satisfação dos pais em relação ao desempenho escolar do filho.

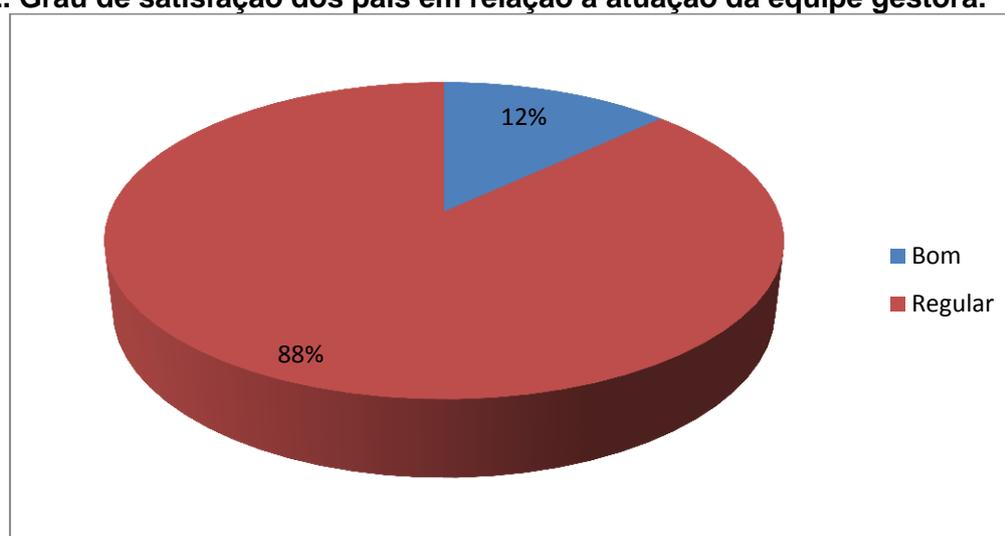
Gráfico 11. Grau de satisfação dos pais em relação ao desempenho escolar do filho.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Analisando o gráfico, visualizamos que os pais consideram o seguinte: 37,5% “Bom”, 50% “Regular” e 12,5% “Ruim”, o grau de satisfação em relação ao desempenho escolar do seu filho. Conforme vimos durante a realização de nossa pesquisa, que os pais dos alunos pesquisados são pessoas simples, que certamente não têm o mesmo esclarecimento de um professor, no que se refere à prática docente, mas demonstraram em suas respostas, que desejam melhorias na educação ofertada ao seu filho. Já em relação à atuação da equipe gestora, os pais apresentaram os seguintes resultados, indicados no gráfico abaixo.

Gráfico 12. Grau de satisfação dos pais em relação à atuação da equipe gestora.



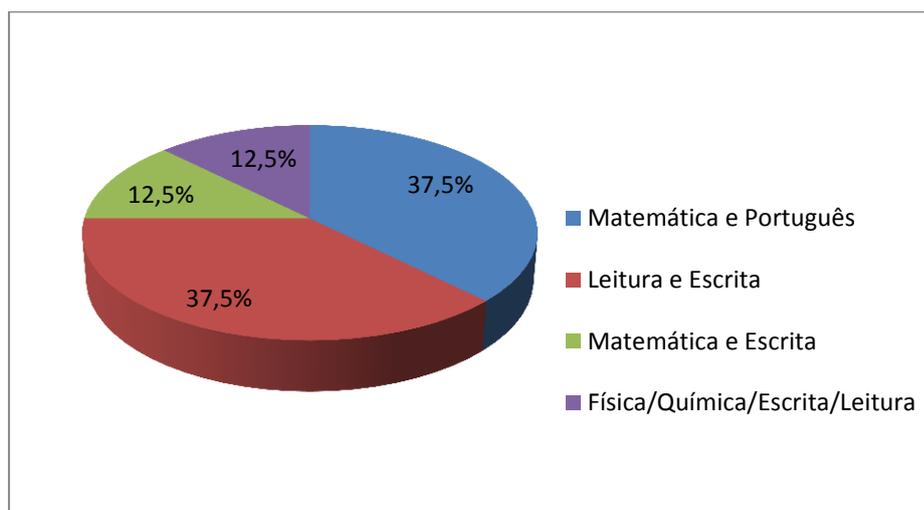
Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Os dados indicam que a maioria dos pais não estão satisfeitos com o trabalho que a equipe gestora está desenvolvendo na escola que seu filho estuda, pois apenas 12% o considerou “Bom” e 88% “Regular”.

Prosseguimos demonstrando no gráfico 13 o ponto de vista dos pais em relação às disciplinas.

Gráfico 13. Disciplinas que os alunos sentem maiores dificuldades, segundo os pais.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

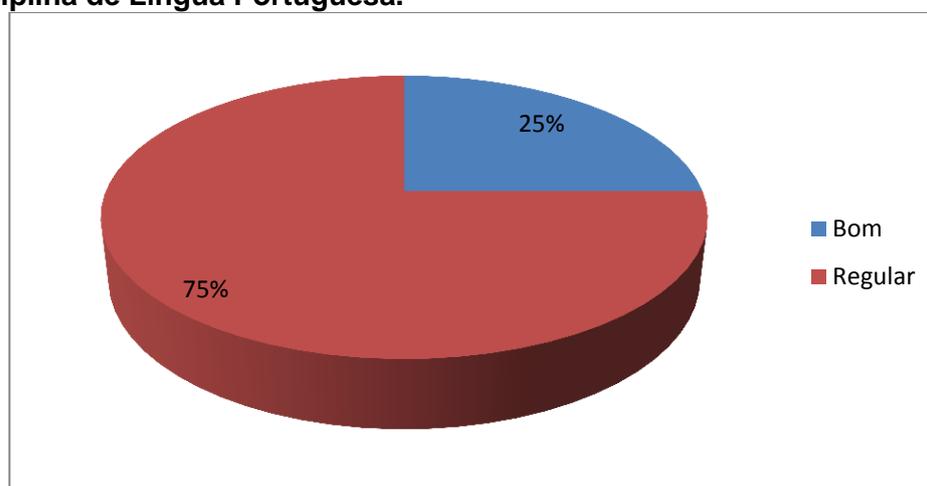
Já mencionamos anteriormente, porém enfatizamos que temos conhecimento de que os pais aqui entrevistados, um dos grupos de sujeitos participantes de nossa pesquisa, têm baixo grau de escolaridade, portanto, não entendem da composição da grade curricular do Ensino Fundamental, mas como têm convivência com os filhos, com quem certamente, falam com frequência em relação às suas dificuldades, por isso foram capazes de responder às questões referentes ao assunto. Apresentando o seguinte resultado, os responsáveis pelos alunos assim se manifestaram: 37,5% Matemática e Português; 37,5% Escrita e Leitura; 12,5% Matemática e Escrita e 12,5% Leitura, Escrita, Física e Química. Vale ressaltar que o enunciado da questão perguntou quais as disciplinas em que o seu filho sente maiores dificuldades, porém enfatizaram mais a leitura e a escrita. Esses dados nos direcionam para o entendimento de que uma parcela dos pais entrevistados têm a concepção de que as maiores dificuldades estão voltadas para a escrita e a leitura. Isso demonstra a necessidade de se praticar com mais frequência essas atividades. Para tanto, o professor precisa se apropriar e fazer uso de estratégias que conduzam o aluno a desenvolver habilidades que o tornem num leitor e escritor competente. Como dizem Serra e Oller:

O uso autônomo e eficaz das estratégias de leitura permitirá aos alunos:

- Extrair o significado do texto, de maneira global, ou dos diferentes itens incluídos nele.
- Saber reconduzir sua leitura, avançando ou retrocedendo no texto, para se adequar ao ritmo e às capacidades necessárias para ler de forma correta.
- Conectar os novos conceitos com os conhecimentos prévios que lhe permitirão incorporá-los a seu conhecimento (*apud* TEBEROSKY, 2003, p. 36 e 37).

O ponto de vista dos pais em relação à questão anterior confere com a seguinte, quando nenhum dos responsáveis por alunos considerou “Ótimo” o desempenho dos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II. No gráfico 14, apenas 25% considerou “Bom” e 75% “Regular”. Observemos essas informações no gráfico abaixo.

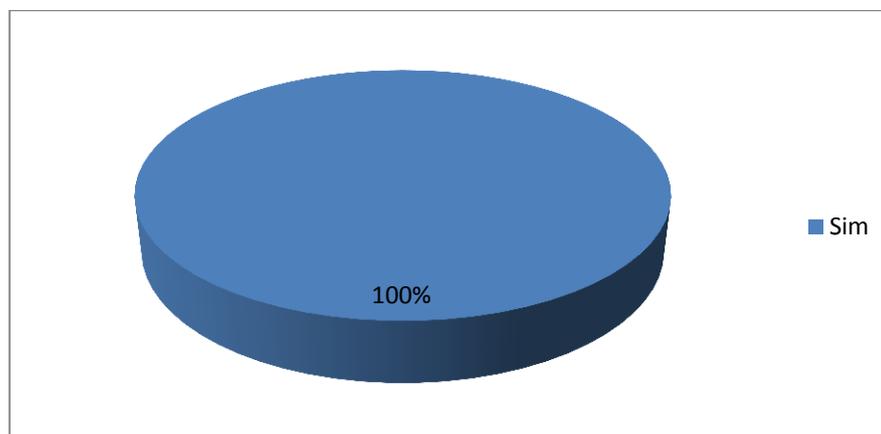
Gráfico 14. Grau de satisfação dos pais em relação ao desempenho do professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, os pais, apesar do baixo nível de escolaridade demonstraram ter conhecimento das dificuldades de aprendizagem dos seus filhos, embora não sabendo detalhar. Isso sugere que, de certa forma, eles estão atentos à vida escolar dos filhos, porque 25% considerou “Bom” e 75% disse ser “Regular” o desempenho do professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa.

Gráfico 15. Necessidade de uma Formação Continuada para os docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, segundo os pais.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Mais um vez, ressaltamos que os responsáveis pelos alunos, apesar de suas limitações intelectuais em relação ao assunto, conseguiram responder às questões propostas devido à convivência próxima com os filhos.

Os dados do gráfico 15 apresentam o resultado das respostas referentes a esta questão, no qual 100% dos sujeitos respondeu que os professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa carecem de estudar mais para melhorar a sua prática. Analisando os dados pessoais dos pais, vimos que eles não têm formação escolar, porém demonstraram em suas respostas que o professor precisa de estudos contínuos para melhorar sua forma de ensinar.

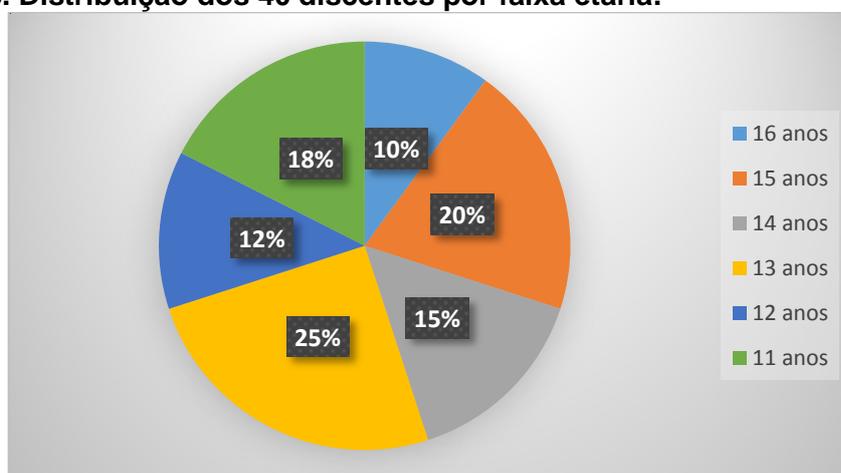
3.2.4. Discentes

Anteriormente já apresentamos os dados coletados em nossa pesquisa por turma. Agora faremos uma síntese desses dados referentes aos 40 sujeitos (alunos) participantes da pesquisa. Apresentando-os assim: 62,5% disse que está satisfeito com o progresso escolar do seu filho; 57,5% respondeu que há biblioteca ou sala de leitura em sua escola; 77,5% disse que gosta de ler; apenas 20% respondeu que compreende tudo que lê; 60% disse que “Sempre” o professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa realiza atividades que envolvam as práticas de leitura e de escrita; para os professores das demais disciplinas, apenas 27,5% disse que “Sempre” eles realizam essas atividades; 47,5% considerou que “Sim”, que os alunos que têm dificuldades para ler e escrever podem se desenvolver de forma satisfatória noutras disciplinas; 67,5% disse ter dificuldades ao realizar

as atividades de leitura, interpretação e produção textual; 82,5% referiu gêneros textuais que circulam socialmente e 72,5% fizeram suas solicitações ao seu professor de Língua Portuguesa para facilitar seu aprendizado e conseqüentemente seu progresso escolar.

Dando continuidade, faremos as observações críticas aos dados mais significativos, apresentando-os através de gráficos. Primeiro considerando as características pessoais e escolares que estão contempladas nos gráficos 16, 17, 18 e 19. Para esse cálculo recorreremos a informações da tabela 9, referente aos dados gerais dos alunos estudados.

GRÁFICO 16. Distribuição dos 40 discentes por faixa etária.

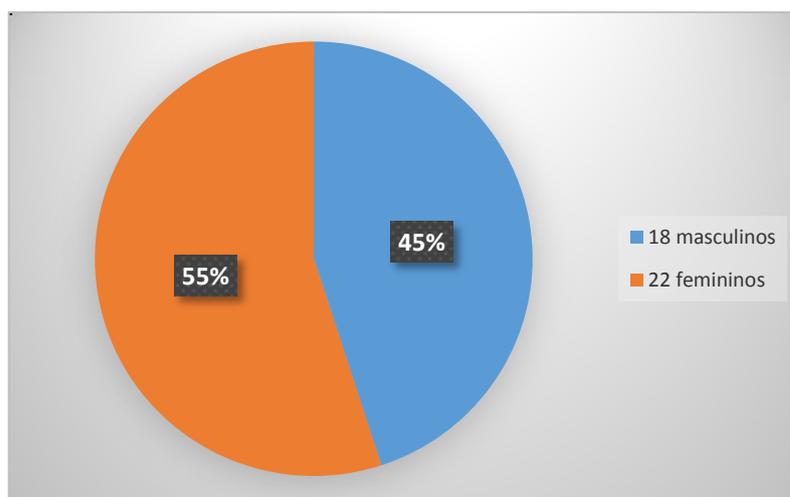


Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

O gráfico 16 acima demonstra a faixa etária dos 40 discentes investigados: 18% - 11 anos, 12% - 12 anos, 25% - 13 - anos, 15% - 14 anos, 20% - 15 anos e 10% - 16 anos. Assim, a idade dos 40 discentes varia de 11 a 16 anos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - Lei, nº 9.394/96, a idade prevista para a conclusão do Ensino Fundamental é de 14 anos, porém, o ensino deve ser ofertado a todos que não o cursaram na idade devida. Sendo assim, dos 40 alunos investigados, 30% deles já estão fora da faixa etária, indicando distorção idade/série, pois conforme o referido gráfico, 20%, que corresponde a 8 alunos que têm 15 anos e 10%, que equivale a 4 alunos que têm 16 anos de idade.

GRÁFICO 17. Distribuição dos 40 discentes por sexo.

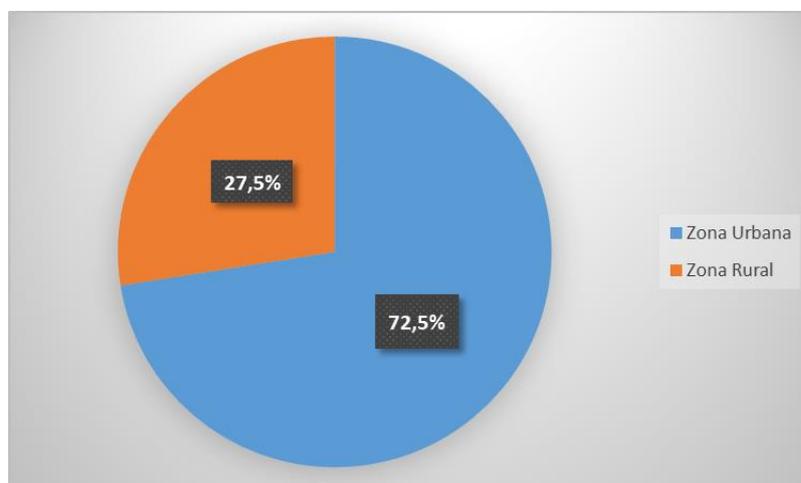
Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

No gráfico 17, verificamos que dos 40 discentes investigados, 45% (18 alunos) são do sexo masculino e 55% são sexo feminino (22 alunos), assim houve predominância do sexo feminino no grupo dos discentes. Para confirmar essas informações, basta consultar a tabela 9.

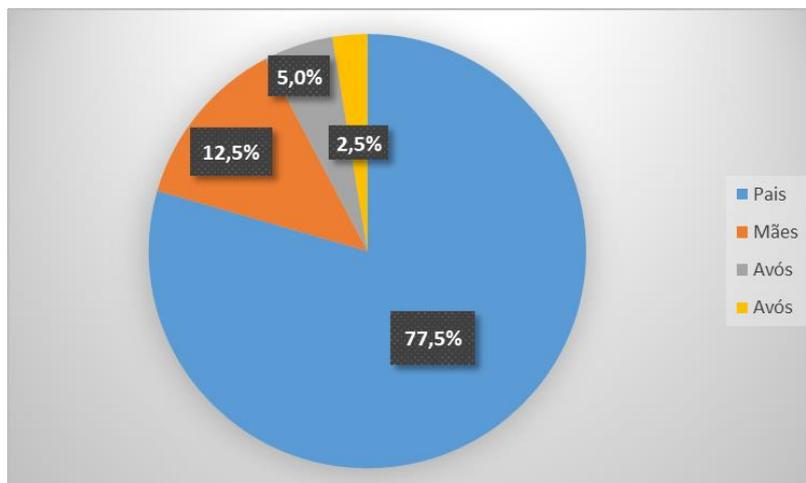
GRÁFICO 18. Distribuição dos 40 discentes por localização da residência.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

A localização por residência foi contemplada no gráfico 18, demonstrando que 72,5% dos alunos participantes da pesquisa residem na zona urbana. Os demais, 27,5%, residem na zona rural e utilizam para o seu deslocamento um transporte escolar custeado pelo PNATE, *Programa Nacional de Transporte Escolar*.

GRÁFICO 19. Distribuição dos 40 discentes pela a(s) pessoa(s) responsável por ele.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Já o gráfico 19 nos mostra com quem residem, ou melhor, quem são os responsáveis diretos por estes alunos. Assim apresentados: 77,5% pais, 12,5% mães, 5% avós, 2,5% avó e 2,5% pai.

Os gráficos 16, 17, 18 e 19 resumem as características dos 40 discentes pesquisados. Essas e outras características podem influenciar de forma negativa ou positiva no processo de ensino e aprendizagem. Afinal, são muitos os fatores internos e externos que influenciam na vida escolar do aluno, por isso, o professor precisa aproximar-se do seu aluno para conquistar a sua confiança, e assim ter a oportunidade de obter informações mais precisas em relação à sua realidade. Através desta conquista, o docente terá a oportunidade de ter um conhecimento mais amplo da vida escolar e pessoal também do seu aluno. Isso facilita o seu trabalho. Como diz Libâneo,

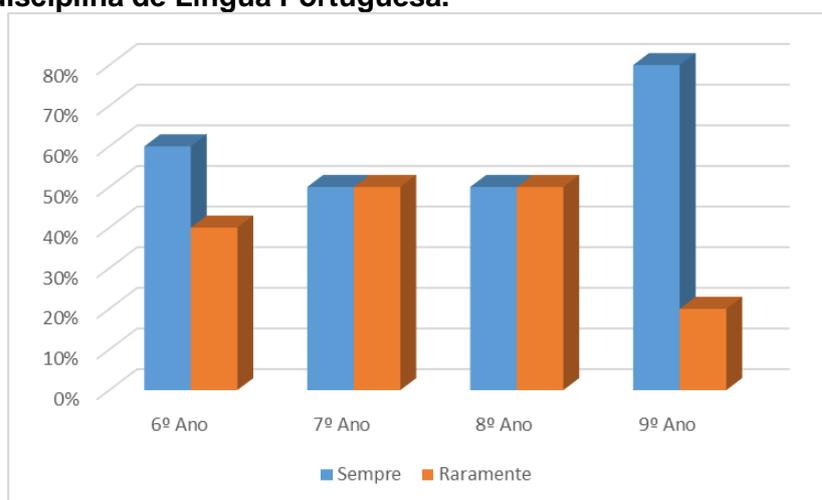
O processo de ensino é uma atividade conjunta de professores e alunos, organizado sob a direção do professor, com a finalidade de prover as condições e meios pelos quais os alunos assimilam ativamente conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções (1992, p. 29).

Conforme o ponto de vista do autor, professor e aluno devem formar parcerias, porém o professor deve ser aquele que guia, que direciona, que planeja, e que cria o ambiente e as condições favoráveis à realização de uma aprendizagem satisfatória. Quanto mais estudamos o assunto, mais responsabilidades descobrimos serem atribuídas ao professor.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Os gráficos abaixo: 20, 21, 22, 23, 24 e 25 também apresentam os dados obtidos através do questionário aplicado aos alunos. São dados bastante significativos que podem contribuir para alcançarmos o objetivo de nossa pesquisa, que é identificar as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, da escola Orquídea, universo da pesquisa.

GRÁFICO 20. Conceitos dos 40 discentes, por turma, em relação às atividades que envolvem as práticas de leitura e de escrita realizadas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016

Observemos que o gráfico 20 indica que apenas 60% (6º ano), 50% (7º ano), 50% (8º ano), e 80% (9º ano) diz que “Sempre” os professores de Língua Portuguesa realizam atividades que envolvem as práticas de leitura e de escrita. É um percentual baixo, considerando que a leitura e a escrita, conforme já ressaltamos, são a base para o aprendizado de todas as outras disciplinas.

Conceito que nos entristece e nos preocupa. Afinal, se não houver orientações e treino em relação ao objeto de aprendizagem, não haverá aprendizagem. Como diz Russo:

Aprendizagem é um processo de apropriação do conhecimento que só é possível com o pensar e o agir do sujeito sobre o objeto que ele quer conhecer. Portanto, o conhecimento da leitura e da escrita pela criança dá-se a partir do contato entre ela e os objetos escritos. (2012, p. 31).

A autora sugere aos docentes que planejem o seu trabalho e realizem frequentemente as atividades em relação aos assuntos que desejam que seus alunos

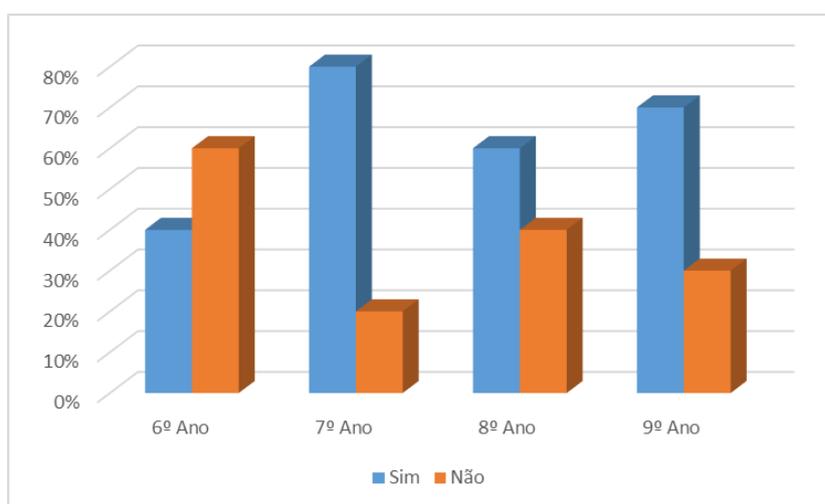
Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

aprendam. Nas palavras de Esteban: *Tal situação mostra ser indispensável uma reflexão sobre a qualidade do processo pedagógico desenvolvido e do debate referente à dinâmica aprendizagem/ensino que atravessa o cotidiano escolar* (2008, p. 73).

Como se observa, a reflexão e os debates sobre as formas de ensinar e de aprender fazem parte do cotidiano escolar, certamente em prol de melhorias. Assim, entendemos que não são apenas os alunos investigados que passam por dificuldades, isto nos dá força e nos motiva a buscar meios, não para solucionar o problema, pois talvez não seja possível de imediato, mas pelo menos reduzir as fragilidades que o resultado do questionário aponta em relação à leitura e à escrita dos discentes participantes da pesquisa. Mencionamos reduzir e não solucionar porque entendemos que a alfabetização é um processo longo e complexo. De acordo com Cagliari: *Há tantas coisas a respeito de leitura e de escrita, e de dificuldades tão variadas, que se torna conveniente o seu ensino ao longo de todos os anos de estudo* (2009, p. 29).

Entendemos que há, ainda, muito o que se aprender em relação ao processo da leitura e da escrita, mas esta aprendizagem, requer estudo, reflexão, um repensar em relação aos métodos e estratégias utilizados no cotidiano escolar em nossas ações pedagógicas.

GRÁFICO 21. Dificuldades dos 40 discentes ao realizarem as atividades de leitura, interpretação e produção de textos.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Os índices demonstram que ainda é muito alto o percentual de alunos do Ensino Fundamental II que sente dificuldades ao realizar as atividades de leitura, interpretação e produção textual, tendo como resultado os seguintes dados: 60% (6º ano), 80% (7ª ano) e

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

60% (8ºano) e 70% (9º ano). Para aferirmos esta informação, fizemos as transcrições apenas das justificativas dos sujeitos que marcaram a opção “Sim”, tomando como exemplo apenas 2 turmas investigadas, uma de menor e outra de maior nível, ou seja, 6º e 9º anos, pois as justificativas foram transcritas na íntegra na apresentação dos dados.

6º ano:

A5. *porque eu não gosto de ler;*

A6. *é muito complicado;*

A7. *por que eu grosei ler iscreve e faz redasão;*

A8. *um pouco na hora de elaborar um texto para mim e um pouco dificio;*

9º ano:

A1. *porque tenho preguisa;*

A2. *as vezes ei tiro nota baixa meus e passo de ano;;*

A6. *As vezes pois fico muito nervosa;*

A7. *Por que não entendo;*

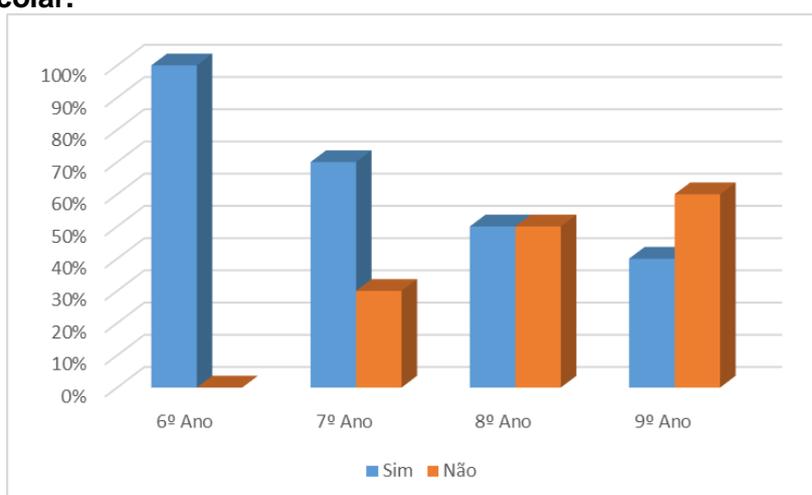
A8. *muitas vezes eu não consigo interpretar e produzir textos sinto dificuldades;*

A9. *Eu sou muito fraca nesta área;*

A10. *As vezes dependendo do tema.*

O conteúdo das justificativas indica que as fragilidades dos alunos em relação à leitura, à interpretação e à produção textual têm diferentes motivos, como por exemplo: falta de interesse, deficiência no processo de alfabetização, dentre outros. Já em relação ao seu progresso escolar, o gráfico abaixo, 22, apresenta os resultados.

GRÁFICO 22. Grau de satisfação dos 40 discentes, por turma, em relação ao seu progresso escolar.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Quando interrogados sobre seu progresso escolar, 100% disse “Sim” (6º ano); 70% sim e 30% não (7º ano); 50% sim e 50% não (8º ano); 40% sim e 60% não (9º ano).

É importante lembrar que é difícil para os adultos reconhecerem suas fragilidades, para crianças e adolescentes entendemos ser mais difícil ainda, porém analisando os dados e as justificativas, entendemos que, apesar da idade, eles estão usando de franqueza. Esta transparência ajuda bastante no resultado final de nossa pesquisa de campo.

Agora é necessário que façamos a apresentação simultânea para leitura e a análise das solicitações dos alunos ao seu professor de Língua Portuguesa.

Solicitações de 08 alunos do 6º ano:

- A1. *letexto;*
- A2. *Almentar atenção;*
- A3. *Para que ele potou um trabalho em grupo que valecem ponto;*
- A4, *pede resposta da prova;*
- A5. *tabalu me gupos;*
- A7. *dotar trabalho en grupos;*
- A8. *ajudar explicação e esclarecimentos;*
- A9 e A10. *Que ele pegasse livro na biblioteca para nós lermos;*

Solicitações dos 07 alunos do 7º ano:

- A2. *es plicaro mais;*
- A3. *para me ensinar mais sobre produção de texto como Redação;*
- A6. *Par ensinar mais a gente a fazer mais a atividade;*
- A8. *se muito boa de mais;*
- A9. *Praticar com a gente redação, leitura e escrita;*
- A10. *Eu gostaria que eles compreendece mais agente quando perguntace porque tem professor que fica com raiva quando agente pergunta muitas vezes;*

Solicitações dos 04 alunos do 8º ano:

- A2. *Atividades práticas ou um incentivo como cada aluno escrever um livro por exemplo.*
- A4. *pra ela pratica mais a leitura e interpretação de texto;*
- A5. *tirar da sala aqueles que so atrapalham;*
- A7. *Ajudar por que eu sou ruim em língua portuguesa;*

Solicitações dos 10 alunos do 9º ano:

- A3. *para bota questões mais faceis na prova;*
- A4. *fazer mais leitura na sala de aulas;*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

A5. *Um pouco mais de moral;*

A6. *Eu queria pedir para ele explicar melhor as coisas que ele passa na aula;*

A7. *Me ensinar redação;*

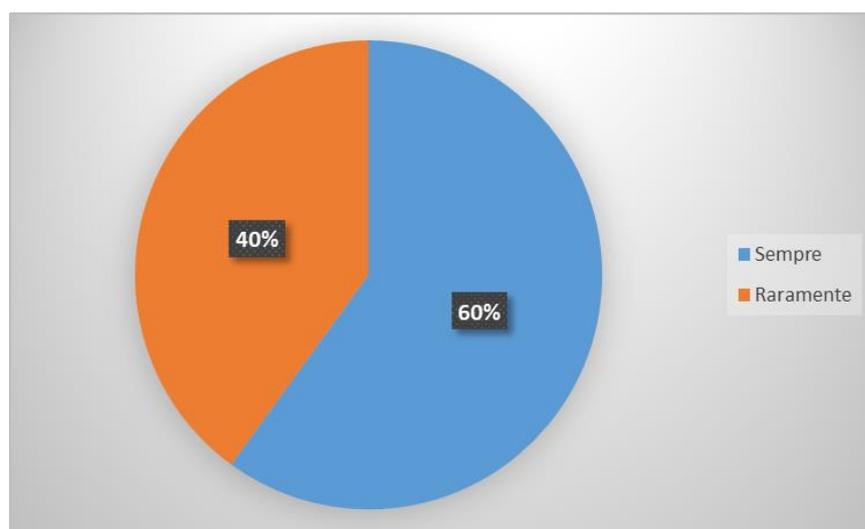
A8. *Esclarecer mais a forma de produção de texto, onde eu sinto mais dificuldade;*

A9. *Para cobrar mais essas atividades. Talvez o povo fizesse;*

A10. *Eu queria pedir pra ele ensinar mais na parte de produção de texto.*

Analisando o conteúdo das solicitações, é possível observar que seus autores, os discentes investigados, sentem a necessidade que seus professores desenvolvam mais atividades voltadas para a de escrita.

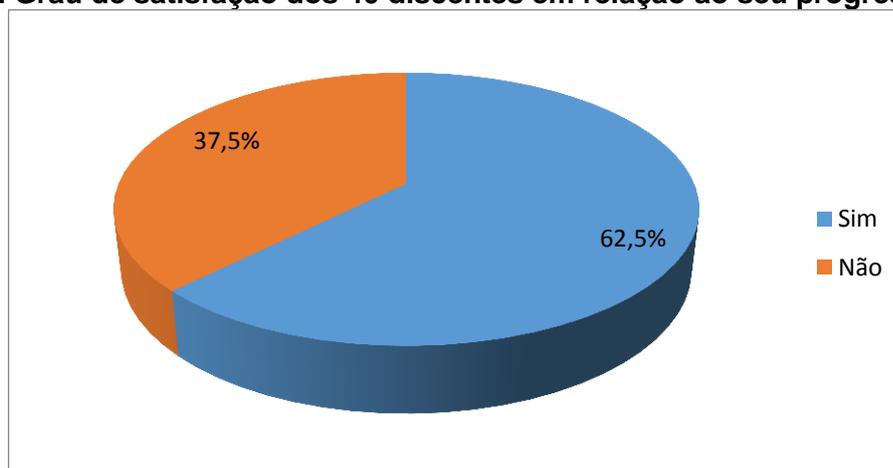
GRÁFICO 23. Conceitos dos 40 discentes em relação às atividades que envolvem as práticas de leitura e de escrita realizadas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Em relação às atividades de leitura e de escrita realizadas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, os dados do gráfico acima indicam que 60% dos alunos disse que acontece “Sempre” e 40% disse ser “Raramente” a realização dessas atividades. Os alunos através desses dados coletados em nossa pesquisa demonstraram a que a escola precisa fazer mais e melhor, principalmente em relação às atividades que envolvem as práticas de leitura e de escrita. Os dados do gráfico abaixo reforça essa insatisfação.

Gráfico 24. Grau de satisfação dos 40 discentes em relação ao seu progresso escolar.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

No que se refere ao grau de satisfação dos alunos em relação ao seu progresso escolar, o gráfico 24 demonstra que apenas 62,5% deles, disse “Sim” e 37,5% disse “Não”.

Relembrando, entendemos que os dados apresentados até aqui sugerem que um percentual dos alunos pesquisados têm motivos para não estarem satisfeitos com seu progresso escolar, principalmente, em relação as práticas de leitura e de escrita. Assim, esses dados apontam que a escola precisa tomar atitudes neste sentido. De acordo com Cagliari:

O fato de a escola em geral não saber fazer de seus alunos bons leitores traz consequências graves para o futuro destes, que terão dificuldades enormes em continuarem na escola, onde a leitura se faz necessária a todo instante, e serão fortes candidatos à evasão escolar. (2009, p. 6).

Algumas transcrições de solicitações dos alunos indicam a necessidade de o professor conduzir de forma mais objetiva e clara as atividades de leitura e produção textual. Selecionamos algumas passagens das 4 turmas para justificar essa afirmativa: Vejamos:

A3. (7º ano) *para me ensinar mais sobre produção de texto como Redação;*

A9. (7º ano) *Praticar com a gente redação, leitura e escrita;*

A4. (8º ano) *pra ela pratica mais a leitura e interpretação de texto;*

A7. (8º ano) *Ajuda por que eu sou ruim em língua portuguesa;*

A4. (9º ano) *fazer mais leituras na sala de aulas;*

A7. (9º ano) *me ensinar redação;*

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

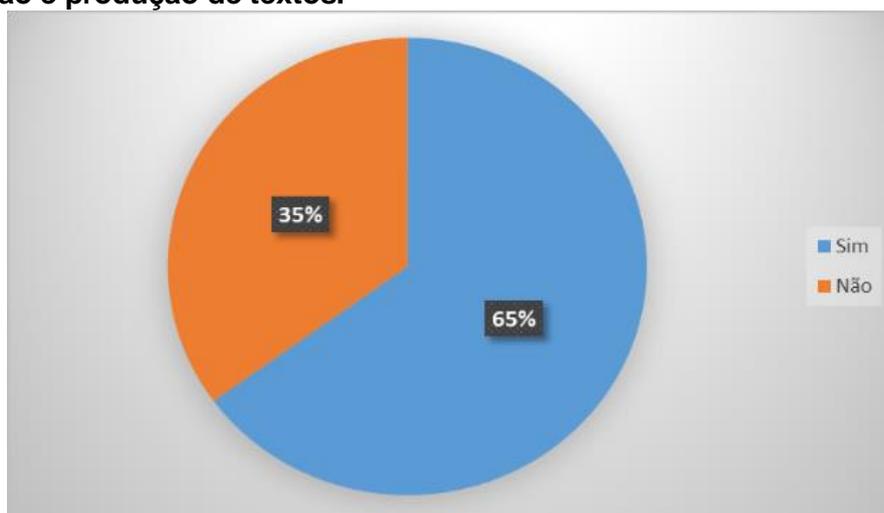
A8. (9º ano) *Esclarecer mais a forma de produção de texto, onde eu sinto mais dificuldade;*

A10. (9º ano) *eu queria pedir para ele ensinar mais na parte de produção de texto.*

Esses trechos indicam que os alunos precisam de orientações mais precisas em relação às atividades de escrita. Esta situação confere com o que diz Cagliari, *O aluno faz centenas de redações e não sabe o que está realmente fazendo, como deve elaborar um texto escrito ou dizer um texto oral em situações diferentes* (2009, p. 25).

Como vimos, os quatro grupos investigados demonstram certa insatisfação em relação às atividades de leitura e de escrita realizadas pelos professores de Língua Portuguesa, e ainda, pelos professores das demais disciplinas.

GRÁFICO 25. Dificuldades dos 40 alunos ao realizar as atividades de leitura, interpretação e produção de textos.



Fonte: pesquisa realizada em outubro de 2016.

Os dados do gráfico 25 demonstram que 65% disse “Sim”, que sente dificuldades ao realizar as atividades de leitura, interpretação e produção de textos. Os demais, 35% respondeu “Não”.

Como já apresentamos os dados referentes aos 4 grupos pesquisados, agora em relação ao desempenho dos alunos, podemos resumir da seguinte forma:

Gestoras-100% “Regular”;

Professores-50% “Bom” e 50% “Regular”;

Pais-37,5% “Bom”, 50% “Regular” e 12,5% “Ruim”;

Alunos-65% “Sim” e 35% “Não”

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Como vimos nos dados acima, os 4 grupos de sujeitos pesquisados percebem que os alunos precisam melhorar o seu rendimento escolar bem como, também se torna necessário aos docentes terem mais envolvimento em seu trabalho, procurando, sempre que lhes seja facultada a possibilidade, de frequentarem cursos que venham trazer-lhe mais e melhores conhecimentos, para estarem atualizados com o que a sociedade hoje requer e, com isso, poder transmitir para seus alunos conhecimentos mais atualizados. Quanto mais formação, melhor se pode compartilhar conhecimentos com os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos nos momentos finais do nosso trabalho de pesquisa. Tentaremos concluir o estudo empreendido com um olhar crítico, certamente nos apoiando em momentos teóricos.

Realizamos esta pesquisa porque ministramos a disciplina de Língua Portuguesa na escola, universo da pesquisa, e sentimos dificuldades para planejar e desenvolver atividades de leitura e de escrita de forma que os alunos desenvolvam essas habilidades tão significativas para o progresso escolar. Por este motivo, é que o nosso trabalho teve como objetivo identificar as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, no turno da tarde, na escola denominada de Orquídea, sediada no município de José de Freitas, Piauí, Brasil.

Na tentativa de alcançar o referido objetivo selecionamos 4 grupos que se tornaram sujeitos de nossa pesquisa, por estarem envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Eles foram pesquisados através de dois instrumentos: entrevista para coleta dos dados da gestoras, professores e pais, e o questionário direcionado aos alunos. Os referidos instrumentos foram elaborados com questões para identificação pessoal e profissional bem como, com perguntas envolvendo assuntos relacionados ao funcionamento da escola, e mais especificamente, à prática dos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa.

Os resultados obtidos através da aplicação desses dois instrumentos foram transcritos e apresentados através de respostas subjetivas, bem como por meio de tabelas e gráficos, este último foi montado através da Regra Matemática de Três Simples.

Vale destacar, neste momento, dados essenciais para identificarmos se alcançamos, ou não, o objetivo proposto. Vejamos que, em relação às atividades de leitura e de escrita, apenas 50% dos professores disse que realizam “Sempre”, já os alunos foram generosos com os professores, pois 60% deles escolheu esta opção; enquanto isso, 75% dos professores referiu ter dificuldades ao elaborar as atividades de rotina, principalmente em relação à produção textual, e 67,5% dos alunos reconheceu também sentir dificuldades ao realizar essas atividades. Assim, nesse aspecto, o percentual dos professores que demonstrou dificuldades é maior que o dos alunos. Prosseguindo, 25% dos professores considerou “Ótimo” o seu desempenho, porém nenhum professor reconheceu ser “Ótimo” o desempenho dos seus alunos, pois 50% disse ser “Bom” e 50% “Regular”. Enquanto isso, 62,5% dos alunos, disse estar satisfeito com seu progresso escolar. Nesse caso específico, os dados diferem entre si. Já em relação à formação continuada, os dados se reforçam, pois

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

100% dos docentes participantes da pesquisa disse estar disposto a participar de estudos contínuos de grupos para melhorarem sua prática educativa. Os demais grupos envolvidos na pesquisa, como as gestoras, os pais e os alunos reconheceram também que há, sim, necessidade de formação continuada para os professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa.

O reconhecimento dessas fragilidades por todos os grupos estudados nos entristece, inclusive pelos próprios professores, mas também nos conforta, porque esperamos que esse diagnóstico possibilite a busca de melhorias, inclusive isso já ficou bem claro, no momento em que os sujeitos participantes da pesquisa sugerem estudos contínuos para o professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa. Essa sugestão nos faz compreender que eles entendem que os professores sozinhos não conseguem aprimorar suas ações pedagógicas. Conforme Moita, *Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de relações* (2007, p. 115). O referida autora ressaltou ainda que,

O processo de formação pode assim considerar-se a dinâmica em que se vai construindo a identidade de uma pessoa. Processo em que cada pessoa, permanecendo ela própria e reconhecendo-se a mesma ao longo da sua história, se forma, se transforma, em interação. (MOITA, 2007, *apud* NÓVOA, 2007, p. 115).

Muito complexo o processo de melhoria da qualidade da educação. Além da qualificação profissional, a educação, para funcionar bem, precisa estar articulada com as outras áreas da vida humana, que não são poucas. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica,

O conceito de qualidade da educação é uma construção histórica que assume diferentes significados em tempos e espaços diversos e tem a ver com os lugares de onde falam os sujeitos, os grupos sociais a que pertencem, os interesses e os valores envolvidos, os projetos de sociedade em jogo (BRASIL, 2013, p. 106).

Considerando o trecho acima das Diretrizes Curriculares, entendemos que é por isso que os brasileiros vêm promovendo discussões e debates, neste sentido, e mesmo

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

assim, os progressos são lentos, devido aos inúmeros fatores que o influenciam, especialmente os relacionados a uma mais ágil resposta por parte da Tutela.

Esperamos que gestoras, professores, pais e alunos, sujeitos envolvidos no processo educativo, jamais se considerem satisfeitos com o que ensinam e com o que aprendem.

Diante dos dados apresentados, podemos revelar que alcançamos o nosso objetivo, pois identificamos que há fragilidades na prática dos professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, principalmente no que se refere à leitura e à escrita, atividades que devem ser praticadas frequentemente, pois embasam o processo de ensino e de aprendizagem. Como explicita Solé,

A leitura e a escrita estão entre as ferramentas mais importantes que os seres humanos possuem. Possibilitaram mudanças qualitativas e revolucionárias em nossa história e em nosso pensamento, de maneira que fazem parte da herança cultural que determina nosso desenvolvimento pessoal e social (*apud* TEBEROSKY, 2003, p. 32).

Concordamos com o ponto de vista da autora ao destacar a importância da leitura e da escrita para a vida do ser humano. A referida autora, ainda sobre a leitura e a escrita, acrescenta,

...sem nenhum preconceito em relação as pessoas analfabetas, sabemos que, em uma sociedade letrada, aqueles que não dispõem das ferramentas necessárias encontram-se em uma situação de desvantagens em termos gerais (SOLÉ, 2003, *apud* TEBEROSKY, 2003, p. 32).

Concordamos com o ponto de vista da autora, pois faz parte do nosso cotidiano presenciarmos atitudes de discriminação às pessoas analfabetas.

Reconhecemos que a nossa pesquisa, tanto bibliográfica, como de campo, possibilitou a construção de muitos conhecimentos. Além disso, esperamos também que este trabalho desempenhe uma função social, pois temos a intenção de nos unirmos às gestoras da escola universo da pesquisa e ao grupo de professores participantes de nosso trabalho, para podermos solicitar, após aprovação deste estudo, junto à Secretaria Municipal de Educação, cursos que possam melhorar a nossa qualificação, considerando que esta necessidade foi demonstrada através dos sujeitos participantes do nosso trabalho.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Diante do exposto até aqui, entendemos as razões porque as pesquisas são essenciais na profissão docente. Pimenta confirma essas palavras da seguinte forma,

Daí a prioridade de se realizar pesquisas para se compreender o exercício da docência, os processos de construção da identidade docente, de sua profissionalidade, o desenvolvimento da profissionalização, as condições em que trabalham, de *status* e de liderança (2012, p. 43).

Diante de sua complexidade e responsabilidade, só podemos tentar compreender o exercício do magistério através de estudos profundos, um deles é a pesquisa.

É de suma importância que o docente reconheça que em todas as profissões há dificuldades. E que todos os profissionais devem buscar superar essas dificuldades. Por isso, conforme Werneck, *Estar em formação permanente é uma exigência do mercado, que deseja pessoas atualizadas. Os títulos conseguidos em universidades em pouco tempo estarão ultrapassados* (2014, p.116). Concordamos com as palavras do autor, realmente o mercado de trabalho atual cada dia se torna mais exigente na busca de mão de obra qualificada. No que se refere ao trabalho docente, essas exigências são bem maiores, afinal, o professor é o profissional responsável diretamente pela construção do conhecimento científico, portanto, a formação continuada deve fazer parte de sua vida.

Como estamos em fase final de um trabalho de pesquisa referente à educação, entendemos ser pertinente nos valer do conceito de educação conforme o ponto de vista de Pimenta,

A educação é um fenômeno complexo, porque histórico. Ou seja, é produto do trabalho de seres humanos e, como tal, responde aos desafios que diferentes contextos políticos e sociais lhe colocam. A educação retrata e reproduz a sociedade; mas também projeta a sociedade que se quer. Por isso, vincula-se profundamente ao processo civilizatório e humano. (2012, p. 44).

Como vimos, a autora denominou a educação de *fenômeno complexo*. E essa complexidade da educação se deve ao fato de ela envolver sistemas, instituições, contextos e atores cada um com suas diferenças. Devido a essa complexidade, os debates e as discussões em torno do assunto são frequentes. Ainda assim, continuamos ao longo dos

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

anos tentando descobrir meios para melhorar a qualidade da educação. Isto mostra que é um trabalho permanente, pois o que hoje satisfaz a um grupo, amanhã poderá não mais satisfazê-lo. Sendo assim, a busca é constante, podemos até considerar esta caminhada como uma que se inicia, mas dificilmente se chega ao fim.

A educação, além de complexa, tem muitas responsabilidades. Conforme Libâneo:

No contexto da sociedade contemporânea, a educação pública tem tríplice responsabilidade: ser agente de mudanças, capaz de gerar conhecimentos e desenvolver a ciência e a tecnologia; trabalhar a tradição e os valores nacionais ante a pressão mundial de descaracterização da soberania das nações periféricas; preparar cidadãos capazes de entender o mundo, seu país, sua realidade e de transformá-lo positivamente (2003, p. 118).

É essa educação que gostaríamos de ofertar aos nossos alunos, uma educação capaz de mudar as suas vidas de forma positiva. Para tanto, o professor jamais poderá se contentar com o conhecimento que construiu até agora, deve continuar a querer construir, ampliar seus conhecimentos. Os resultados de nossa pesquisa demonstraram que o professor tem necessidade de estudos constantemente para estar sempre melhorando a sua prática. Como diz Nóvoa, *O desenvolvimento de uma carreira é, assim, um processo e não uma série de acontecimentos* (2007, p. 38). E em sendo assim, o professor precisa sempre estar se questionando em relação à sua prática para poder descobrir suas necessidades, e assim viabilizar melhorias para o resultado final do seu trabalho docente.

São essas indagações permanentes em relação às nossas ações que podem nos tornar profissionais reflexivos. De acordo com Perrenoud,

Uma prática reflexiva não é apenas uma competência a serviço dos interesses do professor, é uma expressão da consciência profissional. Os professores que só refletem por necessidade e que abandonam o processo de questionamento quando se sentem seguros não são profissionais reflexivos (2002, p. 50).

Assim entendemos que a reflexão à qual o autor se refere é inerente à vida profissional, portanto, só podem ser considerados profissionais reflexivos, aqueles que não deixam jamais de fazer questionamentos em relação às suas ações, sejam elas exitosas ou

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

não. Em apoio a esta nossa afirmação, permitimo-nos recorrer aos pensamentos de Azevedo, *et al.* quando nos afirmam que,

Promover uma formação (**prática, ação**) docente, (...) é ter coragem de romper com práticas assumidas como verdade, mas, acima de tudo, romper consigo mesmo para contribuir na instauração de uma nova compreensão dessa formação, por meio de um processo crítico. Esse processo, conforme aponta Ghedin (2010), não ocorre de modo distenso, mas, ao contrário, resulta de arrojo e transgressões e, à medida que rompe com modelos vistos como verdade absoluta, pode impulsionar mudanças, provocando um processo formativo em que o professor assuma-se como sujeito de sua história, em direção a um agir responsável e autônomo perante si mesmo e o mundo. Essa perspectiva nos conduz a uma formação de professores que precisa considerar o compromisso histórico com a educação e com a profissão docente (2012, p.1020-1021). (Grifo nosso. Os termos não constam do texto original).

Pertinente as colocações acima, afinal nós só seremos capazes de mudar se reconhecemos que necessitamos de mudanças.

Considerando as informações e os dados coletados, entendemos que eles se completam, se reforçam, porém, em alguns casos diferem entre si. Este aspecto é compreensível, considerando a escolarização e a faixa etária (11 a 16 anos) do grupo dos alunos bem como o grau de escolarização dos pais e ou pessoas por si responsáveis. Estes dois grupos são diferentes do grupo das gestoras e dos professores, portadores de cursos superiores.

Sintetizando o nosso ponto de vista em relação ao trabalho de pesquisa, que ora concluímos, podemos enfatizar que o objetivo traçado foi alcançado, pois descobrimos que os professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, têm dificuldades para planejarem e conduzirem as atividades de leitura e de escrita, porém não estamos totalmente satisfeitas, porque ainda temos uma outra ação: conseguir junto à Secretaria Municipal de Educação, de José de Freitas, na qual somos lotados, uma formação continuada que atenda essas necessidades dos professores para que estes possam também atender a contento as necessidades dos seus alunos.

Finalizamos, salientando que foi de grande valia ter realizado este estudo porque adquirimos e ou construímos muitos conhecimentos que certamente ajudarão a enriquecer o nosso trabalho de sala de aula. Sugerimos ainda, que aqueles que desejam estudar de forma mais profunda este assunto, possam realizar uma pesquisa com o objetivo de descobrir procedimentos, estratégias, situações didáticas, enfim, diferentes atividades que possibilitem desenvolver nos alunos as habilidades em leitura e em escrita. Cabe-nos

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

terminar em uma nota, romântica, talvez, mas de tão certa que, na educação devemos ser “um por todos e todos por um”, que a Controladoria-Geral da União (CGU), juntamente com o Instituto Maurício de Sousa lançou em outubro de 2014, para, em vários âmbitos da sociedade brasileira, em que se acha a educação, capacitar docentes cada vez mais úteis à melhoria da prática educativa mas, também, a frase imortalizada por Alexandre Dumas, no seu *Os Três Mosqueteiros*¹⁰, em que a união em prol do povo, seu crescimento, possa acontecer efetivamente através da educação, porque é a educação um excelente percurso que liberta!

¹⁰ Romance histórico publicado, primeiramente, em folhetim no jornal **Le Siècle**, entre os meses de março e julho de 1844. Corria ainda este ano quando houve a reunião do folhetim em um só texto, tendo sido publicado em livro pela Baudry. Em 1846 recebeu nova edição, agora por J.B. Fellens e L.P. Dufour. A história do jovem D'Artagnan, que se queria alistar nas forças de elite da Guarda Real tem, de lá para cá, sido recontada em múltiplas versões, inclusive em filme, que teve pelo menos duas versões: uma de 1993, dirigida por Stephen Herek e, em 2011, por Paul W. S. Anderson.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de, e PLACCO, Vera Maria de Sousa. (Orgs.). (2008). **O coordenador pedagógico e os desafios da educação**. São Paulo: Loyola.
- ALVES, Nilda, *et al.* (2011). **Formações de Professores: pensar e fazer**. 11^a ed. São Paulo: Cortez.
- ANDREOTTI, Azilde Lina. (2006). "A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional-Desenvolvimentismo." *In: Revista HISTEDBR on-line*. N^o especial, agosto. Campinas. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art8_22e.pdf Acesso em: 05 de julho de 2016, às 16h:20m. (p.102-123).
- AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins; GHEDIN, Evandro; SILVA-FORSBERG, Maria Clara e GONZAGA, Amarildo Menezes. (2012). "Formação inicial de professores da educação básica no Brasil: trajetória e perspectivas." *In: Ver. Diálogo Educ.* Vol. 12, n^o 37. Set./dec. Curitiba. (p.997-1026).
- BENAVENTE, Ana e TAVARES, Manuel. (2010). "A Educação na luta contra a exclusão e pela democracia. Manuel Tavares conversa com Ana Benavente". *In: Rev. Lusófona de Educação*. N^o 16. Lisboa. Edições Universitárias Lusófonas. (p.133-148). (Informação complementar: para quem, queira ler este excelente documento, o mesmo pode ser acessado em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502010000200011).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1981). **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense.
- BRASIL. (2015). **Resolução de nº 2 de 1º de julho de 2015**. Brasília: Ministério da Educação.
- _____. (2014). **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação.
- _____. (2013). **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral.
- _____. (2009) **Plano Nacional de Formação de Professores**. Disponível em: mec.gov.br/componente/contente/article?id=15944. Acesso em: 05 de julho de 2016 às 15h:17m.
- _____. (2007). **Compromisso Todos Pela Educação**. Brasília: Ministério da Educação
- _____. (2000). **Proposta de Diretrizes Para Formação Inicial de Professores da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação.
- _____. (2000). **Parecer do Conselho Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação.
- _____. (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEE.
- _____. (1996). **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da
UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação.

_____. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05/10/1988. Brasília: Senado Federal/Diário Oficial da União.

_____. (1971). **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Ministério da Educação.

_____. (1961). **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Ministério da Educação.

_____. (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**, 25\03\1924. Brasília: Planalto do Governo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/compilado.htm>. Acessado em 04 de dezembro de 2016, às 10h:45m.

BRZEZINSKI, Iria. (1996). **Formação de Professores: Um Desafio**. Goiânia: UCG.

BRITO, Itamar de Sousa. (1996). **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI.

CABRAL, Ione Vilhena e PENA, Roberto Carlos Amanajas. (s/d.). **Retrospectiva Histórica da Educação no Brasil**. Disponível em: http://www.eumed.net/libros-gratis/ciencia/2012/2/panorama_teorias_educacionais.html
Acesso em: 04 de dezembro de 2016, às 08h:05m.

CAGLIARI, Luiz Carlos. (2009). **Alfabetização & Linguística**. São Paulo: Scipione.

CANDAU, Vera. (1987). **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: INEP-PUC RJ.

CARNEIRO, Moaci Alves. (2015). **Leitura crítico-compreensiva artigo por artigo**. 23ª ed. revisada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes

CHALITA, Gabriel. (2004). **Educação: a solução está no afeto**. 17ª ed. São Paulo: Gente.

CRATO, Nuno. (2011). **O 'eduquês' em discurso directo: uma crítica da pedagogia romântica e construtivista**. Lisboa: Gradiva.

D'ÁVILA, Cristina Maria, *et al.* (2012). **Didática e Docência na Educação Superior: implicações para formações de professores**. São Paulo: Papirus.

DARLYMPLE, Theodore. (2015). **Podres de mimados: as consequências do sentimentalismo tóxico**. São Paulo: É Realizações.

DAVIES, Nicholas. (2010). "A Educação Nas Constituições Federais e em Suas Emendas de 1824 a 2010". *In: Revista HISTEDBR on-line*. Nº 37, mar. Campinas. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37/doc01-37.pdf> Acesso em: 12 de maio de 2015, às 08h:00m. (p.266-288).

DINIZ, Júlio Emílio. (2006). **Formação de Professores: pesquisas, representações e poder**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.

DIREITOS HUMANOS, Biblioteca Virtual de. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1964**. Disponível em: www.dudh.org.br Acesso em: 10 de maio de 2014, às 20h:10m.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

EDUCAÇÃO UOL, (2014) **Baixa qualidade do ensino**. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticia/2014/02/10/baixa-qualidade-ensino-politica-de-retencao-expulsa-jovem-da-escola-analisam-especialista.h> Acesso em: 24 de fevereiro de 2016, às 21h:10m.

_____. **Programa Internacional de Avaliação de Alunos**. Disponível em: portal.mec.gov.br/component/content/article....id=42761. Acesso em: 13 de julho de 2016, às 15h:25m.

_____. (2014). **11º Relatório de Monitoramento de Educação para Todos**. Disponível em: educacao.uol.com.br/noticia/2014/01/29. Acesso em: 02 de agosto de 2016 às 20h:15m.

ESTEBAN, Maria Teresa. “Diferença na sala de aula: desafios e possibilidades para a aprendizagem.” *In* GARCIA, Regina Leite. (Org.). (2008). **Alfabetização: reflexões sobre saberes docentes e discentes**. São Paulo: Cortez.

ESTEVÃO, Carlos V. (2011). “Democracia, Direitos Humanos e Educação. Para uma perspectiva de educação para os direitos humanos.” *In: Revista Lusófona de Educação*, nº 17. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. (p.11-30).

ESTEVES, Manuela. “Formação Inicial de Professores: Saber Mais Para Agir Melhor”. *In*: GREGÓRIO, Maria do Carmo e FERREIRA, Sílvia. (Orgs. e Editoras). (2015). **Formação Inicial de Professores**. Seminários e Colóquios. Lisboa: CNE. (informação complementar: este documento pode ser acessado na *internet*, em: http://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios_e_coloquios/LivroCNE_FormacaoInicialProfessores_10dezembro2015.pdf). (p.156-165).

EXAME, Revista. (2014). **O problema é que os brasileiros chegam despreparados à faculdade**. Disponível em: www.exame.com Acesso em: 22 de agosto de 2016, às 19h:20m.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (2006). “A Universidade No Brasil: Das Origens à Reforma Universitária de 1968”. *In: Educar*. Nº 28. Curitiba: Editora UFPR. (p.17-36).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (2001). **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. (5ª. ed.). rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FERREIRA, Jacques de Lima. “A complexa relação entre teoria e prática pedagógica na formação de professores.” *In* FERREIRA, Jacques de Lima. (Org.). (2014). **Formação de Professores: Teoria e prática pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes.

FERRO, Maria do Amparo Borges. (1996). **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina, PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.

FIGUEIREDO, Antônio de e SOUSA Soraia de. (2011). **Como Elaborar Projetos, Monografias, Dissertações e Teses: Da Redação Científica à Apresentação do Texto Final**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FREIRE, Paulo. (1996). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática**

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

educativa. 34^a. ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1991). **A educação na cidade**. São Paulo: Primavera.

GADOTTI, M. (2002). **História das Ideias Pedagógicas**. 8^a. ed. São Paulo: Ática.

GARCÍA, Carlos Marcelo. (1999). **Formação de Professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora.

GERMANO, Marcelo Gomes. (2011). **Uma Nova Ciência para um Novo Senso Comum**. Campina Grande: EDUEPB.

GLOBO G1 (2017). **Brasil cai em ranking mundial de educação em ciências, leitura e matemática**. Disponível em: g1.globo.com/educacao/noticias/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml. Acesso em 24 de agosto de 2017, às 21h:41m.

_____ (2016 b). **Professor pode saber conteúdo mas não aprende a ensinar**. Disponível em: educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/19/professor-pode-saber-conteudo-mas-nao-aprende-a-ensinar-diz-educadora.htm. Acesso em: 5 de julho de 2016, às 16h:11m

_____. (2016). **529 mil alunos ficaram com nota zero na redação do Enem 2014, diz MEC**. Disponível em: g1.globo.com/educacao/noticia/2015/01/529-mil-alunos-obtiveram-nota-zero-na-redacao-do-enem-2014-diz-mec.html. Acesso em: 30 de janeiro de 2016, às 14h:25m.

_____. (2016). **Ministério da Educação destina 105 mil vagas em cursos de graduação presenciais e à distância para professores**. Disponível em: g1.globo.com/educacao/noticia/2016/05/22. Acesso em: 23 de julho de 2016, às 14h:18m.

_____. (2016). **Espelho da redação do ENEM de 2015**. Disponível em: g1.globo.com/educacao/noticia/espelho-da-redacao-enem-2015-e-divulgado.ghtml. Acesso em 25 de abril de 2016, às 14h:42m.

HORTA, Maria Helena. "Que Educadores Desejamos? Que Educadores Formamos?". In: In: GREGÓRIO, Maria do Carmo e FERREIRA, Sílvia. (Orgs. e Editoras). (2015). **Formação Inicial de Professores**. Seminários e Colóquios. Lisboa: CNE. (informação complementar: este documento pode ser acessado na *internet*, em: http://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios_e_coloquios/LivroCNE_FormacaoInicialProfessores_10dezembro2015.pdf). (p.272-282).

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010. Acesso em: 12 de janeiro de 2016, às 15h:20m.

IDEB. (2013 b). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: www.qedu.org.br/estado/118-piaui/ideb..dependence=5&grade=&edition=2013. Acesso em: 08 de maio de 2016, às 15h:35m.

_____. (2013 c). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: www.qedu.org.br/cidade/4477-jose-de-freitas/ideb..dependence=3&grade=2&edition=2013. Acesso em: 17 de junho de 2016, às 14h:20m.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

_____. (2015). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: www.qedu.org.br/estado/118-piaui/ideb-por-municipios. Acesso 27 de agosto de 2017, às 20h:19m.

ILARI, Rodolfo. (1989). **Linguística e ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes.

INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO. (2006). Disponível em: www.mec.gov.br Acesso em: 23 de junho de 2016, às 21h:30m.

INEP (2017). **Resultados do ENEM 2016 estão liberados para consultas**. Disponível em: portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/resultados-do-enem-2016-estao-liberados-para-consulta/21206. Acesso em: 10 de abril de 2017, às 8h:47m

_____. (2014). **UNESCO aponta má qualidade da educação**. Disponível em: <http://noticias.da.terra.com.br/educacao/unesco-aponta-ma-qualidade-como-principal-problema-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 10 de outubro de 2016, às 19h:35m.

_____. (2014). **Fantástico mostra escolas que são modelos**. Disponível em: www.diariodebalsas.com.br/noticias/fantastico-mostra-escolas-que-sao-modelos-de-educacao-5939.html. Acesso em: 26 de abril de 2016, às 18h:26m.

INEP. **Desempenho dos estudantes** (2013). Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 15 de setembro de 2016, às 20h:26m.

INFOESCOLA. (2016). **Constituição de 25 de março de 1824**. Disponível em: www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1824/ Acesso em: 13 de novembro de 2016, às 20h:25m.

INFOESCOLA. (2018). **Fundação Carlos Chagas divulga resultado de pesquisa sobre as disciplinas que compõem os cursos de Letras-Português**. Disponível em: www.infoescola.com. Acesso em: 23 de maio de 2016, às 17h:26m.

LENZA, Pedro. (2010). **Direito Constitucional Esquematizado**. 14ª. ed. São Paulo: Saraiva.

LIMA, Wesley de. (2017). **Da evolução constitucional brasileira**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=4037 Acesso em: 23 de setembro de 2016, às 09h:25m.

LIBÂNEO, José Carlos. "Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro." *In*: PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro. (Orgs.). (2012). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez.

_____. (2010). **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12ª. ed. São Paulo: Cortez.

_____. (2003). **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

_____. (1999). **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 2ª. ed. São Paulo: Cortez

_____. (1992). **Didática: Velhos e novos temas.** São Paulo: Cortez

LISTON, Daniel P. e ZEICHNER, Kenneth. (1993). **Formación del profesorado y condiciones sociales de la escolarización.** Madrid: Morata.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. (2006). “Das escolas reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública de verdade.” *In*: SILVA, Maria do Amparo Holanda da. (2012). **História e memória das primeiras instituições escolares de José de Freitas.** Teresina: Livramento-EDUFPI.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova: **a reconstrução educacional no Brasil.** www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao-gestao/modulo3/quero-saber-mais.pdf. Acesso em: 29 de julho de 2016, às 15h:23m.

MANZINI, José Eduardo. (2004) Depto. de Educação Especial, Programas de Pós Graduação em Educação, Unesp, Marília, Apoio CNPq. Disponível em: www.sepq.org.br/iisipeq/anais/pdf/gt3\04.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2016, às 9h:15m.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. (2010). **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas.

_____. (2003). **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª.ed. São Paulo: Atlas.

MASSIMI, Marina. (2003). “Representações acerca dos índios brasileiros em documentos jesuítas do século XVI.” *In*: **Memorandum**, nº 5. 5 de Out. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto:USP. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigos05/artigo06.pdf> Acesso em: 10 de outubro de 2016, às 10h:25m. (p.69-85).

MEIO NORTE, Jornal. (2016). **Melhor escola da rede estadual obteve 80% de aprovação no Enem.** Disponível em: www.meionorte.com/noticias/melhor-escola-da-rede-estadual-obteve-80-de-aprovacao-no-enem-276153. Acesso em: 22 de agosto de 2016, às 9h:25m.

_____. (2015). **Alunos de escola do Piauí se destacam em nível nacional.** Opinião, Ano XXI. Teresina: Editora e Gráfica Agora Ltda.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. “A formação continuada de professores.” *In*: FERRRO, Maria do Amparo Borges. (Org.). (2002). **Saberes e práticas.** Teresina, PI.: EDUFPI.

MENDONÇA, Onaide Schwart e MENDONÇA, Olympio Correa. (2008). **Alfabetização: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire.** 2ª ed. São Paulo: Cortez.

MOITA, Maria da Conceição. (2007). “Percurso de formação e de transformação.” *In*: NOTÍCIAS R7, **Candidatos a estágio são reprovados por erro de português.** (2012). Disponível em: <http://noticias.r7.com/educacao/noticias/pesquisas-aponta-que-40-dos-candidatos-a-estagio-sao-reprovados-por-erros-de-portugues-201> Acesso em: 24 de fevereiro de 2014, às 21h:40m.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

MOLINA, Ana Heloísa. (1997). “Fenômeno Getúlio Vargas: Estado, Discursos e Propaganda”. *In: Hist. Ensino*. Vol.3. Abril. Londrina. (p.95-112).

MONTALVÃO, Sérgio. (2011). “Educação na Ordem Constitucional Brasileira: Da Monarquia à República”. *In: Revista Contemporânea de Educação*. Nº 11. Janeiro/Julho. Disponível em: http://www.fe.ufrj.br/artigos/n11/educacao_monarquia_republica.pdf Acesso em: 25 de maio de 2015, às 11h:20m. (p.217-230).

NISKIER, Arnaldo. (2001). **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE.

NOVA ESCOLA. Revista. (2008). **Países com melhores sistemas de ensino podem inspirar soluções**. Disponível em: revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/eles-podem-inspirar-busca-solucoes-423178.shtml. Acesso em: 25 de maio de 2015, às 10h:00m.

NÓVOA, António, *et. al.* (2007). **Vidas de professores**. 2ª. ed. Porto: Porto Editora.

_____. (1992). **Formação de professores e a profissão docente**. Lisboa: Dom Quixote.

NÓVOA, António. (Org.). (2007). **Vidas de Professores**. 2ª. ed. Porto: Porto Editora.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros e ASSIS, Nívea Paula Dias de. (2009). “Padres e fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII.” *In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1030.pdf> Acesso em: 25 de abril de 2017, às 06h:45m.

OLIVEIRA, João B. (2006). “Lerei como Deuses: a Tentação da Proposta Construtivista.” *In: Sinais Sociais*. Nº 1, ano 1. Mai./ago. (p.146-178).

PARRA FILHO, Domingos e SANTOS, João Almeida. (2011). **Metodologia científica**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Cengage.

PENTEADO, Maria Emiliana Lima. (2014). **Formação em Serviço: Análise de uma Proposta de Formação Construída por e para Educadores**. Jundiaí: Paco Editorial.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. (2006). **Formação de professores – pesquisas, representações e poder**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.

PERRENOUD, Philippe. (2002). **A Prática Reflexiva no Ofício de professor – Profissionalização e Razão Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed Editora.

_____. (2002) **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora.

PIMENTA, Selma Garrido, *et. al.* (2012). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez.

PINHO, Ângela. (2017). “É preciso abandonar modismos educativos, diz ex-ministro português”. *In: Folha de São Paulo*. Seção Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1875676-e-preciso-abandonar-modismos-educativos-diz-ex-ministro-portugues.shtml> Acesso em: 25 de abril de 2017, às 06h:00m.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

POSSENTI, Sírio. (1997). **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras.

PRADO, Alcindo Ferreira; COUTINHO, Jecilene Barreto; REIS, Osvaldineide Pereira de Oliveira e VILLALBA, Osvaldo Arsênio. (s/d.). **Ser Professor na Contemporaneidade: Desafios da Profissão**. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-ivol__1373923960.pdf Acesso em: 25 de abril de 2017, às 09h:16m.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernâni César de. (2013). **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo, RS. Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR, Univ. Feevale.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. (2008). **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. (Dissertação de Mestrado. 143 fls.).

RIBEIRO, Joaquim Agnelo. (2003). **História do Piauí**. Teresina: Lettera.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. (1993). "História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão." *In: Paideia*, nº 4. Feb./Jul. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003 Acesso em: 26 de outubro de 2016, às 11h:00m.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (2014). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª. ed. 15ª reimp. São Paulo: Atlas.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. (2010). **História da Educação no Brasil**. 35ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine e NEVES, Fátima Maria. (Orgs.). (2009). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2ª. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem.

RUSSO, Maria de Fátima. (2012). **Alfabetização: um processo em construção**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva.

SANTOS, Fabrício Lyrio. (2008). "A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos." *In: Rev. Bras. Hist.* Vol. 28, nº 55. São Paulo. Jan./Jun. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000100009 Acesso em: 26 de outubro de 2016, às 07h:22m.

SANTOS, Izequias Estevam dos. (2015). **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 11ª. ed. rev. e atual. Niterói, RJ: Impetus.

SANTOS, João Almeida e FILHO, Domingos Parra. (2012). **Metodologia Científica**. 2ª ed. São Paulo: Cengage.

SCHÖN, Donald A. "Formar professores como profissionais reflexivos." *In: NÓVOA, António.* (Org.). (1992). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote.

SEVERINO, Antonio Joaquim. (2007). **Metodologia do trabalho científico**. 23ª. ed. São Paulo: Cortez.

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

SECO, Ana Paula e AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. (s/d.). **Marques de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira.** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html#_ftn8 Acesso em: 25 de abril de 2017, às 08h:00m.

SOARES, Magda. (2001). "As pesquisas nas áreas específicas influenciando o curso de formação de professores." *In*: ANDRÉ, Marli. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores.** Campinas, SP: Papyrus.

SCHWARTZMAN, S. **O local e o universal.** Disponível em: <http://schwartzman.org.br/simon/fortaleza.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2016, às 07h:15m.

TARDIF, Maurice. (2002). **Saberes docentes e formação profissional.** 2ª. ed. Petrópolis: Vozes.

TEBEROSKY, Ana. (2003). **Compreensão de leitura: a língua como procedimento.** Porto Alegre: Artmed.

TIBA, Içami. (2009). **Família de alta performance.** São Paulo: Integrare.

_____. (2002). **Quem ama educa.** São Paulo: Gente.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (2005). **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática.** 10ª ed. São Paulo: Cortez.

VIDAL, Diana Gonçalves. (2013). **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf> Acesso em: 26 de outubro de 2016, às 16h:21m.

VYGOTSKY, L.S. (1991). **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes.

WERNECK, Hamilton. (2014). **O profissional da educação para o século XXI.** 5ª. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora.

XAVIER, Libânia Nacif. (2005). "O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas." *In*: **Educação.** Vol. 30, nº 2. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a7.htm> Acesso em: 26 de outubro de 2016, às 17h:05m.

ZOTTI, Solange Aparecida. (2004). **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980.** Campinas: Autores Associados.

APÊNDICES

Roteiro da entrevista das Gestoras

Aplicada ao sujeito que desempenha a função de nos turnos manhã e tarde, na escola Orquídea, no município de José de Freitas, Piauí, Brasil.

1.Gênero:

2.Idade:

3.Estado Civil:

4.Qual sua formação acadêmica:

5.Qual a sua carga horária

6. Trabalha apenas nesta escola?

7. Há quanto tempo você está ocupando este cargo?

8.Nesta escola há um Projeto Político Pedagógico? Esse documento norteia as ações da gestão?

() Sim () Não

9.Os pais são convidados a participarem da vida escolar o do seu filho. Justifique sua resposta

() Sempre () Raramente () Nunca

Justificativa:

10.Qual seu grau de satisfação em relação ao desempenho dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa? Justifique sua resposta.

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

Justificativa:

11.Qual ou quais as disciplinas que os alunos apresentam maiores dificuldades no Ensino Fundamental II?

12.Os professores que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II realizam atividades de leitura e de escrita. Justifique sua resposta.

() Sempre () Raramente () Nunca

Justificativa:

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

13. Qual seu grau de satisfação em relação ao desempenho do professor que leciona a disciplina de Língua Portuguesa? Justifique sua resposta.

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

Justificativa:

14. Quais os problemas mais comuns enfrentados atualmente por esta gestão?

15. A equipe gestora promove ações que visem melhorar a prática docente, objetivando o progresso do aluno? Justifique sua resposta.

() Sim () Não

Justificativa:

1. Você acha que os professores que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa, nesta escola, necessitam de uma Formação Continuada para melhorar a sua prática? Justifique sua resposta.

() Sim () Não

R= Justificativa:

Obrigada!
Lucia Ribeiro

Roteiro da entrevista dos Docentes

Aplicada ao sujeito –, que ministram a disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II, no turno da tarde, na escola Orquídea, no município de José de Freitas, Piauí, Brasil.

1. Gênero:
2. Idade:
3. Estado Civil:
4. Qual sua formação acadêmica: graduação e pós-graduação?
5. Em que ano você leciona e qual turno?
6. Qual a sua carga horária semanal?
7. Trabalha apenas nesta Escola? Se respondeu “Não”, diga em quantas e a carga horária
8. Há quanto tempo você ministra a disciplina Língua Portuguesa?
9. Em sua escola há um Projeto Político Pedagógico. O seu planejamento é norteado por este Projeto?
10. Você, os demais professores e o coordenador conversam com os pais sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos? Ressaltam a importância da leitura e da escrita para o progresso escolar das crianças? Justifique sua resposta
11. O coordenador pedagógico realiza reuniões frequentes para discussão que promovam o enriquecimento da prática dos docentes que ministram a disciplina de Língua Portuguesa?
Justifique sua resposta
12. Você faz leitura com e para as crianças frequentemente? Justifique sua resposta.
13. Você acha que a leitura, a interpretação e a produção textual são essenciais ao aprendizado de todas as outras disciplinas? Dê seu ponto de vista.
14. Você realiza atividades frequentes para exercitar os diferentes usos da Língua

Portuguesa, tanto oral como escrita? Explique.

15. Você elabora e aplica atividades específicas para as crianças que apresentam dificuldades na disciplina de Língua Portuguesa? Justifique sua resposta

16. Você sente dificuldades ao elaborar as atividades docentes de rotina para seus alunos? Justifique sua resposta.

17. A sua formação acadêmica possibilitou o desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício do magistério da disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II? Justifique sua resposta.

18. Desses conceitos: Ótimo, Bom e Regular, qual você daria para o seu desempenho como docente da disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II? Justifique sua resposta

19. E sobre o desempenho dos seus alunos na disciplina de Língua Portuguesa, qual o seu grau de satisfação: Ótimo, Bom ou Regular? Justifique sua resposta

20. A Secretaria de Educação, na qual você está lotado (a) conta com um programa de formação a continuada voltado para a disciplina de Língua Portuguesa?

Se “não”, você gostaria de contar com esse apoio para fortalecer sua prática docente? Como?

Obrigada!
Lúcia Ribeiro

Roteiro da Entrevista dos Pais.

Aplicada ao grupo de 08 sujeitos, (**Mãe – R1**) responsáveis por alunos do Ensino Fundamental II, do turno tarde, da escola Orquídea, no município de José de Freitas, Piauí, Brasil.

01. Gênero:

02. Idade:

03. Estado Civil:

04. Endereço:

05. Qual série seu filho está cursando

06. Qual seu grau de escolaridade?

07. Qual a sua profissão?

08. Quantas pessoas trabalham em sua casa?

09. Você tem Bolsa Família?

Sim Não

10. Como você conceituaria a estrutura física da escola, na qual seu filho estuda?

Ótimo Bom Regular Ruim

11. Que conceito você daria para o desempenho da equipe Gestora (Diretora, Vice-Diretora e Coordenadora) da escola do seu filho?

Ótimo Bom Regular Ruim

12. Você acha que só o trabalho do professor sem a colaboração da família é suficiente para o progresso escolar do seu filho? Justifique sua resposta.

Sim Não

Justificativa:

13. Sabemos que a família acompanha, se não, pelo menos conversa com o filho sobre a escola. Baseado nisso, qual dos conceitos abaixo indica seu grau de satisfação em relação ao desempenho escolar do seu filho? Justifique sua resposta.

Ótimo Bom Regular Ruim

Justificativa:

14. Você sabe que na escola seu filho estuda várias disciplinas: Geografia, História, Ciências, Português, Matemática, dentre outras. Qual ou quais delas seu filho sente maiores dificuldades?

Lúcia Maria Oliveira Ribeiro - Formação de professores: uma investigação sobre as dificuldades sentidas pelos professores que ministram a disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

15. Falamos das disciplinas que seu filho sente maiores dificuldades. Agora, eu gostaria que você escolhesse um dos conceitos seguintes para demonstrar seu grau de satisfação em relação ao desempenho do professor que leciona a disciplina de Língua Portuguesa.

Ótimo Bom Regular Ruim

Justificativa:

16. Na questão anterior você conceituou o trabalho do professor que leciona a disciplina de Língua Portuguesa. Considerando este conceito, você acha que ele precisa estudar mais para melhorar a sua prática, e conseqüentemente, o rendimento escolar do aluno? Justifique sua resposta.

Sim Não

Justificativa:

Obrigada!
Lúcia Ribeiro.

Questionário dos Discentes

Aplicado aos 40 sujeitos (alunos) matriculados no Ensino Fundamental II, turno da tarde, na escola Orquídea, no município de José de Freitas, Piauí, Brasil.

IDENTIFICAÇÃO

Gênero: Masculino () Feminino ()

Idade:

Por favor, marque com um X a resposta que corresponde ao seu caso ou então responda nas linhas que seguem o que se pede:

1. Onde mora?

Zona urbana () Zona Rural ()

2. Com quem mora?

Pais () Mãe () Pai () Avós () Outro ()

Quem ? _____

3. Qual a profissão da(s) pessoa(s) responsável por você? _____

4. Que ano está cursando?

6º ano () 7º ano () 8º ano () 9º ano ()

5. Você está satisfeito com seu progresso escolar. Justifique sua resposta.

() Sim () Não

Justificativa:

6. Há biblioteca ou sala de leitura em sua escola? () Sim () Não

Justifique sua resposta _____

7. Você gosta de ler? () Sim () Não

Justifique sua resposta _____

8. Você é capaz de compreender tudo que lê? () Sim () Às vezes () Não

Justifique sua resposta _____

9. O professor que leciona a disciplina de Língua Portuguesa realiza atividades que envolvam as práticas de leitura e escrita.

Sempre () Raramente () Nunca ()

10. E os professores das demais disciplinas, também realizam atividades de leitura e escrita.

Sempre () Raramente () Nunca ()

11. Você acredita que o aluno que tem dificuldades para ler e escrever pode desenvolver-se intelectualmente, de forma satisfatória noutras disciplinas?

Sim () Não ()

Justifique sua resposta _____

12. E você, sente dificuldades ao realizar as atividades da disciplina de Língua Portuguesa?

() Sim () Não

Justifique sua resposta _____

Deste ponto em diante, responda livremente às seguintes questões:

13. Existem diferentes gêneros textuais que circulam socialmente. Refira alguns.

14. O que você gostaria de pedir ao seu professor de Língua Portuguesa para facilitar o seu aprendizado, e conseqüentemente seu progresso escolar?

Obrigada!
Lúcia Ribeiro.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LÍNGUA PORTUGUESA: Uma Investigação Sobre as Dificuldades Sentidas Pelos Professores que Ministram a Disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, no turno da tarde, na escola denominada de Orquídea, sediada no município de José de Freitas, Piauí, Brasil.

Eu, _____ abaixo assinado, concordo em participar da presente pesquisa.

A pesquisadora manterá sigilo absoluto sobre as informações aqui prestadas, assegurará o meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, além de me dar permissão de desistir, em qualquer momento, sem que isto me ocasione qualquer prejuízo para a qualidade do atendimento que me é prestado, caso sinta qualquer constrangimento por alguma pergunta ou simplesmente me queira retirar dela.

A pesquisa será realizada pela mestranda, **Lucia Maria Oliveira Ribeiro**, aluna do Mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, do Instituto de Educação e orientada pelo Professor Doutor Emmanuel Sabino.

Fui informado(a) que posso indagar à pesquisadora se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone: (086) 99934-0590, endereço: Rua Mariano da Costa, 211, centro, José de Freitas, Piauí, Brasil, CEP 64110-000, e que, se por tal me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando esses forem publicados. Esta pesquisa corresponde às exigências éticas e científicas próprias do que é determinado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que consentimento prévio dado pelo(a) colaborador(a) cujo nome e informações serão guardados pela pesquisadora e, em nenhuma circunstância, eles serão dados a conhecer a outras pessoas alheias ao estudo, a não ser que o(a) colaborador(a) o consinta, por escrito.

Assinatura do participante

José de Freitas (PI), ____de outubro de 2016

Lucia Maria Oliveira Ribeiro
Pesquisadora Mestranda

Professor Doutor Emmanuel Sabino
Orientador Científico